



Fragmentação Territorial da Antiga Província de Santa Cruz de Goiás

Cleusa Maria da Silva¹

Resumo: O presente trabalho traz estudos pertinentes acerca do processo de ocupação da região mineradora de Santa Cruz de Goiás no período colonial, que se configurou na Província de Santa Cruz e, posteriormente, se fragmentou territorialmente dando origem a vários municípios. O estudo visa compreender o processo de ocupação desta área do território goiano, bem como, o processo político-administrativo que resultou na formação de diversos municípios da Região Sudeste de Goiás. Trabalho que resgata uma parte da história de Goiás, propiciando aos leitores a compreensão do processo de territorialização do Sudeste Goiano. Para a realização desta pesquisa buscou-se vários autores que retrataram a história de cada município e, principalmente, e na Enciclopédia dos Municípios do IBGE (1968). Posteriormente, produziu-se um desenho da área estudada e as mudanças territoriais que ocorreram ao longo dos séculos. Para finalizar apresenta-se um panorama atual dos municípios.

Palavras-Chave: Período Colonial. Santa Cruz de Goiás. Fragmentação Territorial.

The Territorial Fragmentation of the Former Province of Santa Cruz de Goiás

Abstract: This article presents pertinent studies about the occupation of the mining region of Santa Cruz de Goiás in the colonial period, which was configured in the Santa Cruz Province and later fragmented territorially giving rise to several municipalities. The study aims to understand the process of occupation of this area of Goiás territory, as well as the political-administrative process that resulted in the formation of several municipalities in the Southeast Region of Goiás. This work rescues a part of the history of Goiás, providing readers with understanding of the process of territorialization of Southeast Goiania. For the accomplishment of this research several authors that portrayed the history of each municipality and, mainly, and in the Encyclopedia of the Municipalities of the IBGE (1968). Later, a drawing of the studied area was produced and the territorial changes that have occurred throughout the centuries. Finally, a current panorama of the municipalities is presented.

Keywords: Colonial Period. Santa Cruz de Goiás. Territorial Fragmentation.

Introdução

A ocupação do território brasileiro se efetivou através da exploração dos recursos naturais, movida pelo sistema mercantilista, organizado pela coroa portuguesa. A disponibilidade de recursos permitiu a expansão do capitalismo e este, por sua vez, definiu o processo de construção do território e da sociedade. O povoamento, associado à ocupação econômica intensificou o movimento de

¹ Doutora em Políticas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora e Coordenadora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Pires do Rio).



homens, capitais, produtos, mercadorias e serviços, desencadeando o processo de urbanização, e, os interesses políticos promoveram a fragmentação territorial.

Ao longo dos dois primeiros séculos de ocupação e povoamento foram frequentes as entradas e bandeiras, expedições de caráter misto – oficial e/ou privado – que penetraram o interior da colônia brasileira, explorando, coletando, mapeando e, sobretudo, em busca de encontrar ouro, prata e pedras preciosas, bem como, aprisionar os indígenas.

Essas duas formas de penetração territorial correspondem às expedições de desbravamento que ocorreram no Brasil Colônia entre os séculos de XVII e XVIII. As entradas eram expedições oficiais, organizadas pelo governo da colônia, que saíam do litoral rumo ao interior do território brasileiro. Já as bandeiras eram expedições organizadas e financiadas por particulares, principalmente paulistas, que saíam de São Paulo em direção ao interior do Brasil.

As bandeiras e entradas fomentaram a formação de inúmeras cidades, como o caso da cidade de Santa Cruz de Goiás, que deu nome à antiga Província e, depois, Estado de Goiás. Essa foi a forma como se deu a ocupação e, posteriormente, a fragmentação do território que resultou na formação de vários municípios, dos quais se ocupa este artigo, priorizando a compreensão do processo histórico que se configurou na estrutura político-administrativa de parte do Sudeste Goiano, que compreende atualmente os municípios de Pires do Rio, Palmelo, Santa Cruz de Goiás, Orizona, Cristinápolis.

Processo de Ocupação e sua Evolução

O processo de ocupação e transformação do território brasileiro tem se constituído pela predominância da produção econômica, tanto em nível regional como nacional. Desde o período colonial, o desenvolvimento de diversas regiões e a formação de núcleos urbanos ou a incorporação territorial de áreas agrícolas, encontram-se associadas às atividades econômicas. Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) contribuem para a compreensão da forma como se deram os usos e apropriações do território brasileiro nos diferentes momentos históricos. Assim, a primeira divisão territorial do que se configurou no território brasileiro foram as Capitânicas Hereditárias que duraram até 1759, quando a hereditariedade foi extinta, mas com a perduração das Capitânicas até os anos que precederam a independência.

Com a ocupação de novas terras resultantes do adentramento para o interior da Colônia, especialmente, no século XVIII, período da descoberta e exploração de metais preciosos, surgiram as



Províncias, que perduraram por todo o período imperial, dando origem aos Estados no período republicano.

Em 1709 os portugueses criaram sete províncias (Grão-Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, São Pedro, Maranhão e Pernambuco). As províncias se constituíram em subdivisões do território brasileiro e após a independência do Brasil, em 1822 novas províncias foram criadas. A divisão se deu segundo interesses e riquezas dos ocupantes de cada fração do território brasileiro.

A Província de Santa Cruz de Goiás surgiu em função da extração de ouro no local, a partir da divisão da Capitania de São Paulo. Segundo Demétrio Magnoli (1997), as atividades econômicas no interior do Brasil fomentaram a divisão administrativa no território brasileiro. A Província de Santa Cruz de Goiás presenciou várias formas do processo de ocupação, primeiramente, com a chegada dos bandeirantes com a preação de índios Kayapó e a procura de minas de ouro. Com a descoberta das minas tem início o processo de urbanização.

Enquanto o Nordeste açucareiro se desenvolvia, a população paulista do Sudeste vivia numa situação de pobreza. Os ditos homens bons dirigiam as bandeiras de devassamento na caça aos índios para o trabalho, munidos de armas de fogo adentravam aos sertões aprisionando, saqueando e matando os silvícolas arredios.

Inicialmente, havia dificuldade de penetração, limitando-se à ocupação da porção litorânea. O processo colonial, porém, era de expansão capitalista em que eram empregados vultuosos capitais que necessitavam multiplicar-se; para isso, restauram formas de acumulação primitiva, como a escravidão, em vista da falta de disponibilidade de reservas populacionais pobres que pudessem ser proletarizadas (ANDRADE, 1995, p. 20-21).

Percebe-se, de acordo com o exposto no fragmento, o quanto a escravidão significou para o Brasil, sustentando a acumulação primitiva e a forma de trabalho na exploração dos metais. O adentrar ao sertão pelos bandeirantes resultou na descoberta do ouro nas Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Para compreender a ocupação de Goiás, a área pesquisada se constitui em um ótimo exemplo, pois vivenciou várias fases do processo de ocupação.

Durante a mineração do ouro nas regiões de Goiás, o garimpo era uma atividade que resultou em núcleos urbanos. A descoberta do ouro pelos bandeirantes atraiu inúmeras pessoas para as minas e povoados surgiam ao longo dos córregos e ribeirões, no fundo de vales ou nas encostas dos morros. Em meados de 1722², na área onde hoje se localiza a cidade de Santa Cruz, o então capitão General

² Conforme documentos consultados no Museu Municipal de Santa Cruz de Goiás. Arquivo 1, manuscritos livro 2.



Rodrigo César de Menezes, dentro de suas atribuições legais, ordenou a Manoel Dias da Silva que se deslocasse até as minas de Cuiabá, mineração subordinada à Capitania de São Paulo. Seguindo uma espécie de itinerário ao rumo desejado e já em terras da tribo dos Goyazes, Dias da Silva se ateve num sítio para descanso da grande comitiva. Pesquisando a área constatou que havia ouro em grande abundância e de ótimo teor. Em agradecimento a Deus pela valiosa descoberta, ergueu uma grande cruz com os seguintes dizeres “Viva o Rei de Portugal”.

Assim, Dias da Silva deu àquele sítio o nome de Santa Cruz. A fixação da cruz constituiu-se em espécie de posse da terra. A descoberta foi feita pelo faiscador Clemente e o morro onde foi encontrado o ouro recebeu o nome de Morro do Clemente. Também foi encontrado ouro no córrego do açude, hoje Água Suja. O governador da Província de São Paulo ordenou que se incrementasse no arraial de Santa Cruz a exploração racional da mineração. Providenciou a contratação do mineiro Pedro Rodrigo de Moraes, a quem foi entregue trezentos escravos.

O ouro de Santa Cruz não era só de aluvião, mas também incrustado nas rochas do morro do Clemente, o que provocou a vinda de um contingente maior de pessoas para o arraial. Uma epidemia de tifo assolou a região e a mina foi interdita em 1768. Morreu quase toda a população, mas apesar da interdição continuou o afluxo de garimpeiros para o local. Ainda hoje é possível encontrar vestígios da mina no morro do Clemente e a cidade de Santa Cruz traz na sua arquitetura traços do Brasil Colonial.

Com a criação da Capitania de Goiás em 1744 e com a chegada do governador em 1749, Goiás ganhou uma nova dinâmica, aumentou o contingente populacional, o que propiciou o desenvolvimento do comércio e da urbanização. A mineração teve uma duração efêmera e com o esgotamento do ouro, a atividade entrou em declínio e a pecuária, que esteve presente nas regiões das minas, tornou-se a principal atividade econômica de Goiás, dando continuidade ao processo de ocupação.

De Santa Cruz de Goiás saíram várias pessoas que foram ocupar outras áreas e formar novos centros urbanos no Sudeste de Goiás. Por volta de 1830, alguns caçadores do povoado de Santa Cruz, buscando chegar a Bonfim, hoje Silvânia, se depararam com uma grande área de mata. Ao retornarem a Santa Cruz divulgaram o fato e José Pereira Cardoso, ao saber da notícia deslocou-se de Santa Cruz, onde estava provisoriamente, recém-chegado de Minas Gerais, rumou para a área e tomou posse juntamente com sua família, dedicando-se à pecuária e à agricultura. Mantendo a tradição religiosa



construiu uma igreja dedicada à Nossa Senhora da Piedade, onde surgiu um povoado denominado Capela dos Correias.

Esse povoado consolidou-se através da afluência de familiares dos pioneiros vindos de Minas Gerais que se dedicaram à prática da pecuária. Em 8 de julho de 1909, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 347, tornou-se cidade e foi denominada de Campo Formoso (IBGE, 1953). Juntamente com a pecuária, destacou-se na economia goiana como a maior produtora de arroz, por isso, ficou decretado que o município chamaria Orizona – terra do arroz, visto que já existia outro município com o nome de Campo Formoso. Esse fato se passou em 31 de dezembro de 1943, mediante Decreto-Lei Estadual nº 8.305 (IBGE, 1953). A atividade pecuária permanece até hoje, tornando Orizona a terceira maior bacia leiteira do Estado de Goiás.

Juntamente com a pecuária, as tradições religiosas marcaram a história do processo de ocupação. Várias são as cidades que surgiram em função da religião. O exemplo de Orizona, que teve sua origem ao redor de uma igreja, assim como Cristinópolis. Um grupo de protestantes perseguidos em Santa Cruz recebeu uma parte da terra do proprietário da fazenda Gameleira, onde construiu uma igreja ao redor da qual, surgiu o povoado Gameleira. Devido à influência protestante na região, outro fazendeiro doou parte de suas terras próximas ao povoado para a construção de uma igreja católica. E, foi em função dessas duas concepções religiosas, que surgiu a cidade de Cristinópolis. Seu nome deve-se à religião cristã de ambas as concepções.

Outro exemplo de ocupação da região foi a cidade de Palmelo, que teve sua origem em decorrência do espiritismo. Um centro espírita foi construído por um grupo de dezoito pessoas que se converteu ao espiritismo após obter a cura através da mediunidade espírita de Dorcelino Damásio da Silva, que sofria da doença de fogo selvagem (Pênfigo Foliáceo). Ao redor do centro surgiu um povoado e sua denominação – Palmelo – originou-se da Fazenda Palmela.

A referida fazenda pertencia ao Barão de Palmela (guarda-mor do Imperador D. Pedro II). Palmelo é conhecida como a “cidade espírita” e já recebeu artistas, políticos importantes no cenário nacional, assim como estrangeiros, principalmente, japoneses. Hoje, os centros espíritas já não têm a mesma força de antes e grande parte da população pratica outras religiões, como o catolicismo e o protestantismo. Em 1930, Pires do Rio emancipou-se de Santa Cruz e tanto o povoado de Cristianópolis quanto o de Palmelo passaram a Distrito de Pires do Rio. No entanto, em 1953 ambos os Distritos também se emanciparam.



No século XIX a agropecuária levou ao esvaziamento dos núcleos urbanos e os mesmos se tornaram dependentes da vida agrária. A agropecuária também propiciou uma mudança na relação de trabalho e na base proprietária – o trabalho livre substituiu o trabalho escravo e a posse da terra passou a significar riqueza e não mais o número de escravos. No período pós-mineração ocorreu um crescimento do número de fazendas e plantações, bem como da criação de gado. Pode-se observar a influência religiosa associada à atividade econômica, principalmente à fé católica, as festas dos padroeiros e, também, um significativo contingente de migrações oriundas de Minas Gerais e São Paulo.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil no início do século XX, alterou-se a configuração espacial do sertão. Goiás se integra ao mercado nacional, como analisou Barsanulfo Borges (1990), através da expansão da fronteira e do surgimento de novas vias de transportes como a construção da Estrada de Ferro. É por isso que:

As ferrovias são vistas como veículos de expansão do capitalismo e como elementos de modernização e integração da economia regional ocupando e incorporando áreas distantes à produção capitalista e, após sua implantação, redefinindo a divisão regional do trabalho suas linhas sinuosas, suas dificuldades em completar trajetos, o empenho de fração da classe dominante ligada a grupos oligárquicos interessados na modernização e na integração da economia regional ao mercado nacional e o apoio do capitalismo financeiro (BORGES, 1990, p. 55).

O gado tornou-se mercadoria de exportação em escala considerável em Goiás pelo fato de autotransportar-se. Já a agricultura se manteve em nível de subsistência pela falta de transporte. A construção da ferrovia propiciou uma nova dinâmica para Goiás e incorporou a economia do Sudeste seguindo o modelo descrito por Borges (1990). Assim é que a estrada de ferro passou a ser a principal via de comunicação entre o interior e o litoral, pois:

A ferrovia representava um significativo agente na transformação das estruturas regionais. Além de via de penetração estratégica na integração do Centro-Oeste, a ferrovia incrementou as relações comerciais inter-regionais e ampliou a inserção da produção agrária goiana na dinâmica capitalista do Sudeste (BORGES, 2000, p. 40-41).

A implantação da Estrada de Ferro de Goiás resultou do empenho político de uma fração da classe dominante ligada a novos grupos oligárquicos, que despontavam no cenário regional. Ao mesmo tempo em que grupos contrários buscaram usar de sua influência para dificultar ou modificar o traçado, fazendo com que as lutas políticas fossem bastante evidentes em seu processo de construção e expansão, como destacou Borges (2000, p. 44), afirmando que “as políticas oligárquicas e os antagonismos de interesses locais também dificultaram o prolongamento da ferrovia, os



comerciantes locais empenhavam-se na luta para manter a estrada paralisada”. Em escala local, os políticos de Orizona que integravam a ala conservadora se opuseram ao traçado da ferrovia, não aceitando que ela passasse pela cidade. Com a forte oposição, o coronel Egerineu Teixeira doou parte de sua fazenda à ferrovia. Um novo traçado foi redesenhado e uma nova estação construída. Ao redor da estação surgiu o povoado de Egerineu Teixeira, pertencente até hoje ao município de Orizona com o nome de Distrito de Ubatan.

Ao redor da estação, próxima ao Roncador, surgiu um núcleo urbano denominado Pires do Rio em homenagem ao então Ministro de Viação José Pires do Rio, do governo de Epitácio Pessoa. Pires do Rio tinha apenas uma rua central chamada Rua do Fogo. Num depoimento tomado em 12/11/2015 do Senhor José Messias, que estava com 92 anos na ocasião, é possível visualizar o desenho do jovem município logo depois de sua emancipação, pela descrição do então jovem migrante paulista, recém-chegado a Pires do Rio em 1938, para exercer a função de chefe da Estação:

Quando cheguei aqui tinha algumas dezenas de casas e muito mato. As casas eram rústicas, o comércio era fraco, tinha uma escola, uma igreja católica de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, não tinha médico, só um farmacêutico que aviava receitas. Diante dessa realidade, compreendo porque minha família não queria que eu viesse para o sertão. A vida aqui era completamente diferente de São Paulo. O único movimento era o da ferrovia e dos tropeiros que de vez em quando passavam com suas boiadas. Com o tempo novas pessoas chegaram, vieram de São Paulo e Minas Gerais. Chegaram também muitos turcos que se estabeleceram como comerciantes. Trouxeram muita novidade para o comércio da cidade. Alguns fazendeiros mudaram para a cidade para por os filhos na escola. [...] o nome rua do Fogo era porque os tropeiros faziam parada aqui e à noite acendiam fogueiras e a rua ficava iluminada. Têm aqueles mais maliciosos que falavam que esse nome era devido à casa de tolerância que existia no final da rua. De qualquer forma, era por causa dos tropeiros, pois eles eram os maiores frequentadores da casa da dona Júlia.

A partir do depoimento do Senhor Messias, percebe-se que a pecuária sempre fez parte da história da região, assim como, a confusão secular com a nacionalidade dos migrantes árabes, por ele denominados turcos, mas que eram sírio-libaneses. Com a chegada da ferrovia, mudanças ocorreram na região, inúmeras estradas de rodagem foram construídas no início do ano de 1920 e convergiam para o terminal ferroviário, ligando várias cidades aos trilhos. Junto com as estradas surgiram as linhas telegráficas. A energia elétrica era fornecida por uma pequena usina construída no Salto do Rio Corumbá, próximo à cidade.

Alguns fatores contribuíram para que Pires do Rio se desenvolvesse e se destacasse em relação aos municípios vizinhos. Primeiro, foi a construção de Brasília, que promoveu um grande aumento no fluxo de pessoas e mercadorias que passavam pela cidade. A parada na Estação

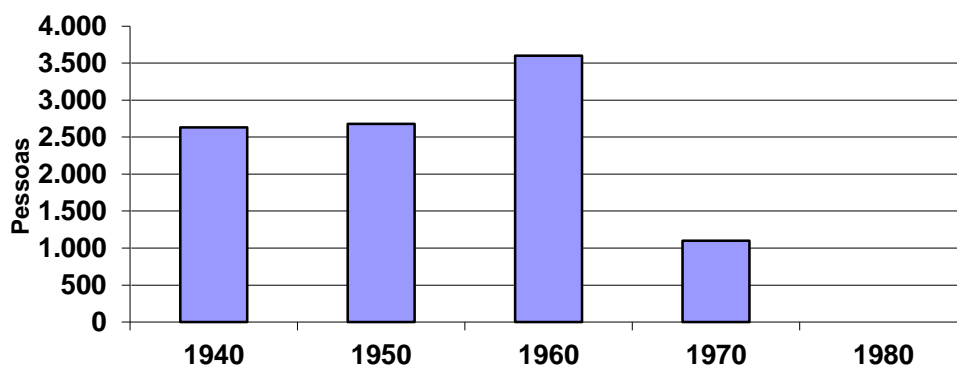


Ferrovária de Pires do Rio era obrigatória e às vezes demorada, o que dinamizava o comércio local. Segundo, foi a instalação do Frigorífico Brasil Central, que estimulou a pecuária de corte na região e a cultura de café, que resultou no surgimento de várias fábricas para beneficiar o café produzido na região. Mas o dinamismo da estrada de ferro não durou muito.

Com as políticas de governo nas décadas de 1960 e 1970 priorizando as estradas de rodagem e favorecendo a indústria automobilística, a ferrovia entrou em decadência e o fluxo de pessoas foi interrompido e o de carga diminuiu. Fato que pode ser observado no Gráfico 1, que mostra o fluxo de passageiro na Estação Ferroviária de Pires do Rio no período de 1940 a 1980. Há uma regularidade do fluxo de pessoas entre 1940 e 1950. Entre 1955 e 1960, o fluxo de cargas e pessoas aumenta por causa da construção da nova capital. De 1965 a 1970 ocorre uma queda significativa. As rodovias, a deficiência técnica das linhas, a falta de manutenção, a lentidão do transporte, foram fatores que contribuíram para o declínio do fluxo. Em meados da década de 1970, o transporte de passageiros foi desativado.

O governo alegou que o fluxo de passageiros não cobria os custos. As linhas para transporte de carga diminuíram. Com a privatização da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em 1996, a ferrovia Centro Atlântica, concessionária de transporte de carga, adquiriu 7.080 km de extensão, operando 685 km em Goiás e adotou uma nova política, investiu dois milhões de reais na ferrovia, desativou várias estações e demitiu 1.212 funcionários. A estação ferroviária de Pires do Rio hoje desempenha apenas a função de escritório da rede ferroviária e parte das instalações se transformou em museu.

Gráfico 1: Fluxo de Passageiros na Estação Ferroviária de Pires do Rio 1940-1980



Fonte: RFFSA de Pires do Rio/GO - Organizado pela Autora (2018)

A partir de 1960, a conjuntura internacional acelerou a divisão do trabalho. No Brasil foi reforçado o processo de industrialização agropecuária. Na década de 1980, com o esgotamento das



regiões Sul e Sudeste, o Centro-Oeste, “configurou-se a partir de então, em uma região de fronteiras agrícolas, abertas aos fluxos migratórios, ao capital e a tecnologia intensiva, parâmetros esses definidos pelos processos da globalização da economia” (DUARTE, 1995, p. 17).

O município de Pires do Rio foi inserido neste contexto. Até a década de 1980 a economia baseava-se na produção de milho, arroz e café, pequena produção leiteira e na produção de gado de corte. Hoje, juntamente com a pecuária, há também a agroindústria de beneficiamento de soja e de frigorífico de aves. Estas atividades produtivas redimensionaram as relações políticas e econômicas do município. Famílias de migrantes paulistas e paranaenses compraram terras na chapada, denominação usada no Brasil para “as grandes superfícies, por vezes horizontais e a mais de 600m de altitude, que aparecem na região Centro-Oeste do Brasil” (GUERRA; CUNHA, 1998, p. 90). Essa região, assim designada, localiza-se nos municípios de Ipameri, Urutaí e Pires do Rio, que introduziram o cultivo da soja, milho, algodão, sorgo e girassol.

Nos anos de 1970 e 1980 foram implantados vários programas a fim de subsidiar a expansão da agricultura moderna em áreas de cerrado, que se encontravam inseridas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II), dentre os quais podemos mencionar o Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRODOESTE) e o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO). Outros programas foram lançados durante a década de 1980, a fim de implementar o processo de alteração da base técnica da agricultura nas zonas de cerrado, com destaque para o Programa de Financiamento para aquisição de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

O PRODECER foi implantado para direcionar a ocupação racional do solo, através da colonização agrária para a produção de grãos propiciados por incentivos fiscais. Resultou do financiamento da agência *Japan International Cooperation Agency* (JICA) e do governo brasileiro. Quanto ao PROFIR, foi implantado para financiar a compra de equipamentos, teve início em áreas de Minas Gerais e, posteriormente, se estendeu para Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão e Piauí.

Vera Lúcia Salazar Pessoa (1988, p. 117) afirma que a escolha da área de cerrado ocorreu por causa de sua localização geográfica, privilegiada em relação ao Centro-Sul e à topografia de seus terrenos planos ou de chapadas, que não apresentava nenhuma restrição à implantação da rede de transporte para facilitar o escoamento dos grãos. A atuação do PRODECER em Ipameri Campo



Alegre, ao introduzir novos cultivos mecanizados como soja e sorgo, induziu também, vários produtores, principalmente, paulistas e paranaenses, que migraram para a região e ocuparam-se desse trabalho.

A expansão agrícola só foi possível devido à melhoria na infraestrutura, sobretudo, no que diz respeito à construção e pavimentação de estradas, ao aumento da capacidade de armazenamento, estabelecimento e expansão dos serviços de extensão rural, garantias de preços, subsídios às taxas de câmbio na importação de fertilizantes, produtos derivados de petróleo, tratores, caminhões e investimentos em pesquisas. Essas políticas, favoreceram a expansão da produção de grãos, principalmente, soja. A grande quantidade produzida no cerrado e a concessão de facilidades pelos governos estaduais às empresas agroindustriais para que implantassem unidades processadoras, provocaram o deslocamento de muitas agroindústrias instaladas no Sul e Sudeste para o Centro-Oeste. Fato visível na antiga Província de Santa Cruz de Goiás.

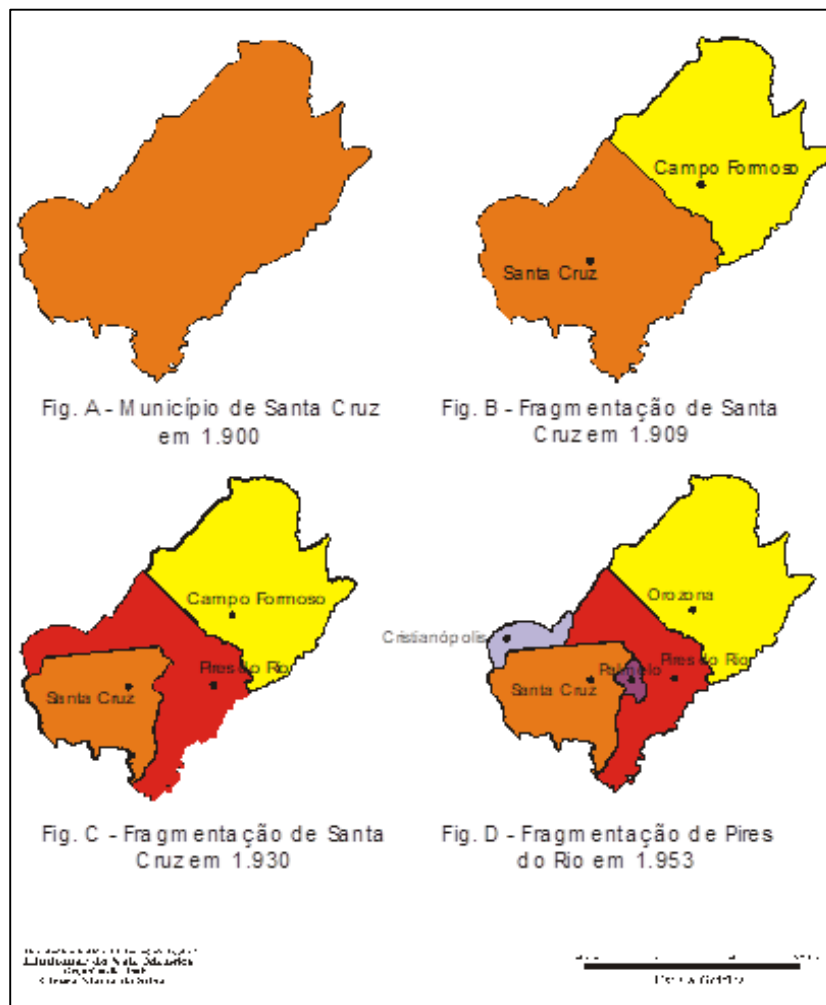
As contradições são grandes e em cada localidade a modernização agrícola apresenta especificidades. Estudar o processo de ocupação do sudeste goiano, tendo como exemplo a área pesquisada e as políticas estatais, somadas à própria lógica do capital, são de suma importância para a compreensão da fragmentação e reorganização do território em função das atividades econômicas que se desenvolveram no século XIX e XX em Goiás.

Fragmentação Territorial da Província de Santa Cruz

Pode-se observar na representação cartográfica (Figura 1) como o território foi se fragmentando à medida que novas famílias foram enriquecendo e ganhado notoriedade na região. A área estudada se configurava em área de atividade econômica importante em Goiás, várias divisões ocorreram no Período Imperial, produzindo por resultado a Província de Santa Cruz de 1822 a 1909. Em 1909 ocorreu a primeira divisão territorial do Período Republicano, que deu origem ao atual município de Orizona – conforme apontou-se anteriormente. Pode-se observar, a partir da análise da configuração do território do Sudeste Goiano foram sendo ocupados e aos poucos adaptados às necessidades capitalistas e políticas da região.



Figura 1: Município de Santa Cruz e sua Fragmentação



Foi dessa forma, que a expansão da ferrovia fez surgir a cidade de Pires do Rio, juntamente com o nascimento da nova localidade, trouxe o desenvolvimento econômico e o fortalecimento político de uma classe dominante, mobilizada em prol de seus interesses consegue a emancipação da localidade em 1930, surgindo um novo município denominado Pires do Rio. Com isso Santa Cruz de Goiás perdeu mais uma parte de seu território. Além da localidade que deu origem à cidade, os povoados de Palmelo e Cristianópolis passaram a ser distritos de Pires do Rio, tornando-se, posteriormente, municípios independentes a partir de 1953.

Considerações Finais

A ocupação da área resultou do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Com a mineração surgiu a cidade de Santa Cruz de Goiás, sua organização territorial com sua



arquitetura expressando o período colonial no Brasil. Muito da sua história já se perdeu, mas, ainda, há muitos documentos que podem ser estudados e que serviram de apoio e embasamento teórico para que compreender esse momento histórico.

Com a expansão da pecuária e a agricultura, juntamente com a religião surgiram novos núcleos urbanos, como Orizona, Palmelo e Cristinópolis, cada um em função de uma religião: catolicismo, protestantismo e espiritismo. Essa influência religiosa despertou o interesse por um estudo minucioso, mas fugiria da proposta deste trabalho. As atividades produtivas e as relações especificamente capitalistas, geradas com a chegada da frente pioneira através da ferrovia deu origem a novos núcleos urbanos e, entre eles, Pires do Rio. A ferrovia representava a modernização e do ponto de vista dos interesses capitalistas, a integração produtiva e territorial.

No período de 1940 a 1970, Pires do Rio desenvolveu-se em função do comércio, do cultivo de café e da pecuária de corte. A crise do café na década de 1970, levou os produtores a substituírem a plantação de café pelas pastagens. E, posteriormente, com a expansão da fronteira agrícola, a soja e milho passaram a dividir espaço com as pastagens. Em 1980 a área estudada é inserida no processo agroindustrial. A nova organização do sistema produtivo é estruturada com base no sistema integrado e regida por contratos específicos, dos quais fazem parte grandes empresas do ramo e pequenos produtores rurais. Ficam evidentes as multiplicidades de agentes inseridos no processo de ocupação do território no decorrer tempo e que desempenharam um papel significativo na organização territorial desta área em cada momento do processo de construção e estruturação do sistema capitalista em Goiás.

Referências

- ANDRADE, M.C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo/Recife: IPESP/Hucitec, 1995.
- ATAÍDES, J.M. A chegada do colonizador e os kayapó do sul. In: MOURA, M.C.O. (Org.). **Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural**. Goiânia: UCG/Kelps/Vieira, 2006.
- BORGES, B.G. **O despertar dos dormentes**. Goiânia: UFG, 1990.
- BORGES, B.G. **Goiás nos quadros da economia nacional**. 1930-1960. Goiânia: UFG, 2000.
- DUARTE, L.M.G.; BRAGA, M.L S. **Tristes cerrados: sociedades e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia do Município**. Rio de Janeiro, 1953.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia do Município**. Rio de Janeiro, 1968.



GUERRA, A.T.; CUNHA, S.B. (Orgs.) **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MAGNOLI, D. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: UNESP/Moderna, 1997.

PESSOA V.L.S. **Ação do estado e as transformações agrárias no cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba/MG**. 1988. 250f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Rio Claro/SP, 1988. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/teses/vera_lucia_salazar_pessoa.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

RFFSA. **Registros da Estação Ferroviária de Pires do Rio**.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 2001.



Revisitando Francis de Castelnau: A Província de Goiás e o Racismo Científico no Relato de Viagem “Expédition dans les Parties Centrales de l’Amérique du Sud”

Daniel Dutra Coelho Braga²

Resumo: O relato de viagem referente à expedição realizada por Francis de Castelnau na América do Sul é recorrentemente citado em estudos históricos, em análises dedicadas aos mais diversos temas. Em função do extenso leque de informações que o relato apresenta acerca da então Província de Goiás, esse texto continua sendo uma referência de apropriação importante para a historiografia goiana. Com base em uma análise comparada entre os tomos do relato editados originalmente no século XIX, a partir de 1850, e a tradução brasileira publicada por meio da Coleção Brasileira em 1949, este artigo analisa algumas das categorias científicas e conceitos mobilizados nas publicações de Castelnau, notadamente em referência a “raça”, “civilização” e “progresso”, de modo a demonstrar em que medida a leitura e a apropriação desse relato de viagem podem seguir gerando contribuições profícuas para a história e a historiografia goiana. Para tanto, também traz apontamentos acerca de alguns usos do relato de Castelnau em estudos históricos, bem como acerca de questões historiográficas, metodológicas e teóricas referentes ao estudo de relatos de viagem.

Palavras-Chave: Expedições Científicas. Província de Goiás. Raça. Negritude. Branquitude.

Francis de Castelnau revisited: Province of Goiás and scientific racism in the travel account “Expédition dans les Parties Centrales de l’Amérique du Sud”

Abstract: The travel account devoted to the expedition carried out by Francis de Castelnau in South America is a recurrent reference in historical studies regarding a wide scope of themes. Due to the wide scope of information regarding the Province of Goiás – as it was called throughout most of the 19th Century -, that text remains an outstanding reference for appropriation to historiography in Goiás. By making a comparison between the volumes of the account which were published in the 19th Century and the Brazilian translation that was published as part of the Coleção Brasileira in 1949, this article aims at analyzing some of the scientific categories and concepts mobilized in Castelnau’s writings, specially concerning “race”, “civilization” and “progress”, in order to show to which extent the reading and appropriation this travel account can keep providing fruitful contributions to history and historiography in Goiás. In order to do so, this article also brings remarks on some uses of the Castelnau’s account in historical work, as well as some historiographical, methodological and theoretical questions concerning travel writing.

Keywords: Scientific Expeditions. Province of Goiás. Race. Blackness. Whiteness.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, subvencionado pela CAPES. Doutorando visitante no Rachel Carson Center for Environment and Society (Ludwig-Maximilians-Universität – Munique, Alemanha), entre julho e outubro de 2018. Integrante do Laboratório de História e Natureza do Instituto de História da UFRJ e do Grupo de Pesquisa Território, Ciência e Nação do Museu de Astronomia e Ciências Afins do Rio de Janeiro.



Introdução

O relato de viagem referente à expedição de Francis de Castelnau é um dos mais citados em estudos de história no Brasil. São vários os motivos que podem explicar essa recorrência. Sua inclusão no projeto editorial da Companhia Editora Nacional, a Coleção Brasiliana, sem dúvida é um desses fatores. No entanto, o fato de ter sido traduzido para o português e publicado no Brasil, por si só, não explica a permanência. Há características do relato, da expedição à qual se refere, bem como da inscrição sociológica do autor³, que tornam o texto suscetível a diversas apropriações.

Dentre essas características, ressalta-se uma: o itinerário da expedição. O foco nas “regiões centrais da América do Sul” situa o relato de Castelnau em posição diferenciada em relação à profusão de relatos de viagem ocorrida no século XIX. Castelnau realizou uma viagem continental. Se a maior parte dos relatos publicados faz referência a regiões litorâneas da América do Sul, o relato de Castelnau é um dos poucos que se dedica a regiões centrais do continente. Independentemente dos motivos de tal descompasso entre as regiões do território que se tornaram objetos de relatos de viagem – tópico abordado adiante –, é também em função dele que Castelnau segue sendo uma referência textual de destaque, sobretudo no tocante à Província de Goiás.

O objetivo deste artigo é analisar os artifícios discursivos e vocabulário mobilizados no relato de viagem de Castelnau, por meio da referência ao texto da publicação iniciada em 1850, com ênfase nos trechos dedicados à então Província de Goiás. Para tanto, o texto se apresenta nas seguintes etapas: primeiramente, menciona estudos prévios que se apropriaram do relato, com destaque aos que o fizeram no intuito de refletir sobre a história de Goiás. Em seguida, analisam-se alguns dilemas teórico-metodológicos persistentes no tocante à análise de relatos de viagem, sobretudo decorrentes de expedições científicas. Finalmente, analisam-se os textos do viajante, com ênfase nas categorias científicas e sociais mobilizadas conforme a Província de Goiás foi descrita.

A referência à edição original⁴ se faz em consonância com a constatação crítica de Maria de Fátima Gomes Costa (2014), que demonstrou em que medida a supressão de trechos do relato em

³ Há uma certa imprecisão quanto a alguns dados biográficos do autor, sobretudo acerca de sua data de nascimento, mas dois dados permanecem referências incontestáveis: sua atuação no Brasil, em um primeiro momento, enquanto líder de uma expedição científica, e, em seguida, sua atuação enquanto cônsul da França na Bahia, após 1848. Um breve registro biográfico se encontra na obra de Ilka Boaventura Leite (1996, p.31), assim como no prefácio de Roger Chartier para a tradução do relato organizada por Maria Elizabeth Chaves de Mello (2015, p. 9-12).

⁴ Todas as citações à edição original, assim como a textos em inglês ou em francês, são traduções livres do autor.



traduções brasileiras terminaram por negligenciar, por exemplo, relações políticas que condicionaram as atividades de Castelnau e suas publicações⁵. O foco principal das análises são os dois primeiros tomos da sequência de publicações dedicadas à história da viagem, pois são esses os tomos com a maior parte de referências ao território brasileiro, embora os demais também sejam comentados à guisa de comparação acerca de categorias científicas e conceituais⁶. A ênfase nas categorias raciais e sociais mobilizadas por Castelnau se justifica na medida em que este é o âmbito onde o descompasso entre o a tradução brasileira e a publicação francesa de 1850 se mostra mais intrigante, o que abre espaço para discussões que podem contribuir para a historiografia goiana.

Usos de Castelnau em Estudos de História, Notadamente Acerca da Província de Goiás

São vários os usos de relatos de viagem em estudos de história, mas há alguns que se destacam em termos de recorrência. Provavelmente o uso mais frequente é aquele cujo intuito é tecer algum tipo de reflexão sobre alteridades e identidades, estabelecendo algum tipo de tipologia do viajante enquanto “olhar estrangeiro”. Nesse tipo de uso, o viajante fala de si mesmo. Ele se torna ou o exemplo de algum olhar “nacionalizado” ou, na maioria das vezes, o exemplo de um “olhar europeu”, elencado para que se faça a análise – ou mesmo a denúncia – de algum tipo de etnocentrismo. Outro uso de relatos é o que deles se vale para tecer inferências acerca de dinâmicas sociais, econômicas e ecológicas encontradas, uma vez que muitos se apresentam como verdadeiros “relatórios”, apresentando inventários de fluxos comerciais, populações, paisagens e espécies encontradas ao longo de viagens. Nessa chave, o viajante fala dos lugares da viagem⁷. Um terceiro

⁵ Essa lacuna foi em grande medida suprimida em função da empreitada editorial organizada por Maria Elizabeth Chaves de Mello (2015), que tornou acessível ao público de língua portuguesa a maior parte do relato histórico de Castelnau. Essa iniciativa pode implicar novas inflexões nas formas por meio das quais o relato siga sendo apropriado. Entretanto, este artigo insiste na comparação entre a edição original do século XIX e a tradução brasileira publicada em 1949 devido a dois motivos. Primeiramente, a maior parte dos trabalhos aqui elencados é anterior à publicação de Chaves de Mello. Eles utilizam, portanto, o “Castelnau da Coleção Brasileira”. Em segundo lugar, as referências teórico-metodológicas que norteiam este artigo, explicitadas adiante, exigem uma análise do texto original. Não se trata, portanto, de aludir a algum tipo de insuficiência no tocante à empreitada de Chaves de Mello, ainda que sua publicação tenha suprimido alguns trechos referentes sobretudo a descrições de práticas científicas de Castelnau – o que, de fato, contribui para a manutenção de uma cadeia de apropriações um tanto quanto limitadas, como por exemplo no tocante à interação entre o viajante e escravos quando da coleta de amostras de história natural.

⁶ Cabe ressaltar que o sexto tomo referente à história da viagem não é assinado pelo próprio Castelnau, mas sim pelo naturalista do Muséum d’Histoire Naturelle, H-A. Weddell.

⁷ Trata-se de um procedimento utilizado, por exemplo, por Alcir Lenharo em seu intuito de compreender o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro enquanto uma temática política. O autor se refere a relatos de viagem como portadores de “núcleos de informações” referentes ao abastecimento da capital, ao comércio em estradas e a áreas comercializadoras da própria produção (1993 [1979], p. 29-30)



uso muito recorrente é aquele que parece ser o resultado dos dois primeiros usos supracitados. No intuito de refletir sobre alteridades e identidades, o relato de viagem é utilizado para tecer inferências não acerca do agente, mas do objeto do olhar, o “Outro” concebido pela alteridade do “olhar estrangeiro”. Nesse sentido, o relato de viagem é mobilizado de modo a possibilitar algum tipo de “acesso” a identidades ou etnicidades nele textualizadas. O viajante fala de quem viu, não de si. Ainda que etnocêntrico, nesse último caso de apropriação o relato de viagem é momentaneamente “perdoado”, para que possa ser modulado enquanto um tipo de “arquivo”.

No que se refere à historiografia goiana, é possível afirmar que todos esses usos ocorrem com frequência, sobretudo em relação a três viajantes. Um deles, evidentemente, é Francis de Castelnau. Porém, também se destacam – talvez mais ainda que o conde francês – os viajantes Auguste de Saint-Hilaire e Emmanuel Pohl. É possível afirmar que esses viajantes compõem um tipo de “cânone” de relatos de viagem no tocante à historiografia goiana, sobretudo devido ao já mencionado “descompasso” em termos de quantidade de relatos referentes a diferentes países ou regiões. Seus relatos se encontram em meio a uma encruzilhada de interpretações que configura um debate central: a questão da “decadência” de Goiás como construção – ideologicamente articulada – tal como apontada por Nasr Fayad Chaul (1997), que ressaltou em que medida a mitificação da decadência seria tributária dos olhares de viajantes do século XIX (CANEDO, 2016, p. 179-180).

Entretanto, o lugar dos relatos na genealogia de tal mitificação vem sendo reavaliado, tal como feito por Maria de Fátima Oliveira (2018) em análise dos textos de Pohl e Saint-Hilaire. Segundo a autora, “o estigma do conceito de decadência para a Província de Goiás no século XIX não pode ser atribuído prioritariamente a eles, pois suas narrativas refletem muito do que lhes foram relatado tanto por moradores quanto por autoridades locais” (OLIVEIRA, 2018, p. 323)⁸.

Cabe ressaltar que o lugar dos relatos de viagem na genealogia de uma imagem de “decadência” referente a Goiás é, no entanto, apenas um desdobramento do uso de relatos de viagem para refletir sobre a alteridade entre viajantes e populações e regiões brasileiras. É nesta chave de leitura que Castelnau é recorrentemente apropriado, não apenas em função do texto *Expéditions dans les parties centrales de l’Amérique du Sud*, mas também em função do texto *Renseignements sur*

⁸ A autora também matiza a crítica do uso do conceito de decadência também no tocante à própria historiografia goiana, ressaltando que já na obra de Luís Palacín seria possível averiguar uma adesão parcial ao conceito e um uso crítico de publicações de viajantes (2018, p. 309-310).



l'Afrique centrale et sur une nation d'hommes à queue qui s'y trouveraient: d'après le rapport des nègres du Soudan, esclaves à Bahia, publicado logo após o início da série de publicações referente à expedição. Este texto faz referência a relatos de escravos da Bahia acerca da existência de homens com cauda no Sudão. Por meio dele, teceu-se uma série de análises acerca de em que medida Castelnau teria ou não acreditado em tais relatos, o que permitira inferir o grau de alteridade que o viajante atribuiria à África.

Contudo, o viajante é recorrentemente citado como exemplo de alteridade também em função das maneiras pelas quais textualizou as regiões centrais do Brasil, sendo apontado como exemplo de um “julgamento preconceituoso e estereotipado, alicerçado nos padrões e visão eurocêntricos de desenvolvimento” (TEIXEIRA, 2013, p. 102). Para Karylleila dos Santos Andrade, por exemplo, não só Castelnau, mas também outros viajantes teriam emitido “julgamentos e opiniões a partir de seus olhares etnocêntricos” em função de “não compreenderem a realidade local” (ANDRADE, 2008, p. 99). Ainda segundo a autora,

Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau, em suas andanças pela Província de Goiás, tinham sempre como perspectiva e espelho o olhar do “civilizador europeu” etnocêntrico. A cientificidade e racionalidade constroem os olhares desses naturalistas. Interpretam o ambiente a partir de si mesmo, dos seus próprios signos e significados, valores e visões de mundo europeu (ANDRADE, 2008, p. 103).

Castelnau foi analisado principalmente em função de seus limites. Se Andrade faz menção a uma concepção um tanto quanto unívoca de cientificidade e racionalidade, Luiz Carlos da Silva Dantas, por sua vez, dedicou-se a compreender com mais detalhes as contingências históricas das filiações científicas de Castelnau, no intuito de ressaltar o que seria uma incompletude da cientificidade do relato. Segundo Dantas (1992, p. 46), o texto do viajante estaria situado “num curioso terreno onde a ciência, ou em todo caso a atividade classificatória, a investigação antropológica convivem com a credulidade mais permeável à intrusão do maravilhoso, resultando num capítulo de uma espécie de história natural fantástica”. Finalmente, Ilka Boaventura Leite também elencou trechos do relato de Castelnau, juntamente aos de outros viajantes, para compreender de que maneira relatos de viagem são “não apenas contraditórios entre si, mas reprodutores de contradições existentes na sociedade que retrataram” (LEITE, 1996, p. 228).



Em recorte analítico que privilegiou textualizações referentes a Minas Gerais⁹, a historiadora ressalta que, para Castelnau, “os escravos e libertos possuíam uma vida excelente”, desfrutando de “bom tratamento dispensado, boa saúde e jovialidade”, além de serem “raros os casos de castigo” (LEITE, 1996, p. 215). Para Leite, esse tipo de registro é um exemplo de como viajantes “caíram em contradições frequentes por não terem conseguido separar os fatos observados de suas interpretações e ideologias” (LEITE, 1996, p. 212).

Todavia, não é apenas na chave da denúncia do etnocentrismo incompreensivo que o relato de Castelnau segue sendo apropriado. A referência para discussões acerca de fluxos comerciais, por exemplo, se mantém. Esse foi um dos usos mobilizados por Tania Maria de Maio Leitão, no intuito de reconstituir fluxos de produção e exportação na Província de Goiás. Os relatos do francês foram apropriados por Leitão enquanto evidências da permanência da posse na ocupação de terras (LEITÃO, 2012, p. 75), assim como enquanto pistas para a compreensão do fluxo de mercadorias direcionado para a capital da província, indicando as produções oriundas dos julgados de Arraias e de Natividade, assim como do distrito de Traíras, da região de Santa Cruz e de São João da Palma (LEITÃO, 2012, p. 102)¹⁰.

Finalmente, apesar das denúncias de incompreensão e etnocentrismo, Castelnau foi, muitas vezes, uma referência textual de apropriação justamente para a compreensão do “Outro textualizado” que é buscado em seus relatos. Nesse sentido, é no campo de discussões acerca da escravidão e das diferenciações étnicas referentes à imigração forçada de africanos que o relato apresenta uma sobrevida considerável. Mesmo tendo ressaltado a incompreensão e a contradição de diversos relatos, Ilka Boaventura Leite, por exemplo, se vale do relato do conde francês para inferir sobre formas de vida de libertos e escravos, ressaltando sua descrição de “crianças que trabalhavam no descaroçamento de algodão” (LEITE, 1996, p. 127), além de se referir ao relato do viajante para descrever o vestuário de libertos e escravos (LEITE, 1996, p. 177).

⁹ A autora apresenta como motivos pela opção de analisar Minas Gerais “o grande contingente da população escrava e liberta aí existente” e “o interesse que Minas Gerais representou para os viajantes estrangeiros, em particular, e para a Europa, de modo geral, principalmente por suas reservas minerais” (LEITE, 1996, p. 22-23)

¹⁰ Trata-se, portanto, de perspectiva diferente da utilizada, por exemplo, por Maria de Fátima Costa junto a Benone Moraes e Arthur Silva no tocante às relações entre Castelnau e o Pantanal, posto que para esses pesquisadores o objeto de estudo não é a objetividade da transformação histórica do Pantanal enquanto região ecológica, mas a própria cartografia do viajante enquanto representação, referindo-se sobretudo a “técnicas empregadas para medir, aos instrumentos usados, ou mesmo a [sic] escola de formação dos expedicionários” (MORAES et al., 2014, p. 951).



Outra apropriação é a feita pelo historiador Manolo Florentino em discussão acerca de etnias presentes no Rio de Janeiro oitocentista. Embora se trate de uma análise da província da Corte, este historiador recupera a tabela demográfica apresentada pelo viajante francês acerca de Goiás para refletir sobre os diferentes usos de um vocabulário de cor, contrapondo as descrições de Castelnau ao Mapa de População de 1799 (FLORENTINO, 2002, p. 12). Em termos de proporções demográficas, o relato de Castelnau acerca da Província de Goiás é utilizado também para estabelecer um paralelo entre a quantidade de forros da população da Corte em 1849 e os “5% de participação dos forros frente ao total da população” em Goiás (FLORENTINO, 2002, p. 34), no intuito de afirmar que “libertava-se muito em fins do século XVIII” em comparação ao cenário do século XIX, marcado “pela exiguidade de libertos” (FLORENTINO, 2002, p. 13).

Castelnau uniria, portanto, Rio de Janeiro e Goiás no tocante às possibilidades de se refletir sobre limites das alforrias no Brasil oitocentista. A permanência do francês enquanto referência para refletir sobre a escravidão brasileira continua na possibilidade de inferir sobre os fluxos de migração forçada no Atlântico. Paul Lovejoy, por exemplo, refere-se ao texto do viajante para refletir não apenas sobre as altas taxas de masculinidade no tráfico atlântico do século XIX (LOVEJOY, 2000, p. 17), mas também sobre os percursos de escravização no Sudão central, recuperando Castelnau para afirmar que “a maioria dos cativos hauçás alcançaram o litoral em Lagos, e não na Costa do Ouro” (LOVEJOY, 2000, p. 25). Já João José Reis – distanciando-se Lovejoy – ressalta o que identifica como a disparidade entre o relato do francês e as possibilidades de interpretar diferenciações entre direções políticas de haussás e nagôs na Bahia (LOVEJOY, 2015, p. 382).

Do exposto, averigua-se que os usos de Castelnau permanecem os mais variados. No entanto, muitos desses usos se dão com pouca sintonia com debates acerca do que esse texto apresenta como condição mais contornável, ou seja, sua condição enquanto relato de viagem.

Algumas Questões Metodológicas e Teóricas Recorrentes no Tocante a Relatos de Viagem

Poucas vezes relatos de viagem são analisados a partir de sua condição mais irrefutável: a de “restos “textualizados” do passado”, para usar a feliz expressão de Dominick LaCapra (1983, p. 27). Enquanto textos, eles apresentam características relacionadas aos suportes materiais por meio dos quais foram publicados, além de apresentarem um “uso situado de linguagem”, o que faz com que as reflexões teórico-metodológicas de autores como LaCapra e Donald McKenzie (1999) se



tornem profícuas para a apropriação de tais textos em estudos de história. A literatura de viagem, enfim, pode ser reconhecida justamente enquanto esse campo em que “viagens e relatos de viagens estão ligados, mas não de maneira indissolúvel: pode-se realizar aquelas sem estes, ou estes sem aquelas” (GANNIER, 2001, p. 5). Um relato de viagem é um acontecimento, e considerá-lo tendo em vista esse caráter pode permitir reflexões na “contramão da monumentalização” (DAHER, 2012, p. 36).

A dimensão propriamente textual e narrativa de relatos de expedições científicas é elucidada por estudos referentes a esses vestígios. O aspecto “didático” que relatos assumem no “pacto de leitura” que estabelecem é evidente em relatos de expedições, uma vez que “o viajante, detentor de um saber, transmite-o aos outros” (GANNIER, 2001, p. 45-46). No tocante às apropriações, Flora Süssekind apontou como a prosa de ficção brasileira, em diversos momentos, estruturou sua “capacidade narrativa” em torno da mobilidade da viagem (SÜSSEKIND, 1990, p. 42), ressaltando que expedições científicas tiveram seu papel em tal processo.

Ao “dar maior nitidez ao sujeito dos relatos de expedições científicas”, o “olhar armado” de viajantes como Spix e Martius, ainda que diferenciado em relação ao “olhar ao léu” de outros viajantes, também pôde ser apropriado em figurações narrativas ficcionais posteriores (SÜSSEKIND, 1990, p. 117). Trata-se de uma cadeia de apropriações mantida ao longo do século XX, na medida em que “na prosa modernista dos anos 20 deste século [...] se reinterpreta viagens e narradores-em-trânsito” (SÜSSEKIND, 1990, p. 154). A mobilidade e as paisagens relatadas por viajantes foram apropriadas em obras de ficção que tomam Goiás como tema, tal como o romance “Chegou o Governador”, de Bernardo Élis (CANEDO, 2016, p. 181).

A dimensão prática e material de expedições científicas, contudo, também se impõe. As diferentes modalidades de viagem são fatores que condicionam publicações posteriores. O caso de Castelnau não poderia ser mais evidente. A sua expedição se enquadra no que o geógrafo Numa Broc reconheceu como um modelo de “viagem continental”, o qual apresentou um padrão no século XIX e implicou uma diferenciação considerável em relação à “viagem marítima” simbolizada por viajantes franceses como Louis Isidore Duperrey e Jules Dumont d’Urville (BROC, 1982, p. 239). Para Broc, Castelnau se adequaria à categoria de “explorador” devido ao caráter continental de sua viagem, além de se enquadrar também em um padrão de “vocações tardias” para a exploração, em função das quais se realizaram viagens “sob comando” após a idade de 30 anos e se concebeu a exploração enquanto



“conclusão de um projeto longamente amadurecido, o meio de resolver um problema científico preciso” (BROC, 1982, p. 241).

A análise das modalidades de viagem, enfim, fornece parâmetros que trazem complexidade ao trânsito de viajantes em determinadas regiões, e traz novos significados à diferenciação regional de itinerários, impedindo uma reificação de interesses pessoais ou determinantes geográficos na realização das viagens. Nesse sentido, não seria plausível afirmar que teria havido, “por parte dos viajantes, pouco interesse em conhecer a Província de Goiás, o que pode ter sido consequência das dificuldades de acesso ao interior do país” (ANDRADE, 2008, p. 98). As viagens estiveram submetidas a “condições conjunturais” (LEITE, 1996, p. 220). Elas podem ser pensadas, portanto, enquanto produtos de campos de possibilidades específicos, relacionados a tensões e disputas comerciais, institucionais, estratégicas e políticas.

O caráter científico das expedições, enfim, também se dá em dimensão prática e passível, portanto, de ser situado e localizado (HARAWAY, 1988). Seus relatos podem ser analisados tendo-se em vista o problema da “ciência enquanto uma forma de comunicação”, uma vez que, para que as experiências e as formulações científicas de Castelnau se disseminassem, não seria suficiente que o relato culminasse em algum tipo de “verdade” resultante da dimensão prática da viagem enquanto exploração, pois não é em função de ser verdadeiro que o conhecimento científico se difunde – diferentemente do que já postularam muitos dos “fundadores positivos” da história da ciência (SECORD, 2004, p. 655).

Expedições científicas, uma vez realizadas, encaram um processo de articulação dos objetos que coletam e produzem, processo este que termina por configurar, em circuitos institucionais de ressignificação, “um estado de objetos científicos” (KURY, 2001, p. 62). As expedições científicas e os relatos de viagem delas decorrentes, portanto, podem ser analisados sob uma perspectiva que ressalte “a natureza mutável dos próprios produtores de conhecimento, assim como dos conhecimentos e habilidades que eles corporificaram, suas transformações e reconfigurações no curso de seus deslocamentos geográficos e sociais” (RAJ, 2013, p. 345).

Uma Arqueologia do Racismo Científico de Castelnau e seu Olhar sobre a Província de Goiás

Com base no quadro teórico acima exposto, torna-se possível situar o vocabulário utilizado por Castelnau. No tocante à forma como textualizou a província de Goiás, assim como arredores, o



viajante francês elencou noções como “progresso” e “civilização”. Após descrever a navegação pelo Tocantins e pelo Araguaia, por exemplo, afirmou não ser possível “se impedir de acreditar que com o progresso da civilização, essa bela e rica região se tornará também uma das regiões mais sãs do mundo” (CASTELNAU, 1850b, p. 119). O termo é utilizado para se referir às populações indígenas da região, quando o viajante ressalta que

[...] uma longa estada entre as populações selvagens me convenceu de que ramo algum da família humana era incapaz de ser levado, senão a um estado de civilização avançada e completa, ao menos à essas primeiras etapas da educação dos homens que, ao fazê-los abandonar os recursos precários da caça e da pesca, termina por habitá-los a esperar sua subsistência apenas dos trabalhos da agricultura. Essa transformação acarreta logo em outras: a família se organiza, e a propriedade se estabelece: assim se encontra criada uma sociedade onde antes existiam apenas individualidades espalhadas, que possuíam entre elas apenas a conexão da tribo (CASTELNAU, 1850b, p. 119).

Só a adesão a palavras como “civilização” e progresso já denota muito das filiações de Castelnau sob o ponto de vista de uma história intelectual. O viajante parece se ater à “teoria dos quatro estágios” em voga, ainda que de modo não consensual, em fins do século XVIII na França, teoria esta que, tal como ressaltou Lorelai Kury (2001, p. 20), considera “que a civilização progride em função dos modos de subsistência dos povos, que seguem a sequência “natural” da caça à economia pastoral, seguida da agricultura para chegar finalmente ao comércio”.

Todavia, como apontado anteriormente, Castelnau é constantemente denunciado como um exemplo de olhar etnocêntrico, e essas palavras por si só não denotam uma das formas de etnocentrismo mais predominantes no século XIX: a de um racismo amparado em ciência¹¹. No intuito de compreender como Castelnau descreveu os habitantes da província de Goiás, é necessário, portanto, realizar uma arqueologia das concepções de raça emuladas pelo viajante¹².

¹¹ Recupero aqui a distinção estabelecida por Tzvetan Todorov (1989, p. 133-138) entre racismo enquanto comportamento e racismo enquanto ideologia, sendo uma “política fundada no saber” apenas uma dentre suas demais características, tais como uma “hierarquia única de valores”, a “ação do grupo sobre o indivíduo”, a “continuidade entre o físico e o moral” e, evidentemente, a “existência das raças”. bA característica do recurso ao saber propriamente científico é aquela da qual muitos raciaismos puderam prescindir, embora ao longo do século XIX ela tenha se tornado cada vez mais imponente. Como apontou Stephen Jay Gould (2003, p. 62), “a polêmica americana a respeito da poligenia talvez tenha sido a última ocasião em que os argumentos de estilo científico não constituíram uma primeira linha de defesa do *status quo* e do caráter inatrelável das diferenças entre os homens”.

¹² Não seria de grande valia, no presente trabalho, recuperar as ricas descrições que Castelnau teceu acerca dos aspectos geográficos e econômicos da província, em função de dois motivos. Primeiramente, esses trechos encontram-se integralmente traduzidos para o português desde 1949. Em segundo lugar, o trabalho de apropriação referente a esse escopo de referenciais vem sendo feito de modo regular. Mais um levantamento desses dados seria redundante.



Os termos que permitem compreender o tipo de interação entre racismo e cientificidade à qual Castelnau aderiu encontram-se presentes nos diversos tomos do relato. É evidente a adesão do viajante a uma concepção de anatomia comparada, derivada da história natural, na qual o corpo humano estaria passível de classificação relacional. O vocabulário mobilizado no primeiro tomo do relato de viagem faz menções ao significado, “para o naturalista”, do “estudo fisiológico do crânio” (CASTELNAU, 1850a, p. 45), assim como ao estudo relacional por meio de uma “série natural dos seres” (CASTELNAU, 1850a, p. 51), portanto em consonância com a concepção de uma *scala natura* de cunho aristotélico que governou a história natural e campos correlatos como a botânica em diversos circuitos, inclusive ingleses (DRAYTON, 2000, p. 15).

O uso permanece em toda a série editorial, pois no segundo tomo o viajante reitera a necessidade de observar “medidas cefalométricas” (CASTELNAU, 1850b, p. 39), ressaltando sua adesão à craniometria e a dimensão que esta alcançou enquanto uma “primeira teoria biológica baseada em amplos dados quantitativos” (GOULD, 2003, p. 18). Nesse sentido, sugerir uma aproximação entre o racismo científico de Francis de Castelnau e uma concepção evolucionista da humanidade de cunho darwinista, tal como feito por Luiz Carlos Dantas, é um equívoco¹³. Castelnau se assemelha não a Charles Darwin, mas a Georges Cuvier, “um dos fundadores da geologia, da paleontologia e da moderna anatomia comparativa” (GOULD, 2003, p. 21). É evidente a filiação do viajante a uma concepção de história natural na qual a anatomia comparada forneceria a chave da classificação de espécies e, também, das diferenciações entre seres humanos.

Não necessariamente essas diferenciações seriam compreendidas como marcas de diferenciação temporal de evolução, mas certamente eram compreendidas como marcas de diferenciação natural e, também, hierárquica, sobretudo tendo-se em vista “a função que a craniometria desempenhou no século XIX, ao pressupor que a inteligência (ou, pelo menos, uma parte dominante dela) é uma coisa única, inata, hereditária e mensurável” (GOULD, 2003, p. 9-10). Como bem apontou Stephen Jay Gould (2003, p. 40), esse tipo de uso da craniometria foi popular nos Estados Unidos, onde um naturalista como Samuel George Morton, da Filadélfia, realizou uma coleção de crânios no intuito de comprovar a hipótese “de que uma hierarquia racial poderia ser

¹³ Dantas (1992, p. 52) sugeriu o vínculo ao afirmar que Castelnau inseriria “de modo patente, no interior de um processo evolutivo” a “história da raça humana” à qual visava dar subsídios por meio dos resultados da expedição. O uso do termo “história” por Castelnau, no entanto, certamente se dá mais em consonância com a ideia de história enquanto descrição, tal como era característico da história natural.



estabelecida objetivamente através das características físicas do cérebro, particularmente no que se refere ao seu tamanho”.

Mas a anatomia comparada não governa sozinha as alteridades que Castelnau inscreveu em seu relato. Como demonstrado por meio da citação referente a grupos indígenas próximos do Araguaia e do Tocantins, se a antropometria e a craniometria foram os alicerces conceituais da atividade de naturalista de Castelnau, é também importante ressaltar que a alteridade religiosa é outro vetor da linguagem de seu texto, igualmente estruturante de alteridade, mas capaz de fornecer diferentes esquemas de diferenciação. Na maior parte das vezes em que o termo “civilização” aparece no texto, ele é decorrente de uma filiação também religiosa, como quando o viajante condiciona o “progresso da civilização” à ação de missionários (CASTELNAU, 1850b, p. 119), ou mesmo quando critica o que reconhece como uma “corrupção universal dos costumes” (CASTELNAU, 1850b, p. 25) para em seguida reiterar explicitamente a articulação entre “civilização” e “cristianismo” (CASTELNAU, 1850b, p. 27). Com base na distinção supracitada da teoria dos diferentes estágios de civilização, fica evidente, portanto, que, para Castelnau, agricultura não era apenas uma questão de economia. Agricultura era uma questão religiosa.

Por meio desse quadro é possível compreender como o viajante textualizou Goiás. Como demonstrando, Castelnau enquanto autor tinha à sua disposição tanto um vocabulário conceitual próprio da anatomia comparada decorrente da história natural, como um vocabulário conceitual próprio do cristianismo, por meio do qual concebia variações de “progresso” e “civilização”. Que escolhas fez então o viajante ao descrever a província? O capítulo *Description de la Province de Goyaz* é iniciado com um vocabulário um tanto quanto ambíguo, pois parece não se acoplar de imediato ao vocabulário da história natural, tampouco ao cristão. Nesse capítulo, Castelnau faz menção a uma estatística datada de 1824 que seria a única “um pouco completa” acerca da população da província, a qual teria, nesse ano, 62.518 habitantes (CASTELNAU, 1850b, p. 120).

Dentre os grupos que constam da tabela estatística apresentada pelo viajante, há “homens brancos” e “mulheres brancas”, segmentos divididos entre casados e não casados, “homens de cor” e “mulheres de cor”, igualmente divididos entre casados e não casados, seguidos de “libertos”, também diferenciados por meio do matrimônio. Finalmente, “índios convertidos” e “escravos” figuram enquanto a quarta e a quinta categoria populacional, divididas apenas sob o crivo do sexo. Na mesma página, Castelnau segue sua digressão acerca da população de Goiás, ressaltando que o número de



famílias em toda a província seria de 12.119 e que, no tocante aos “Índios selvagens”, seria impossível estabelecer uma ideia exata de seu número (CASTELNAU, 1850b, p. 121)¹⁴.

Uma leitura inicial referente apenas a esses dados já poderia levar à conclusão de que o viajante estaria apenas fazendo referência a categorias demográficas de outro texto, que não necessariamente seriam as mesmas do racismo científico que norteia o restante de sua publicação. A forma como as categorias se contrapõem, por exemplo, já permitem induções nesse sentido. A contraposição aos “selvagens” é a categoria de “convertidos”, ressaltando uma forma de classificação de grupos indígenas que norteou não só fontes administrativas luso-brasileiras, mas também outros relatos de viagem e, como citado anteriormente, anunciada em outras partes da publicação de Castelnau.

Contrapondo-se à categoria “brancos” há a categoria “de cor”, a qual, no entanto, é elencada enquanto variável independente das categorias vinculadas ao estatuto da liberdade, posto que as variáveis de “escravos” e “libertos” constam da tabela enquanto termos independentes da soma: às 35.005 pessoas “de cor”, somar-se-iam 1.441 libertas, 1.539 libertos, 6.046 “mulheres escravas” e 7.329 “homens escravos”. A inferência mais plausível é a de que essa estatística tem como objetivo, dentre outros, estabelecer uma diferenciação entre “brancos” e “de cor” em meio a 45.540 pessoas que teriam nascido em liberdade (CASTELNAU, 1850b, p. 121). Castelnau parece citar, portanto, documentos que textualizam categorias de hierarquias sociais próprias do Império brasileiro, em considerável continuidade com categorias de hierarquias sociais mobilizadas em períodos anteriores do Império português. Enquanto citação, a tabela demográfica se apresenta como um momento textual de verdadeira suspensão do vocabulário do autor.

Mas qual teria sido a sua interpretação das categorias na estatística de 1824? Castelnau poderia tê-la citado sem tê-la compreendido. Ele poderia ter feito uma tradução direta dos termos que constavam da tabela e projetado nessas palavras o que ele próprio compreendia por distinções como “brancos”, pessoas “de cor”, “libertos” e “escravos”. Para muitos historiadores, esse foi o raciocínio preponderante em meio a viajantes, o que inclusive limitaria o raio de possibilidades para que seus relatos fossem apropriados pela escrita da história. Como apontou Boaventura Leite (1996):

Deparando-se com libertos e escravos – os primeiros ocupando várias posições na sociedade – e com um grande número de mestiços de negros com brancos, os viajantes nem sempre conseguiram estabelecer uma relação entre procedência, cor da pele e posição social.

¹⁴ A tradução brasileira de 1949 também apresenta esses termos (CASTELNAU, 1949, p. 39).



Tornava-se difícil, para eles, formular um critério de classificação para a população do Brasil. Isto justifica, talvez, o fato de terem utilizado, às vezes, fórmulas tão variadas para identificação de negros, brancos, mulatos e também de escravos ou libertos. Advém daí minha dúvida sobre a possível utilização deste dado como fonte documental (LEITE, 1996, p. 109).

Contudo, se “a linguagem dos relatos encerrará também a mesma ambiguidade e generalidade existentes nas relações e formas de classificação da época” (LEITE, 1996, p. 108), por outro lado cada relato e viagem guarda o potencial de apresentar diferentes graus do “descompasso entre representação coletiva e relato individual” (GANNIER, 2001, p. 28). É neste descompasso, inclusive, que reside o eterno potencial de qualquer relato enquanto fonte documental de si próprio. Ao descrever os grupos indígenas, por exemplo, Castelnau registrou diversas formas de interação e diferenciações que averiguara ao longo de sua viagem.

Embora tenha usado por vezes no relato noções como “homem dos trópicos” (CASTELNAU, 1850b, p. 253), as quais relegam todo e qualquer grupo de ameríndios ao âmbito da alteridade e do exotismo oitocentista, o viajante francês estabeleceu diferenciações entre grupos no intuito de focalizar as particularidades, por exemplo, dos bororos (CASTELNAU, 1850b, p. 78), dos caiapós (CASTELNAU, 1850b, 114) e dos apinajés (CASTELNAU, 1850b, p. 17). Castelnau esteve, portanto, alinhado a um tipo de observação taxonômica que reconhecia as diferenças entre os diversos grupos distribuídos pelo território brasileiro – ainda que em uma chave de produção de imagens do “outro” por meio de um ideário de civilização baseado na diferença cultural.

A tensão acerca do olhar do viajante, no entanto, é comumente ressaltada não em função de sua reação perante grupos indígenas, mas perante as distinções entre “negros” e “brancos”. No tocante a viagens pelo Brasil, a tensão não estaria apenas nos olhos dos viajantes, mas também estruturaria os olhares oriundos da terra visitada, que poderiam se basear tanto em diferenças de cor da pele como também em diferenças de origem social. A interpretação de Ilka Boaventura Leite (1996), por exemplo, é a de que:

[...] já no início do século XIX, os termos “negro” e “mulato” eram utilizados para diferenciar os de descendência europeia, chamados “brancos”. “Branco” e “negro” já se constituíam como as principais categorias de classificação. Desde o início, portanto, não expressavam exclusivamente *status* mas também a origem, no sentido de procedência. Há, portanto, uma generalização no termo, incluindo em “negros” todos os escravos e libertos, e em “brancos”, todos os descendentes exclusivos de europeus, independentemente da procedência étnica (LEITE, 1996, p. 107-108, grifos da autora).

Castelnau, no entanto, foi mais perspicaz. É na encruzilhada de citações de categorias de hierarquias sociais que o relato de sua viagem, enquanto texto, demonstra sua complexidade, pois na



trajetória de apropriações textuais ocorreu um evento inerente à história do relato de viagem enquanto livro: uma nota de rodapé foi esquecida. Na edição parisiense do segundo tomo do relato de sua expedição, Castelnau não se satisfaz com a mera citação dos dados referentes a Goiás em 1824. O texto, direcionado para um circuito de consumo de língua francesa do século XIX, precisava encarar um esforço de tradução que a edição brasileira de 1949, por algum motivo desconhecido, terminou – ou optou – por ignorar. Castelnau precisava traduzir para o leitor francês o significado da ideia de “branco” em Goiás. Em função disso, sentiu a necessidade de adicionar uma nota de rodapé logo na primeira linha da tabela, dedicada aos “homens brancos casados”.

Assim, logo após ler sobre a quantidade de “índios selvagens” que, à época da publicação, provavelmente não ultrapassaria a quantidade de “quinze a vinte mil almas” segundo o viajante, o leitor de Castelnau seria convidado a, antes de virar a página e seguir um período sobre moinhos de açúcar, ler a seguinte explicação acerca da categoria de homens brancos:

Nas partes centrais do Brasil se dá esta qualificação a qualquer indivíduo que tenha os cabelos um pouco lisos, qualquer que seja a sua cor, sendo o número de verdadeiramente brancos extremamente pouco considerável. Dá-se aos Portugueses o nome de *Branços Verdadeiros* para distingui-los dos brancos da região, ou *Branços da Terra* (CASTELNAU, 1850b, p. 121, grifos do autor)¹⁵.

Essa nota explicativa, que consta da edição francesa de 1850, simplesmente foi elidida do trecho equivalente na tradução publicada pela Coleção Brasileira no século XX, que não vincula qualquer nota de rodapé à tabela populacional citada pelo viajante (CASTELNAU, 1949, p. 39)¹⁶. Com isso, tornou-se muito mais restrita a possibilidade de interpretar que tipo de acepção de “branco” estaria sendo mobilizada por Castelnau, no sentido de analisar em que medida a categoria se apresentaria em continuidade a um vocabulário decorrente do racismo científico emulado desde o primeiro tomo do relato ou, por outro lado, em um registro de apropriação do vocabulário de fontes administrativas do local visitado. A possibilidade de inferências demográficas com base em cor de

¹⁵ Tradução livre. À guisa de comparação, a citação original é a seguinte: “Dans les parties centrales du Brésil on donne cette qualification à tout individu qui a les cheveux à peu près droits, quelle que soit du reste sa couleur, le nombre des blancs véritables étant extrêmement peu considérable. On donne aux Portugais le nom de *Branços Verdadeiros* pour les distinguer des blancs du pays, ou *Branços da terra*” (CASTELNAU, 1850b, p.121, grifos do autor).

¹⁶ Outras notas também foram elididas na tradução de 1949, como a que tenta explicar ao leitor de língua francesa o que seria o cará (CASTELNAU, 1850b, p. 166) ou a advertência no sentido de não confundir o rio Paraná “afluente do Tocantins com aquele que desagua no Rio da Prata” (CASTELNAU, 1850b, p. 176). De todo modo, causa espanto que categorias sociais tenham sido suprimidas tal como o foram diferenciações entre rios ou entre tubérculos.



pele acerca da região de Goiás, por sua vez, ou seja, se difícil antes mesmo da tradução, com esse tipo de supressão emerge de vez para o reino do inverossímil, ou mesmo ficcional.

Nesse sentido, a recuperação desta citação remete, inevitavelmente, à supracitada apropriação feita pelo historiador Manolo Florentino, colocando em evidência um aspecto irônico acerca de sua argumentação com base em referências a relatos de viagem. De fato, Florentino errou ao afirmar que Castelnau “aceitou que na província de Goiás, em 1824, os brancos perfizessem apenas 17% de um contingente majoritariamente negro e indígena” (FLORENTINO, 2002, p. 12).

Na verdade, foi a Coleção Brasileira que aceitou esta proporção. Se a edição parisiense do relato de Castelnau permitisse o acesso a algum tipo de subjetividade do viajante, seria na verdade possível afirmar que o viajante francês sequer considerou o percentual de “brancos” da região¹⁷. Como o objetivo do historiador, no entanto, provavelmente não foi o de resgatar a subjetividade do viajante, o erro é irrisório e não invalida sua argumentação acerca de que os “brancos” dos inquéritos censitários realizados no Brasil em fins do século XVIII não o seriam “no sentido europeu do termo” (FLORENTINO, 2002, p. 12). A nota de Castelnau elidida na tradução brasileira, com efeito, apenas corrobora o raciocínio. Feliz ironia, retórica e epistemológica, típica da escrita da história.

Acima de tudo, a nota elidida do relato de Castelnau destaca como, para a linguagem das hierarquias sociais que produziram os dados de 1824, ser “caracterizado como branco marcava uma diferença fundamental em relação aos escravos”, tal como ocorria também em outras províncias, o que indica como, à época em que Castelnau esteve em Goiás, “a escravidão negra influencia a cor dos livres” (GUEDES, 2007, p. 510). Logo, da mesma forma que os brancos de Goiás, para Castelnau, não são “verdadeiramente brancos”, os negros de Goiás não necessariamente foram, para os seus olhos, verdadeiramente negros, no sentido de serem textualizados com base na referência primordial da fisionomia ou antropometria. Isso se dá porque, no relato de Castelnau, a escravidão é uma categoria tão decisiva quanto a anatomia comparada. É essa inflexão, característica já do vocabulário do próprio viajante enquanto autor, que provavelmente garantiu a citação a escravos e libertos de Goiás sem a necessidade de uma nota explicativa tal como a utilizada para diferenciar os “verdadeiramente brancos” dos “brancos da terra”. Castelnau não utiliza o termo “negros” para falar de Goiás. Após descrever a população branca da terra, de cor, assim como os diferentes grupos de

¹⁷ Constatação semelhante foi estabelecida por Guedes (2007), ao apontar comentários do viajante Auguste de Saint-Hilaire acerca de senhores de engenho mestiços na vila de Porto Feliz (GUEDES, 2007, p.508).



indígenas, libertos e escravos, o viajante segue sua descrição da Província fazendo menções apenas à condição escrava.

A condição escrava é, além disso, mobilizada em poucos momentos do relato que Castelnau tece acerca da Província de Goiás. Em um primeiro momento, o viajante se refere a noventa e oito escravos introduzidos em Goiás no ano de 1823 sob a rubrica do “aspecto comercial”, sem, portanto, maiores precisões (CASTELNAU, 1850b, p. 122). As demais citações, em consonância com o que foi apontado por Ilka Boaventura Leite, ressaltam o uso de tecidos de algodão na vestimenta de “escravos” e “pobres” (CASTELNAU, 1850b, p. 135), além de ressaltarem o que seria uma escassez de população cativa no tocante à extração de ouro (CASTELNAU, 1850b, p. 158). O viajante apontou ainda que a falta de escravos teria condicionado a migração de muitas famílias, reconfigurando o cultivo de terra nos distritos (CASTELNAU, 1850b, p. 168)¹⁸.

É em outros trechos do relato que a articulação entre raça e escravidão fica evidente. No primeiro tomo de seu relato, o viajante francês se refere à “raça africana, livre na África ou escrava no Novo Mundo” (CASTELNAU, 1850a, p. 44), e aponta que a escravidão é uma das razões de execução da realização da expedição científica, pois estava “encarregado de estudar as diversas condições do trabalho nas colônias livres e com escravos” (CASTELNAU, 1850a, p. 29)¹⁹. A condição escrava, enquanto identidade que remeteria à África, era, portanto, premente para esse viajante, ainda que não evidente em todo o texto, o que condicionou apropriações posteriores²⁰.

O compromisso do texto de Castelnau com uma crítica à escravidão não o impediu de fazer menções à “raça africana” enquanto uma “ordem inferior”. Ao descrever os costumes do Rio de Janeiro, o viajante comparou os castigos infligidos contra escravos aos reservados a animais como cachorros e cavalos. O francês ressaltou que “os maus tratamentos que o homem faz sentir aos seres

¹⁸ O uso dessas notas na chave de uma reflexão sobre a história social da província poderia ir ao encontro do tipo de tendência que Cacilda Machado menciona no tocante a momentos de redução de contingente escravizado, nos quais se verificava uma maior atração de população agregada aos domicílios de escravistas, que “passavam a se interessar mais por esta mão-de-obra, devido à dificuldade em adquirir cativos” (MACHADO, 2008, p. 53).

¹⁹ O que indica em que medida a viagem era fruto de uma conjuntura global de articulações de diferentes vertentes perante a queda da escravidão colonial (BLACKBURN, 2011) e refuta a perspectiva segundo a qual, enquanto “botânico”, Castelnau teria tido “contato restrito com a população e com a cultura locais” e “procurava evitar contato com os escravos” (LEITE, 1996, p. 117-118).

²⁰ Ilka Boaventura Leite afirmou, por exemplo, que “Castelnau escreveu sobre os negros das fazendas, mas em sua obra não se refere às suas condições – se livres ou escravos – não fazendo, portanto, diferença entre livres e escravos” (LEITE, 1996, p. 110). No entanto, essa pode ter sido sua conclusão em função do recorte analítico referente a Minas Gerais.



que o cercam são em proporção direta à semelhança (*ressemblance*) destes com ele” e denunciou como “aos indivíduos pertencentes à ordem inferior de sua própria espécie” este homem reservava “chicotes gigantesco” e “postes de suplício”, pois “a mais leve falta é suficientemente punida a seus olhos apenas por meio do rasgar da carne e efusão de sangue” (CASTELNAU, 1850a, p. 65).

Apesar da ressonância traumática que várias dessas palavras guardam, talvez seja a mais “discreta” delas a que guarde a maior violência, ao menos para uma concepção universal igualitária de humanidade: a palavra “semelhança”. É no uso dessa palavra que Castelnau consegue se ater à tensão de seu século e guardar simultaneamente os pressupostos científicos da anatomia comparada sem qualquer ruído com seu cristianismo, atualizando o significado de uma categoria teológica que em séculos progressos governara a história natural por meio da noção de singularidade, e no século XIX poderia se apresentar apesar das inflexões que a disciplina sofrera após Cuvier²¹.

Isso se dava porque a emergência da anatomia comparada não implicava a necessidade de uma filiação unívoca quer ao poligenismo, quer ao monogenismo, e as duas vertentes de compreensão da origem da humanidade continuavam a funcionar não apenas enquanto possibilidades de plano de fundo teórico, mas também enquanto “duas modalidades” das “justificações pré-revolucionárias da hierarquia racial” (GOULD, 2003, p. 26). A partir daí os vínculos entre confissão religiosa, teoria, práticas de anatomia comparada e posições políticas poderiam se cruzar das mais diferentes formas em cada indivíduo. Como bem demonstrou Stephen Jay Gould, era possível ser um abolicionista e defender “a existência de sinais de inferioridade entre as raças primitivas”, tal como o foi o francês Étienne Serres (2003, p. 27), assim como era possível realizar a anatomia comparada em seus mais detalhados protocolos por meio de uma defesa da poligenia, tal como feito pelo suíço radicado nos Estados Unidos Louis Agassiz, que, todavia, segundo Gould (2003, p. 31), “não abraçou a poligenia como uma doutrina política consciente”.

Perante esse quadro, as filiações de Castelnau se tornam mais evidentes. Comprometido com a abolição – ao menos em suas publicações –, o naturalista explicitou suas filiações à origem das raças e a hierarquia entre elas, defendendo a superioridade das raças “branca” e “vermelha”

²¹ Uma análise de longa duração dos usos da categoria permitiria inferências acerca do que Andrea Daher, em estudos sobre “figuras diferentes do índio”, reconheceu como um “longo percurso que vai do *outro* como *mesmo* ou *próximo*” até o “*outro* como *diferença cultural*” (DAHER, 2012, p. 36, grifos do autor).



(CASTELNAU, 1851, p. 255) por meio de citações que constam do quarto tomo de seu relato de viagem:

Quer tenham sempre existido várias raças de homens, quer adotemos a versão das Escrituras que os faz descender todos de um só tronco, o que me parece perfeitamente admissível do ponto de vista científico, sempre se evidencia que da mais alta antiguidade histórica encontramos as tradições de três variações principais de nossa espécie, o que é claramente indicado pelos três filhos de Adão e os três filhos de Noé, que designam evidentemente os três ramos branco, vermelho e negro; o primeiro principalmente representado, em monumentos do antigo Egito, pelos pastores ou citas, não parece ter desempenhado um grande papel nesses tempos distantes, o último foi, pelo efeito natural do pouco que há de desenvolvimento de sua inteligência, relegado às partes do globo menosprezadas pelas raças mais avançadas, e a Etiópia central tornou-se seu reino, diz a Escritura: “Bendito seja o Eterno, Deus de Sem, e que Canaã seja seu escravo [*serviteur*]. Que Deus atraia com doçura Jafé, e que Jafé habite nos tabernáculos de Sem, e que Canaã seja seu escravo [*serviteur*]” (CASTELNAU, 1851, p. 254-255).

Perante tal citação, fica mais explícito o significado do uso dos termos “verdadeiramente brancos” e “brancos da terra” em nota, assim como o uso sem notas de rodapé do termo para homens e mulheres “de cor”, quando Castelnau recupera os dados populacionais de Goiás em 1824. Ele encontrava-se diante de uma sociedade que teria desestabilizado Louis Agassiz, pois para esse naturalista “nada inspirava mais temor que a perspectiva de uma miscigenação racial através de casamentos mistos” (GOULD, 2003, p. 36).

Na província de Goiás, o viajante esteve diante de uma sociedade onde o estudo de famílias e mobilidade social na passagem do século XVIII para o século XIX indica como a mestiçagem “foi responsável por esconder a cor, torná-la ausente em muitas situação diferentes”, assim como, “por outro lado, fez prevalecer o *status*” (LEMKE, 2012, p. 281). Em sua passagem por diversas províncias do Brasil, o viajante francês esteve, enfim, diante de “uma sociedade escravista que, como nos mostrou Gilberto Freyre, se misturava sem deixar de preservar as diferenças” (MACHADO, 2008, p. 22), e foi sob esse aspecto que seu olhar mais enfaticamente registrou o Brasil:

Isolados de todos os outros povos, os habitantes da Atlântida conservaram puro o antigo tipo da raça vermelha, ao passo que, submetidos a misturas diversas, esse tipo sofreu no mundo antigo modificações consideráveis: assim, ele se apresenta ora sob o aspecto do Guanche e do árabe do deserto, ora sob o aspecto dos Galas e de algumas outras povoações negras [*noires*] com traços diferentes daqueles dos Negros [*Nègres*]; na Ásia, enfim, ele foi em muitas partes modificado pelo contato dos citas e das raças germânicas; o Brasil nos oferece hoje em dia um exemplo semelhante de uma população de cor formada pela mistura de negros [*nègres*] e de brancos (CASTELNAU, 1851, p. 264).



Considerações Finais

Os relatos de viajantes do século XIX permanecem uma rica fonte de debates não apenas em função do número de representações que moldaram acerca dos territórios que visitaram, mas sobretudo porque permanecem pouco estudados enquanto vestígios de si próprios: muitos detalhes desses relatos e viajantes, enquanto textos e autores, permanecem pouco contemplados. Contemplá-los é uma forma de, para usar a fórmula do historiador Dipesh Chakrabarty, “provincializá-los”, situando os valores pretensamente universais que nortearam suas narrativas e práticas, assim como as apropriações realizadas – ou por vezes cometidas – em função de sua circulação posterior. Dentre esses valores, ideias de natureza, razão e ciência são ambições que merecem ser analisadas tanto em sua condição de insuficientes como em sua condição de necessidade, sobretudo quando se visa a escrita da história de passados subalternos (CHAKRABARTY, 2008, p. 101).

Constatar o racismo e o etnocentrismo de Castelnau é, em bom português, “chover no molhado”. Situar o tipo de racismo emulado por Castelnau em seus textos, por outro lado, permanece um desafio importante, sobretudo no sentido de oferecer subsídios a reflexões acerca das permanências do racismo em séculos posteriores ao do cônsul francês. O racismo de Castelnau não foi menos científico por se entremear a fundamentos de alteridade religiosa, nem menos religioso por se entremear a fundamentos de alteridade científica. Enquanto conhecimento situado, capaz de circulação e disseminação em função dos circuitos em que se inseria, foi uma formulação científica coadunada às tensões dos campos em que se encontrava.

O estudo de questões raciais, ainda hoje, por vezes se vê em uma posição ambígua perante dualidades entre natureza e cultura, que permitem brechas de reificação de determinadas formulações, em vez de uma abordagem que explicita as contingências históricas das objetivações de cada um dos termos dessa misteriosa equação – ela própria uma objetivação histórica²². É sintomático que um autor como Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, por exemplo, alerte para o fato de que a sociologia, enquanto disciplina, “vê-se obrigada a abandonar inteiramente a dicotomia sociedade e natureza, para dedicar-se ao estudo empírico do modo como tecemos material e simbolicamente as relações que criamos” e afirme, simultaneamente, o quão fundamentais “também são as marcações que se

²² Ao utilizar o termo “objetivação”, faço referência às formulações de Paul Veyne (1971).



confundem com a ordem natural, em suas inscrições físicas e corpóreas” (GUIMARÃES, 2018, p. 296-297).

Ao abandonar a dicotomia, o autor corre o risco de reiterar uma ideia de natureza que talvez nem o próprio Castelnau tivesse corroborado, uma vez que aquilo que Guimarães chama de ordem natural é, em si, social e simbolicamente relacional, e qualquer corpo possui inscrições físicas e corpóreas, portanto, sociais – ou, para usar a expressão de Donna Haraway, semióticas-materiais (1988, p. 595). É muitas vezes na reivindicação da separação entre sociedade e natureza que ocorrem naturalizações de objetivações sociais – e sociológicas –, e talvez nesse sentido o tipo de convite deixado por um autor como Stephen Jay Gould (2005, p. 21) em sua última obra seja mais profícuo: por meio de um declarado elogio do que concebia como um modelo estadunidense de democracia, o qual se apresentaria como “um modelo de união durável e útil de virtudes contrárias” – modelo que provavelmente reconheceu como produtor e produto de uma crítica como a que fizera em obra anterior, denunciando os *founding fathers* Benjamin Franklin e Thomas Jefferson, o primeiro como partidário da inferioridade cultural dos negros e o segundo como favorável à ideia de uma inferioridade biológica dos negros (GOULD, 2003, p. 20) –, o biólogo reivindicou uma reconciliação mais atenciosa e precavida entre ciências e humanidades.

Certamente “geneticistas não são particularmente qualificados para combater o racismo” e é, portanto, por um ideal humanista “eticamente superior” que o racismo deve ser combatido, independentemente das formulações preponderantes em campo científico (TODOROV, 1989, p. 138). Porém, a articulação entre ciências e humanidades ressalta o quão limitadas são as “diferenças genéticas entre os grupos humanos” (GOULD, 2003, p. 345) e evidencia que é no imaginário que o fenótipo se liga “a uma ideia de pertença étnica e origem dos indivíduos” (SHUCMAN, 2018, p. 171).

É nessa perspectiva, portanto, que se pode ressaltar o que estudos críticos sobre branquitude, por exemplo, apontam acerca da categoria que, caracterizada enquanto “um lugar de privilégios materiais e simbólicos”, manifesta-se não apenas por meio de “uma fronteira externa entre brancos e negros” mas também por “distinções internas que hierarquizam os brancos através de outros marcadores sociais, como classe social, gênero, origem, regionalidade e fenótipo” (SHUCMAN, 2018, p. 168), assim como também se pode ressaltar variáveis de negritude que contemplem o problema do “escravo enquanto outro racializado” (BARCHIESI, 2018, p. 148) perante a objetivação de uma “ontologia negro-africana” (SENGHOR, 1967, p. 6), ressaltando como e em que medida “a



escravidão do Novo Mundo codificou a pele “negra” como uma característica de escravo” (BLACKBURN, 2011, p. 19). Ao se distanciar simultaneamente dos indígenas não convertidos, dos brancos da terra e dos negros escravizados, Castelnau deixou vestígios para reflexões sobre o quanto pode haver de desejo de distinção social na branquitude e força da escravidão americana na negritude, não só na província de Goiás, mas na Corte e, enfim, no Brasil.

Apropriar-se dos relatos de viagem não é, em si, uma armadilha. É a pessoa que os lê posteriormente que imputará às regiões visitadas a permanência ou o esquecimento das categorias moduladas pelos viajantes. O relato de viagem de Castelnau é um acontecimento em si, e a história de sua tradução no Brasil na primeira metade do século XX, por sua vez, apresenta sua própria lógica. Talvez o motivo pelo qual a citação acerca dos “brancos verdadeiros” e “brancos da terra” desapareceu permaneça um mistério para a escrita da história. Uma hipótese mais apressada poderia se satisfazer com a mera ideia de um esquecimento corriqueiro. No entanto, tendo-se em vista as possibilidades apontadas pela historiografia, uma desatenção perante tal distinção não denotaria algo ingênuo. Afinal de contas, é no esquecimento que se perpetra o embranquecimento.

Referências

- ANDRADE, Karylleila dos Santos. Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau a exoticalização da província de Goiás e a grafia dos topônimos. **Cadernos do CNLF (CIFEFIL)**, Rio de Janeiro, v. XI, n. 5, p. 96-105, 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/5/saint_hilaire_pohl_gardner.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2018.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos; BASTIANI, Carla. Viajantes naturalistas do século XIX na região da Província de Goiás: levantamento de topônimos indígenas. **ANTARES: Letras e Humanidades**, Caxias do Sul, v.4, n.8, p. 169-184, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/1846/1165>>. Acesso em: 11 de ago. 2018.
- BARCHIESI, Franco. Liberalismo e anti-negritude: será o Outro racializado um sujeito subalterno? In: CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (Org.). **Para além do pós(-)colonial**. São Paulo: Alameda, 2018.
- BLACKBURN, Robin. **The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848**. London/New York: Verso, 2011.
- BROC, Numa. Les explorateurs français du XIX siècle reconsidérés. **Revue française d'histoire d'outre mer**, t. 69, n. 256, p. 237-273, jul.-set., 1982. Disponível em:



<https://www.persee.fr/docAsPDF/outr_0300-9513_1982_num_69_256_2381.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2018.

CANEDO, Rogério. Literatura e História: as narrativas presentes na historiografia de Goiás.

Jangada, Colatina/Chicago, n.8, p. 172-189, jul-dez, 2016. Disponível em:

<<https://www.revistajangada.ufv.br/index.php/Jangada/article/view/126/139>>. Acesso em: 13 de ago. 2018.

CASTELNAU, Francis de. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Tomo II. Trad. Olivério M. De Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. Disponível em:

<<http://www.brasiliana.com.br/obras/expedicao-as-regioes-centrais-da-america-do-sul-v2/pagina/1/texto>>. Acesso em: 11 de ago. 2018.

CASTELNAU, Francis de. **Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para, exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847 sous la direction de Francis de Castelnau**. Tome Premier. Paris: P. Bertrand, 1850a. Disponível em: <<https://books.google.com>>. Acesso em: 15 de out. 2018.

<<https://books.google.com>>. Acesso em: 15 de out. 2018.

CASTELNAU, Francis de. **Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para, exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847 sous la direction de Francis de Castelnau**. Tome Deuxieme. Paris: P. Bertrand, 1850b. Disponível em: <<https://books.google.com>>. Acesso em: 15 de out. 2018.

<<https://books.google.com>>. Acesso em: 15 de out. 2018.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da “decadência” aos limites da “modernidade”**. Goiânia: Ed. da UFG, Ed. Da UCG, 1997.

COSTA, Maria de Fátima Gomes. Expedição Castelnau e o Império brasileiro: imagens do interior. In: GESTEIRA, Heloísa; MARINHO, Pedro; CAROLINO, Luis Miguel (Ed.). **Formas e representações do Império**. Ciência, tecnologia e política, séculos XVI-XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

DAHER, Andrea. **A oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DANTAS, Luiz Carlos da Silva. Francis de Castelnau e o relato de um grupo de escravos de Salvador da Bahia em 1851. Ou do caráter simiesco dos indesejáveis. **Remate de Males**, Campinas, v. 12, p. 45-55, 1992. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635906/3615>>. Acesso em: 12 de ago. 2018.

DRAYTON, Richard. **Nature's Government: Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World**. New Haven, London: Yale University Press, 2000.



- FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p. 9-40, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00009.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2018.
- GANNIER, Odile. **La littérature de voyage**. Paris: Ellipses Édition, 2001.
- GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GOULD, Stephen Jay. **Le renard et le hérisson**. Pour réconcilier la science et les humanités. Paris: Éditions du Seuil, 2005.
- GUEDES, Roberto. Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, século XIX). **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, v.10, n.18, p. 489-518, jul.-dez. 2007. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed18/5_roberto_guedes.pdf> Acesso em: 17 de ago. 2018.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O pós-colonial e os estudos afro-brasileiros. In: CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (orgs.). **Para além do pós(-)colonial**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2018.
- HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: the Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3178066?origin=JSTOR-pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2018.
- KURY, Lorelai. **Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)**. Paris: L’Harmattan, 2001.
- LACAPRA, Dominick. **Rethinking Intellectual History**. Texts, Contexts, Language. Ithaca/London: Cornell University Press, 1983.
- LEITÃO, Tania Maria de Maio. **Abastecimento alimentar em Goiás na primeira metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/TANIA_MARIA_DE_MAIO_LEITAO.pdf> Acesso em: 10 de ago. 2018.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da Viagem: Escravos e Libertos em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social** – notas do que os viajantes não viram em Goiás. C. 1770 – c.1847. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/MARIA_LEMKE.pdf> Acesso em: 12 de ago. 2018.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993 [1979].



Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101393/tropas_moderacao.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2018.

LOVEJOY, Paul. E. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.2, n. 1, p. 11-44, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v1n1/2237-101X-topoi-1-01-00011.pdf>> Acesso em: 10 de out. 2018.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MCKENZIE, Donald. **Bibliography and Sociology of Texts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MELLO, Maria Elizabeth Chaves de (Org.). **Um francês nos trópicos**. Francis de Castelnau: o olhar de um viajante no século XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

MORAES, Benone da Silva Lopes; COSTA, Maria de Fátima; SILVA, Arthur Santos da. O Pantanal nos caminhos planejados por Francis de Castelnau (séc. XIX). **Anais 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal**. São José dos Campos/Brasília/Cáceres: INPE/Embrapa/UNEMAT, p. 944-954, 2014. Disponível em: <<https://www.geopantanal.cnptia.embrapa.br/2014/cd/p151.pdf>> Acesso em: 14 de out. 2018.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. Uma releitura dos viajantes europeus: nem tudo era decadência em Goiás no século XIX. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n.1, jan./jul., 2018. Disponível em: <<http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/678>> Acessos em: 17 de ago. 2018.

RAJ, Kapil. Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science, **Isis**, v. 104, n.2, p. 337-347, 2013.

REIS, João José. Resposta a Paul Lovejoy. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, jan./jun., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v16n30/2237-101X-topoi-16-30-00374.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2018.

ROCHE, Daniel. **Humeurs vagabondes**. De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages. Paris: Fayard, 2003.

SECORD, James. Knowledge in Transit. **Isis**, v. 95, n. 4., p. 654-672, 2004.

SENGHOR, Léopold S. Qu'est-ce que la négritude? **Études françaises**, Montréal, v. 3, n. 1, p. 3-20, 1967. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/etudfr/1967-v3-n1-etudfr1747/036251ar.pdf>>. Acesso em: 12 de out. 2018.

SHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude à brasileira: hierarquias e deslocamentos entre origem, gênero e classe. In: CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (orgs.). **Para além do pós(-)colonial**. São Paulo: Alameda, 2018.



SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TEIXEIRA, Daiany Ribeiro. O sertão de Goiás na literatura de viagem. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 95-105, jan./jul. 2013. Disponível em:
<<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/2749>>. Acesso em: 17 de ago. 2018.

TODOROV, Tzvetan. **Nous et les autres**. La réflexion française sur la diversité humaine. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

VEYNE, Paul. **Comment on écrit l'histoire**. Essai d'épistémologie. Paris: Seuil, 1971.



Estrada de Ferro Goyaz e seus Impactos na Cidade de Ipameri e no Estado de Goiás (1913-1930)

Hamilton Afonso de Oliveira²³

Hudson Carneiro de Paiva²⁴

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar a importância da ferrovia no desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás e para a cidade de Ipameri em particular, aonde os trilhos da estrada de ferro chegaram em 1913. Importante invenção do início do século XIX, a estrada de ferro se tornou conhecida por carregar, além de vagões com mercadorias e pessoas, valores e princípios, contribuindo para a disseminação do desenvolvimento econômico e social, calcados na ideologia do progresso capitalista. A estrada de ferro reduziu as distâncias entre lugares, permitindo o acesso mais rapidamente entre os centros produtores e os mercados consumidores, ao mesmo tempo em que conectou modos de vida e características culturais, contribuindo decisivamente para moldar a atual sociedade de consumo de massa.

Palavras-Chave: Ferrovias. Economia. Goiás. Ipameri/GO.

The Goyaz Railroad and its Impacts in the City of Ipameri and in the State of Goiás (1913-1930)

Abstract: The objective of this article is to show the importance of the railroad in the economic and social development of the State of Goiás and to the city of Ipameri in particular, where railroad tracks arrived in 1913. Important invention of the early nineteenth century, iron has become known for carrying, besides wagons with goods and people, values and principles, contributing to the spread of economic and social development, based on the ideology of capitalist progress. The railways reduced distances between places, allowing faster access between producer centers and consumer markets, while connecting lifestyles and cultural characteristics, making a decisive contribution to shaping the current mass consumer society.

Keywords: Railways. Economy. Goiás. Ipameri/GO.

Introdução

As ferrovias foram um dos primeiros instrumentos propulsores do desenvolvimento e do progresso durante a primeira fase da Revolução Industrial, marcando “o início de uma série de inovações que caracterizam a atual era da globalização. Além de transportar mercadorias e pessoas [...] a disseminação de novos valores e princípios calcados na ideologia do progresso [...] e novos valores de uma sociedade de consumo” (OLIVEIRA, SANTOS, 2018, p. 53).

²³ Doutor em História Econômica pela Universidade Estadual Paulista Professor Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG). Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS/UEG). Professor de História do Brasil do curso de Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Morrinhos).

²⁴ Graduando do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Morrinhos).



Desse ponto de vista, a estrada de ferro pode ser considerada o prelúdio da atual era da globalização ao proporcionar a expansão do comércio e do capitalismo no mundo com a redução das distâncias geográficas que separavam os povos à medida que os trilhos se espalhavam por todos os continentes, compondo modais de transportes ao longo do século XX, interligando-se a estradas de rodagens, hidrovias, rotas marítimas e navegação de cabotagem, portos e aeroportos, fazendo com que, de acordo com Eric Hobsbawm (2001, p. 62), o mundo se tornasse menor e “a história mundial”.

Tendo seu início na Europa localizado ainda na primeira década dos 1800, no Brasil as ferrovias começaram a ser implementadas somente depois de 1850, sendo que, para o observador que estivesse passando pelo Brasil nos idos de 1860 “o Império ainda caminhava no lombo de mula”, nas palavras de Viviane Morais (2010, p. 8). Apenas nesse período as condições para a implantação das ferrovias começaram a ser construídas, sendo seu marco a aprovação do Código de Comércio de 1850.

A década de 1850 foi ainda lembrada por Antônio Cavalcanti de Gusmão (1933), para que as condições para a implantação das ferrovias só passaram a fazer parte do horizonte das autoridades imperiais quando constataram que “as primeiras estradas de ferro de grande penetração não podiam prescindir do apoio material do Estado” (GUSMÃO, 1933, p.8). Para tanto foi aprovada a Lei n. 641, de 26 de junho de 1852, que permitia a concessão, com garantia de juros às empresas que se constituíssem para construir e explorar estradas de ferro no território nacional. A referida lei acabou servindo de base para a concessão de privilégios a empresas concessionárias para outras regiões do Brasil.

Para Odilon Matos (1990), é importante pensar que o ambiente para a realização dos empreendimentos ferroviários no Brasil a partir de 1850 deveu-se, principalmente, a dois fatores:

De um lado, porque a situação política do país tornou-se mais estável, com o fortalecimento da ordem pública interna e, de outro, porque a extinção do tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queiroz, daquele ano, deixou livres muitos capitais até então empregados no comércio negro (MATOS, 1990, p. 11-12).

O primeiro trecho de linha férrea foi inaugurado em 30 de abril de 1854, que deu origem a Estrada de Ferro Petrópolis, financiada pelo Barão de Mauá - sem subsídio algum do Estado – um trecho de 14,5 quilômetros que se estendiam da estação Mauá, na margem da baía da Guanabara até a Serra dos Órgãos na estação Frágoso (GUSMÃO, 1933). Na inauguração deste primeiro trecho, Mauá na solenidade de inauguração do referido trecho, em discurso direcionado ao Imperador D.



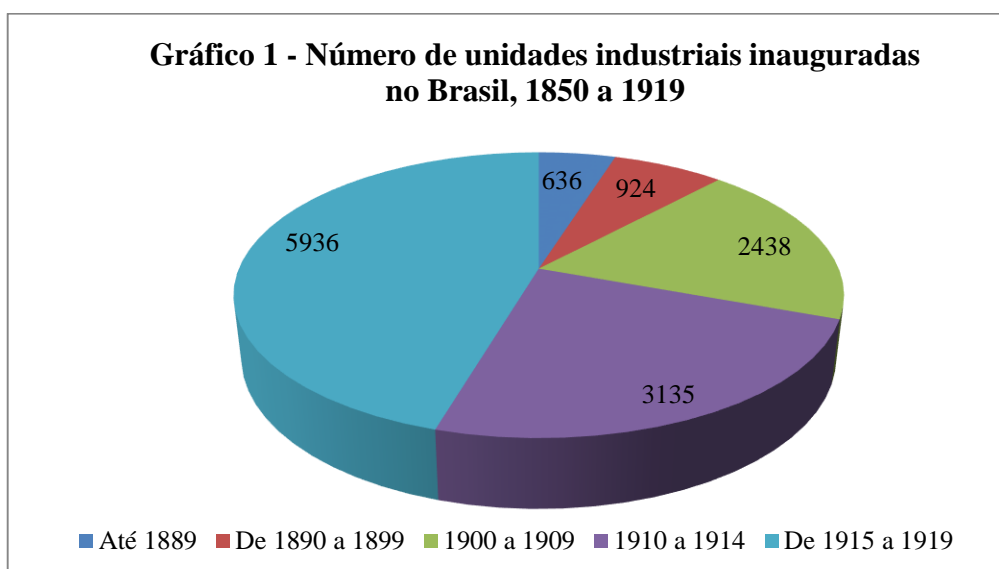
Pedro II, reiterou que era “o primeiro passo na realização de um pensamento grandioso. Esta estrada Senhor, não deve parar, e se puder contar com a proteção de Vossa Majestade, seguramente não parará mais” (MATOS, 1990, p. 66).

Entre os anos de 1854 a 1874 foram inaugurados novos trechos de estradas de ferro, as pontas dos trilhos das quais partiram as principais malhas ferroviárias que se consolidaram na primeira metade do século XX. Ao longo do período de quase 80 anos (1854-1832) a extensão da malha ferroviária saltou de 14,5 quilômetros para quase 33 mil quilômetros.

Para Maria Lúcia Lamounier (2012), com a consolidação da produção de café no Estado de São Paulo, este se tornou o estado com o maior número de empreendimentos ferroviários, não apenas contribuindo para a expansão da produção cafeeira, como também para o desenvolvimento de outras atividades produtivas ligadas à agricultura e pecuária e sendo decisivo para o surgimento do parque industrial paulista. A autora aponta que as ferrovias:

[...] provocaram uma verdadeira revolução na economia cafeeira [...] permitiram a rapidez de comunicação, fretes mais baixos, maior capacidade de transporte e melhor conservação do produto, o que facilitava a obtenção de melhores preços no mercado internacional. [...] a **ferrovia**, combinados com três elementos permitiram a ampliação do mercado interno, a urbanização, a diversificação dos investimentos e de atividades econômicas (LAMOUNIER, 2012, p.39-40, grifos nossos.).

Concomitantemente à instalação e ampliação do sistema ferroviário brasileiro, o comércio, indústria e a urbanização começaram a ganhar maior fôlego no Brasil, sobretudo, a partir do advento da República em 1889.



Fonte: Recenseamento Geral do Brasil – Elaboração dos Autores (2018)



Conforme nota-se no Gráfico 1, até 1889 foram abertas apenas 636 unidades industriais no Brasil; em apenas 10 anos de governo republicano (1890 a 1899), foram instaladas no país 924 novos estabelecimentos industriais. Já no novo século, foram contabilizados entre 1900 e 1909 2.438 novos estabelecimentos e entre 1910 e 1914, no limiar a Primeira Grande Guerra, 3.135 unidades fabris. No período de 1915 a 1919 foram 5.936 novos estabelecimentos industriais, principalmente devido à política de substituição de importações, causada pelo advento da Primeira Guerra Mundial.

A relação entre o crescimento da indústria brasileira e a circulação de produtos que as ferrovias possibilitaram pode ser percebida no volume das exportações para o mercado internacional, que crescia na mesma proporção da ampliação da malha ferroviária. Em 1900:

[...] as estradas de ferro transportaram para o porto de Santos 2.230.913 toneladas; em 1920, foram exportadas 8.187.139 toneladas um crescimento médio de 12% ao ano. O número de passageiros de 8.515.226 em 1900 subiu para 17.867.018 em 1920, um aumento médio anual de 20%. [...] O valor do comércio internacional foi de £ 15.087.735 libras em 1900, chegou em 1924a £ 76.023.223 libras, com o acréscimo anual de 17% (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1925, p.1038).

É dessa forma que entendemos que a expansão da rede ferroviária e da indústria brasileira se deu no mesmo contexto histórico, o da expansão nacional e internacional dos mercados, incentivada pelas economias centrais do capitalismo, especialmente, pela Inglaterra a partir de 1850. Os resultados, no Brasil, rapidamente foram notados e a ferrovia passou a ser vista com grande entusiasmo pelas autoridades brasileiras pouco depois da década de 1870, que a consideraram, de acordo com Hamilton Oliveira (2016, p. 34) “uma verdadeira máquina do progresso e de despertar a civilização”.

No interior do país a chegada da ferrovia demorou um pouco mais. Apenas ao longo da década de 1880 em diante que a ideia de se trazer a estrada de ferro para Goiás se tornou objeto de consideração dos políticos goianos, interessados em expandir o alcance de sua produção econômica, prejudicadas, em sua visão, “pela ausência de meios de transportes mais rápidos e eficientes” (OLIVEIRA, 2016, p. 34).

A Estrada de Ferro Goyaz e seus Impactos em Goiás

Oliveira (2016) mostra como, em 1881, o presidente provincial Leite de Moraes já mencionara, em seu relatório anual, a necessidade de melhorar os deslocamentos como forma de alavancar a produção econômica de Goiás; aparentemente, as autoridades políticas de Goiás



acreditavam que a estrada de ferro, por si só, poderia solucionar todos os problemas do Estado, trazendo o desenvolvimento e o progresso.

Além de Leite Moraes, Rodolpho Gustavo da Paixão, em 1891, e Francisco Leopoldo Jardim, em 1896, também destacaram o que consideravam o caráter indolente do habitante goiano, e a necessidade de se criar as condições para o desenvolvimento, que passava pela adoção de melhorias no transporte das mercadorias, ligando Goiás aos mercados consumidores. Na visão dos presidentes mencionados, a chegada da ferrovia também estava ligada a um elemento civilizador.

Lima Paixão deixa isso claro ao argumentar que “ao ouvir o sibilo da locomotiva [...] o miserando silvícola, o índio cruel e indolente [...] há de ser chamado para o convívio social tornando elemento apreciável à lavoura” (PAIXÃO, 1891apud OLIVEIRA, 2016, p. 37). Para Leopoldo Jardim, a ausência de meios de transportes rápidos e eficientes era o fator fundamental para a proliferação em Goiás de “homens sem ambições que se contentam estritamente com a satisfação de suas necessidades de uma vida sem conforto” (JARDIM, 1896apud OLIVEIRA, 2016, p. 38).

Desde que foi levantado o desejo que os trilhos da estrada de ferro chegassem a Goiás em 1881 foram necessários esperar quase 40 anos para que se concretizasse. Afinal não havia expectativas reais de crescimento econômico e de mercado consumidor nas terras goianas que garantissem a viabilidade financeira de uma ferrovia devido à baixa densidade demográfica e, por conseguinte, um mercado consumidor muito restrito diante de uma diminuta população goiana predominantemente rural e com uma cultura de autossustentação em que o dinheiro, quando existia, concentrava nas mãos de poucas famílias. Isso se devia à hesitação da interiorização dos trilhos da Ferrovia Mogyana pelos seus diretores, pelos prejuízos que já haviam tido no trecho que passava em Minas Gerais e que, por isso, se esquivavam:

[...] em dar continuidade ao prolongamento da ferrovia até o estado de Goiás, mesmo tendo o privilégio de concessão assegurado desde 16 de julho de 1890 [...] nunca se sentiram motivados a se arriscarem em nova aventura, pois tinham consciência da inviabilidade financeira do tráfego (OLIVEIRA, 2016, p. 39).

Não apenas o trecho da estrada de ferro que passava em Minas Gerais dava prejuízo. Oliveira (2016) mostra que vários outros empreendimentos não eram inicialmente viáveis economicamente, principalmente pela falta de planejamento criterioso e técnico, sobretudo quando os interesses pessoais, políticos e econômicos de determinados grupos prevaleciam. Ernesto Antonio Cunha (1909)



mostrou que, na primeira década do século XX a Estrada de ferro Paulo Afonso, cujos trilhos cortavam regiões secas e estéreis dos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará era deficitária.

Esse foi o período em que, finalmente, os trilhos da Estrada de Ferro Goyaz chegaram a Goiás: em Catalão a inauguração se deu em 1909 e em Ipameri em 1913. A estrada de ferro, “avançando matas, rios e transpondo serras e desfiladeiros [...] **gradativamente**, passou a estar presente em localidades que, por vezes, não tinha razões de estar e nem tinha o que transportar” (OLIVEIRA, 2016, p. 34, grifos nossos). A região por onde passava os trilhos da Estrada de Ferro Goyaz, tinha baixa densidade demográfica, portanto, o mercado produtor e consumidor era muito restrito. Tratava-se de um trecho em que as receitas auferidas com o transporte de mercadorias e pessoas, por um longo período, não seriam suficientes para arcar com as despesas, cabendo, portanto, à União ou ao Estado de Goiás arcar com os prejuízos.

Na linha Formiga/São Pedro Alcântara, conforme dados do Censo Demográfico de 1908, havia uma população estimada de apenas 95,5 mil habitantes. Na região Araguari/Catalão não chegava a 80 mil habitantes e no trecho de ramal a ser construído de Catalão/Anápolis havia apenas duas cidades Ipameri – com 10,8 mil habitantes – e Anápolis – com 8,6 mil habitantes. Cerca de 80% da população viviam no campo tendo na pecuária e agricultura extensivas as principais atividades econômicas. Sem qualquer aprimoramento técnico produzia apenas o necessário para satisfazer as necessidades básicas de consumo familiar e local.

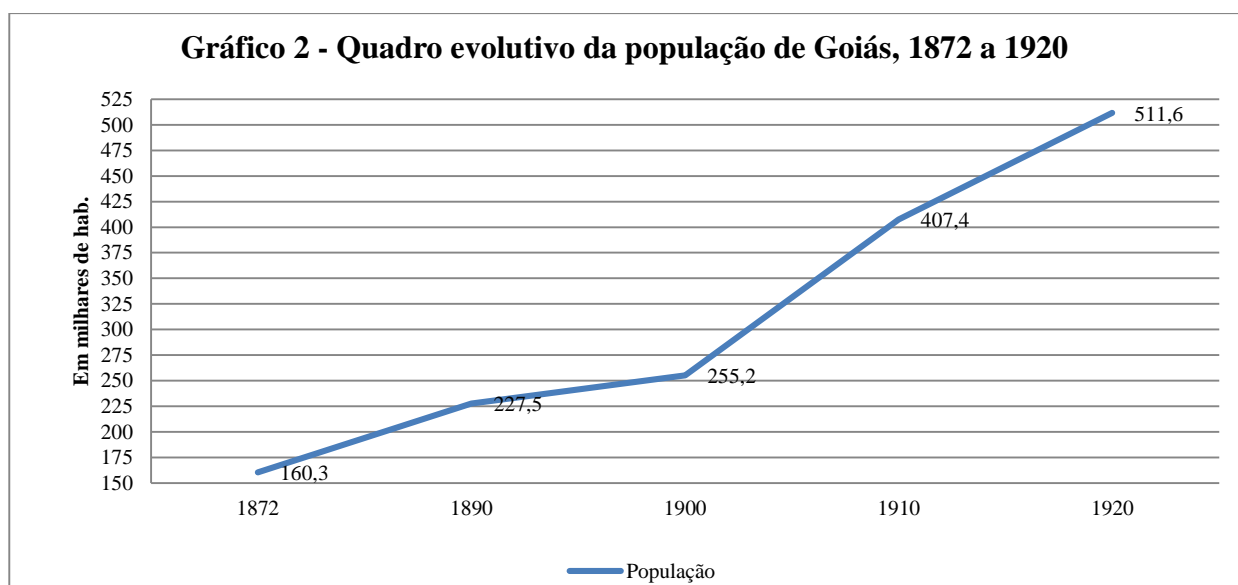
O que havia era uma perspectiva futura de progresso e desenvolvimento que a ferrovia poderia proporcionar à medida que avançasse pelas terras do sudeste goiano que, paradoxalmente, era a região mais despovoada de Goiás naquele tempo. Na perspectiva do espírito da aventura e do desbravamento do Brasil, ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, a ferrovia – e depois, o automóvel e as rodovias – foi vista com grande entusiasmo pelas autoridades e pela intelectualidade brasileira da época que a considerava como uma verdadeira máquina do progresso e seria a responsável por despertar o progresso e civilização na região do Cerrado.

Inserido em um contexto marcado pelo rápido crescimento dos mercados que se inter-relacionam e com a ampliação da malha ferroviária no mundo que tinha como objetivo, atender aos interesses das economias centrais do capitalismo, cuja finalidade principal era ampliação do mercado consumidor para os produtos industrializados e, por outro lado, o fornecimento de matérias-primas e produtos agropecuários para abastecimento das economias urbanas e industriais do capitalismo



nacional e internacional. Nesta perspectiva, de certa forma o projeto de expansão ferroviária através da Estrada de Ferro Goyaz foi eficiente e promoveu o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, repercutiu no aumento da arrecadação e no crescimento demográfico do Estado de Goiás.

Conforme se percebe no Gráfico 2, a população de Goiás dobrou entre 1900 a 1920, passando de 255,2 mil para 511,6 habitantes. A partir de 1915 intensificaram também, os investimentos na construção de estradas de rodagens interligando os municípios mais afastados aos entroncamentos ferroviários. Cidades mesmo distantes das estações ferroviárias como Jataí, Mineiros, Morrinhos, Pouso Alto (atual Piracanjuba), Rio Verde e Santa Rita do Paranaíba (atual Itumbiara) tiveram um crescimento demográfico estável ao longo do período. Além disso, houve o crescimento econômico expressivo das cidades de Morrinhos, Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), Rio Verde e Pouso Alto, além da pecuária, já figuravam entre os dez maiores municípios produtores de grãos em 1920, mesmo relativamente distantes de ramais ferroviários (CAMPOS, 2003).



Fonte: Recenseamento Geral do Brasil (1920) e Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912) – Elaboração Autores (2018)

Se a intenção das autoridades da época era fomentar o crescimento demográfico e econômico no sudeste goiano, conforme dados econômicos do Censo de 1920, pode se dizer que a ferrovia cumpriu o seu papel. Somente a população da região da Estrada de Ferro Goyaz saltou de 22 mil habitantes, no ano de 1900, para mais de 100 mil habitantes em 1920, com o “crescimento expressivo das cidades existentes e o surgimento de novas cidades (Vianópolis, Urutaí, Pires do Rio) à medida



que os trilhos foram se aproximando da cidade de Anápolis” (OLIVEIRA; NATANE, 2018, p. 63-64).

De acordo com Hilma Brandão (2005), a relativa modernização dos lugares por onde os trilhos passavam inspirou, também, outras localidades mais distantes a adquirirem hábitos sociais e culturais originários dos grandes centros urbanos. Dessa forma:

[...] o trem foi representado no Brasil como nos demais países, o grande condutor da civilização e veículo de integração nacional [...] um símbolo do progresso e da civilização que molda novos hábitos, entre eles o de medir o tempo pelo relógio, colocados nas estações, que substituiu o tempo natural, medido pelo sol e pelo sino da igreja (BRANDÃO, 2005, p. 33).

Novos hábitos de consumo tipicamente urbanos, gradativamente, foram sendo incorporados na vida cotidiana de uma sociedade agrária que, até então por conta do difícil acesso, mantinha nos lares das vilas, povoados e fazendas poucos utensílios de cobre e ferro, além de serem raras as famílias que possuíam pratarias e utensílios de vidro e de cerâmica industrializada entre utensílios de cozinha. Produtos que somente começaram a aparecer com maior frequência nos inventários *post-mortem* do sul de Goiás, a partir de 1870, “utensílios de ferro teve um acréscimo de 700%, saltando de 75 para 525 utensílios arrolados entre os anos de 1901 a 1910, já os utensílios de cobre cresceram 201% com um salto de 90 para 181 unidades entre os anos de 1911 a 1930” (OLIVIERA; SANTOS, 2018, p. 57).

Da mesma forma outros utensílios passaram a fazer parte do mobiliário das residências das famílias mais abastadas, como por exemplo, os canapés, as cadeiras de palhinha, máquinas de costura, relógios, moinhos de moer café, lampiões a querosene e utensílios de alumínio. A madeira, antes da chegada destes utensílios de origem industrial, era a matéria prima do pouco mobiliário que era encontrado nas residências, fabricado nas pequenas oficinas de carpintaria local. A partir de 1870, com o acesso a ferramentas mais sofisticadas, houve incremento na fabricação de móveis de uso doméstico, bem como, a importação desses produtos de outras localidades, como por exemplo, os canapés, cadeiras de palhinha, sofás, guarda-roupas e cômodas, oriundos dos médios e grandes centros urbanos de São Paulo e do Rio de Janeiro e que começavam a chegar a Goiás com mais frequência pelos trilhos da estrada de ferro.

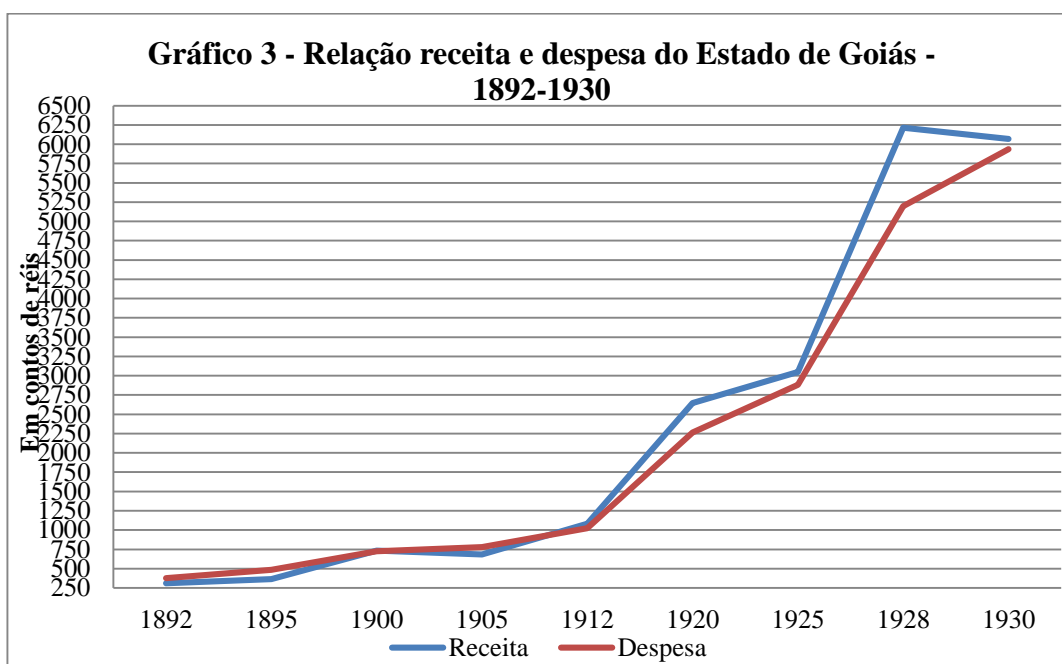
O crescimento da produção e do consumo foi fundamental para o aumento da arrecadação do Estado de Goiás, expressivo entre os anos de 1892 a 1930, a ponto de os governos terem



conseguido quitar as dívidas com credores em 30 de julho de 1915, conforme o Decreto Lei n.º 520 expedido no mesmo dia. Poucos anos depois, em 1918, a situação era plenamente favorável e:

Goyas não deve coisa alguma, quer interna quer externamente, está com o seu funcionalismo pago em dia e tem em cofre um saldo em dinheiro de 1.154:403\$482 réis, não incluída a arrecadação junto à Estrada de ferro e vários recolhimentos de abril último no valor de 62 contos já conhecidos, mas, ainda não entregues à Secretaria de Finanças (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1918, p. 350).

De 1912 até 1930 – ao contrário da realidade das administrações públicas atualmente –, as administrações goianas conseguiam cobrir as despesas orçamentárias do Estado e, na maioria dos anos, deixaram saldo orçamentário expressivo no orçamento para os anos subsequentes e as futuras administrações que assumiam a gestão do Governo. Isso se percebe na análise do gráfico 3, no qual se pode observar, ainda, que no mesmo período, a receita arrecada saltou de 1.022 contos de réis para 6.215 contos em 1928, com uma pequena retração nos dois anos finais do período analisado, devido aos efeitos da Grande Crise de 1929, mesmo assim permanecendo superavitário.



Fonte: A Informação Goyana (1931) – Elaboração dos Autores (2018)

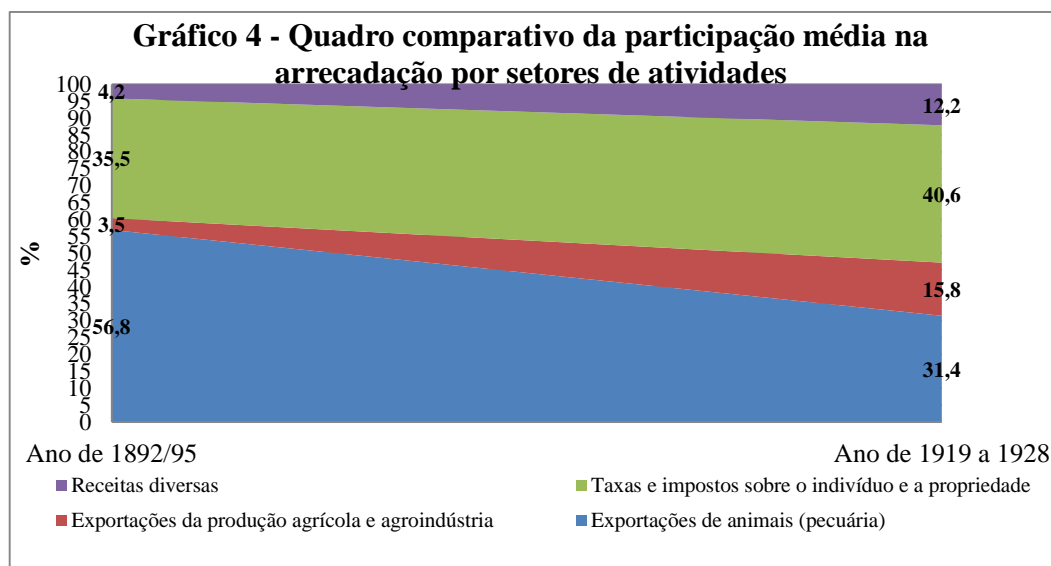
Conforme os dados da arrecadação do Estado de Goiás entre os anos de 1892 a 1928, a presença da Estrada de Ferro Goyaz, pode ter contribuído por haver uma maior diversificação da produção e na geração de divisas ao estado com a inserção de novas atividades econômicas ligadas à produção de excedentes para a exportação. A Estrada de Ferro viabilizou a instalação das primeiras indústrias em Goiás, a partir de 1914, e tornou a produção agrícola viável à exportação, bem como,



estimulou o início da produção fabril com as primeiras exportações de produtos industrializados da pecuária e agricultura. Estas chegaram a representar 9% da arrecadação estadual em 1928 e o aumento da produção agrícola passou a representar, em média, no período de análise em 10% da arrecadação estadual.

Houve também o incremento das indústrias derivadas das atividades extrativistas, com destaque para a exportação de cristais, de madeiras e o surgimento das primeiras fábricas (olarias) de fabricação de telhas e tijolos, que, embora contribuísse com menos de 1%, já despontavam como atividades econômicas viáveis. Da mesma forma, indústria da construção civil começou a ser impulsionada à medida que pela estrada de ferro chegava novos conhecimentos, técnicas e modelos e materiais de construção originários dos grandes centros urbanos do Brasil e, até mesmo, da Europa.

A diversificação da produção se refletiu na arrecadação de Goiás. O Gráfico 4 mostra que, apesar de aumentar em números absolutos, a pecuária perdeu um pouco do espaço como produto de exportação, saindo de 56,8% nos anos de 1892/95 para 31,4% no período de 1919 a 1928. Nos mesmos períodos analisados, a agricultura e a agroindústria saltaram de 3,5% para 15,8%; a arrecadação sobre terra aumentou de 35,5% para 40,6%; e as receitas diversas, passaram de 4,2% para 12,2%.²⁵



Fonte: Mensagens Presidentes Província ao Congresso Legislativo Goiás (1893 a 1929) – Elaboração Autores (2018)

²⁵ Nas receitas diversas, incluem-se os impostos arrecadados na venda de terras devolutas, taxas de medições de terras e outros tipos de transações imobiliárias, o que revela que a terra estava deixando de ser um *domínio patrimonial* de uso comum para se tornar propriedade individual de uso privado nos moldes de uma sociedade urbana, industrial e capitalista.



Dentre todas as atividades econômicas fundamentais para o expressivo crescimento do Estado, destaca-se a produção agrícola. Antes quase inviável como atividade comercial, passou a ser viável dado o emprego das ferrovias para sua exportação. Goiás teve um crescimento expressivo, para o período, nas exportações de arroz, café, açúcar e feijão, bem como, da produção industrial ligada à produção de carnes e derivados. Porém, houve o aumento da participação de taxas e impostos sobre o indivíduo a propriedade, com destaque para taxas de transmissão de propriedade, que representava em média 18,3% da arrecadação geral do estado de Goiás no período, seguido por impostos sobre indústria e profissões e do imposto rural que começou a ser cobrado a partir de 1922.

A Estrada de Ferro Goyaz pode ter criado, também, expectativas de cunho especulativo, especialmente, sobre a terra e terrenos urbanos que ficavam circunscritos às proximidades dos ramais ferroviários, bem como, nas localidades relativamente próximas que já encontravam interligadas pelas estradas de rodagens à medida que parte da produção já eram transportadas pelos primeiros caminhões Ford ou Chevrolet que já circulavam as terras goianas na década de 1920 aumentando as expectativas de produção, consumo e, também, de especulação.

A Estrada de Ferro Goyaz no Desenvolvimento da Cidade de Ipameri

O processo de ocupação do Sudoeste Goiano, especialmente, de Ipameri está relacionado às transformações provocadas na região sudeste, sobretudo, a partir de fins do século XVIII com a crise do sistema colonial português agravada pela redução da produção aurífera nos principais centros mineração de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Após o ciclo aurífero, o estabelecimento da família real portuguesa no Brasil em 1808 e o fim do sistema sesmarial em 1822 “a distribuição de terras no Brasil ficou aberta, passando haver de forma desgovernada o apossamento de terras” (OLIVEIRA, 2006, p. 22).

Dessa forma milhares de famílias oriundas de Minas Gerais, principalmente, saíam em busca de novas terras que ainda se encontravam devolutas no oeste de São Paulo e sul de Goiás (que compreendia a atual região do Triângulo Mineiro até 1816) a partir de fins do século XVIII e durante o século XIX. Processo migratório que deve ter se intensificado com a ampliação das áreas de cultivo de café e produção para o mercado interno em Minas Gerais e São Paulo que fizeram com que muitos antigos proprietários de terra que não se adaptavam às mudanças acabaram sendo pressionados:

Pelas tensões sociais criadas com a expropriação de antigos posseiros e fazendeiros [...] e pela elevação do preço da terra [...] a penetração em território goiano à procura de terras para



a agropecuária, a preço mais acessíveis, sendo essa migração o resultado lógico do alargamento da fronteira agrícola rumo a o interior do país (BORGES, 1990, p. 54).

Para Lucila Brioschi (1991) a migração mineira não se deu tão somente pela crise da mineração, mas, pelo crescimento da capitania de São Paulo que, primeiramente:

Foi impulsionada pelo fortalecimento da lavoura canavieira, a partir de meados do século XVIII fez surgir uma sociedade rica, monocultora e escravista que contribuiu para a redução da pequena propriedade rural de subsistência, provocando o deslocamento do roceiro e do pequeno proprietário para as zonas de fronteira colonizadora (BRIOSCHI, 1991, p. 44).

Segundo Oliveira (2006) a ocupação do então sul de Goiás ocorreu em um momento de crise da mineração e de um novo reordenamento econômico que foi construído a partir da chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808 que, deslocará o principal eixo econômico que se concentrava na região Nordeste para o Sudeste, ao se instalar no Rio de Janeiro e promover a abertura dos portos e a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal. Medidas que criaram “novas oportunidades para o desenvolvimento de uma produção de exportação e, por outro lado, ampliaram o mercado consumidor interno e conseqüentemente estimulou a produção para o abastecimento **de novas** demandas do mercado interno” (OLIVEIRA, 2006, p. 27, grifos nossos). Nesta perspectiva “a população do Rio de Janeiro dobrou entre 1808 e 1822, passando de 50 mil para 100 mil habitantes, o que aumentou as possibilidades para os agricultores e criadores de Minas Gerais” (OLIVEIRA, 2006, p. 28).

Destarte, segundo Oliveira “as transformações na economia mineira nas primeiras décadas do século XIX podem ter sido determinantes para a intensificação do processo migratório para Goiás, que teve início no último quartel do século XVIII e se intensificou durante o século XIX” (OLIVEIRA, 2006, p. 29). Nas primeiras décadas do século XIX era intenso o fluxo migratório de paulistas e mineiros que se deslocavam para Goiás em busca de terras que se encontravam devolutas

O então julgado de Santa Cruz que compreendia as terras que correspondem à atual região sul e **sudeste** de Goiás, possuía uma população estimada de apenas 2904 habitantes em 1804. Em 1825, já era a terceira região mais povoada com 5865 habitantes e, em 1832, **já havia** 7632 habitantes **o que correspondia** a um crescimento demográfico superior a 260% (OLIVEIRA, 2006, p. 32, grifos nossos).

Foi neste contexto que por volta de 1812/1816 chegaram os primeiros moradores que se estabeleceram na localidade provavelmente originários de Minas Gerais. Dentre as primeiras famílias, estava Francisco José Dutra que, supostamente foi o primeiro a se instalar nas proximidades do ribeirão Vai-Vem, dando início ao surgimento do arraial de Nossa Senhora da Conceição que, posteriormente, recebeu a denominação de Vai-Vem. Primeiramente, foi distrito de Santa Cruz em



1833 passou a ser distrito de Catalão até a sua emancipação definitiva pela Lei 446 de 12 de setembro de 1870, com a denominação de cidade Entre Rios por estar localizado entre os rios Corumbá e Veríssimo. Em 26 de março de 1904, através da Lei Estadual nº 42, a cidade passa a se chamar Ipameri e em 1913 inicia-se a construção da primeira etapa da ferrovia, que trouxe um grande progresso, conectando Ipameri ao restante do país de forma rápida e eficiente situada em um imenso território quase despovoado de um estado encravado no coração do país.

Como a maioria das localidades brasileiras sua origem repousa em relatos de tradições de cunho católico, seus primeiros moradores ali se fixaram em função da exploração das férteis terras do rio Veríssimo, rio Corumbá e rio do Braço e supõe-se que expulsaram os últimos remanescentes indígenas Caiapós que viviam na região. Segundo João Veiga:

[...] à margem esquerda do Vai-Vem, afluente do Veríssimo, ergueram-se desordenadamente, as primeiras moradias ao redor da casa grande da fazenda Vai-Vem, cujo topônimo decorre do aludido curso d'água. Os documentos paroquiais, os autos de inventários e a tradição autorizam a concluir que a origem do conglomerado, do arraial do Vai-Vem remonta, mais ou menos, ao ano de 1816 (VEIGA, 1965, p. 45).

E Veiga contribui, também, para que se conheça o processo histórico da ocupação e formação do povoado que viria se tornar o município de Ipameri:

1812-1816 - Sertão do São Marcos, distrito do Arraial de Nossa Senhora da Conceição, minas de Santa Cruz, da comarca de Vila-Boa de Goiás;
1824 - Fazenda Vai-Vem, julgado do Arraial de Nossa Senhora da Conceição, minas de Santa Cruz, da comarca de Vila-Boa de Goiás;
1828 - São Marcos, julgado de Santa Cruz, comarca do Sul da Província de Goiás;
1830 - Arraial de Nossa Senhora da Conceição, termo do Vai-Vem, da vila de Catalão, comarca de Santa Cruz da Província de Goiás;
01/04/1833 - Distrito do Vai-Vem, pertencente à Vila do Catalão (Resolução do conselho do Governo da Província de Goiás);
31/07/1845 - Distrito do Vai-Vem, pertencente ao Catalão (Lei Provincial nº 2, de 31 de julho de 1845);
28/07/1858 - Município de Entre-rios, com sede no Arraial do Vai-Vem (Lei Provincial nº 17 de 28/07/1858);
01/08/1863 - Distrito do Vai-Vem (Resolução nº 352 de 01/08/1863);
12/09/1870 - Restauração do Município de Entre-rios, com território desmembrado de Catalão (Lei Provincial nº 446 de 12/09/1870);
10/10/1873 - Reinstalação do Município de Entre-rios;
15/04/1880 - Elevação à categoria de cidade (Lei Provincial nº 623 de 15/04/1880);
26/03/1904 - Mudança do nome de Entre-rios para Ipameri (Lei Estadual nº 42 de 26 de março de 1904) (VEIGA, 1994, p. 30).

Analisando os dados fornecidos pelo autor, é possível perceber que o surgimento da localidade se deu em função da produção agrícola e pastoril e que os mineiros foram percussores dos primeiros habitantes. Oliveira (2006, p. 17) relaciona o início do processo de ocupação efetiva do território que compreende a cidade de Ipameri com a “[...] expansão da pecuária extensiva e de



agricultura voltada para o abastecimento familiar, local e regional que incentivaram o processo migratório, a ocupação e fixação de colonos nas regiões mais interioranas incorporando novas áreas e ampliando as fronteiras do território brasileiro”.

Dentre as famílias pioneiras deste processo migratório e de ocupação da região e que por mais de um século exerceram forte influência na economia e na organização política e social da localidade tiveram destaque as famílias Vaz, Estrela, Carneiro e Machado. Mas que, com a chegada da Estrada de Ferro Goyaz ocorreu um novo reordenamento na configuração social e política das famílias hegemônicas do local.

Segundo Campos Júnior (2014) entre as lideranças destas novas famílias hegemônicas estava o coronel Vicente Marot, que chegou a Ipameri entre os anos de 1911 e 1912, como administrador da construção da extensão do ramal da Estrada de Ferro Goyaz, inaugurada em 1913. Em seguida, o coronel Marot acabou se estabelecendo na cidade e foi, posteriormente, indicado pela população local para o cargo de intendente municipal, cargo que ocupou de 1919 a 1923 (VEIGA, 1994). Além disso, se tornou, também, o principal fornecedor de lenha para a Estrada de Ferro Goyaz e foi responsável pela transferência do 6.º Batalhão de Caçadores de Vila Boa, antiga capital, para Ipameri em 1922. Nos jornas da época, segundo Brandão (2005), era considerado impulsionador do progresso e do crescimento da cidade.

As mudanças socioeconômicas e arquitetônicas ocorridas na cidade de Ipameri, no período que vai de 1913 a 1922, foram ocasionadas principalmente pela chegada da Estrada de Ferro Goyaz e a sua permanência durante dez anos como ponto terminal desta ferrovia, que era nesta época o principal instrumento de modernização da sociedade da época. A chegada da ferrovia representou, segundo a pesquisadora Maria de Simone Kaadi (2007), a inserção da cidade no projeto civilizador e de progresso do Estado de Goiás, pois até a primeira década do século XX, a cidade “sem ferrovia, era “típicamente rural”, **uma** parte do sertão goiano, com vida pacata; [...] **com a ferrovia** uma “cidade moderna” com características urbanas e com certo dinamismo [...] cultivadas nas lembranças dos moradores” (KAADI, 2007, p. 16-17, grifos nossos).

Uma descrição da cidade de Ipameri, durante esse período, é fornecida pelo viajante Joaquim Rosa, que ali esteve em 1917:

Nos idos de 1917, Ipameri contava com quatro ruas principais, paralelas duas a duas separadas pelo Lago da Matriz [...] tendo nas extremidades dois outros largos, oferecendo os três, nos tempos das chuvas, as melhores pastagens as vacas leiteiras, aos bandos de éguas



paridas, bodes, cabritos, cobras e lagartos. Sociedade ensimesmada como tantas outras comunas sertanejas, formando grupos nas esquinas, discutindo os mexericos do dia, falando da vida alheia (KAADI, 2007, p.16).

Para os ipamerinos e outros moradores da cidade, a ferrovia passou a representar um divisor de águas e de ruptura da cidade com o seu passado rústico, atrasado e rural para uma Ipameri moderna, urbana e civilizada depois da chegada da ferrovia. A Estrada de Ferro Goiás passou a ser considerada para os moradores locais e regionais a “propulsora do progresso e desenvolvimento [...]. O trem chega dinamiza a vida da cidade de Ipameri, acostumada à “mesmice”, à rotina do sertão goiano” (KAADI, 2007, p. 21).

João Batista Carvalho (1958) enumerou os benefícios que a modernização, da qual a ferrovia foi precursora, trouxe para Ipameri:

Maio de 1913 – é inaugurada a primeira Usina Hidroelétrica de Goiás sendo seu construtor e proprietário o cidadão Aristides Rodrigues Lopes;
Novembro de 1913 – é inaugurada a Estação Ferroviária de Ipameri, com a chegada da primeira composição da Estrada de Ferro Goiás;
Abril de 1915 – é instalado o primeiro cinema em Goiás em Ipameri, pelo cidadão Hildebrando Nicácio;
Novembro de 1915 – é construída a primeira Charqueada do estado de Goiás, por Libório Silva;
Outubro de 1916 – tem início o primeiro serviço público de Telefones no estado de Goiás, sendo concessionários Vicente Marot e Waldemar Leone Ceva;
Outubro de 1918 – é fundada a Loja Maçônica “Paz e Amor IV”, a primeira do estado de Goiás, com dezoito integrantes, nenhum brasileiro natural, todos imigrantes estrangeiros;
Junho de 1920 – tem início os serviços de abaulamento de ruas com sarjetas e meios-fios;
Julho de 1921 – é inaugurada a primeira Agência do Banco do Brasil em Goiás.

Essa aceleração do processo de urbanização a partir de 1913 ficou marcado, principalmente, pelas mudanças na paisagem urbana da cidade de Ipameri, tornando-a:

A “sala de visitas²⁶” de Goiás, famosa por receber, em 1913, um prolongamento da Estrada de Ferro Mogiana, vivenciou as novidades urbanas: foi a primeira cidade do Estado a contar com o sistema de energia elétrica, iluminação pública, telefone, telégrafo e cinema. Também teve, em 1921, a presença da primeira agência do Banco do Brasil no Estado, foram implantadas indústrias modernas e tornou-se um significativo centro comercial (KAADI, 2007, p. 19).

Junto com as mudanças vieram as pessoas. Ramon H. Neves (s/d) compôs um belo relato sobre os primeiros tempos da cidade após a construção da estação ferroviária. Embora relacionado a

²⁶ De acordo com Hilma Brandão (2005), o termo começou a aparecer nos jornais contemporâneos do início do século XX o termo “sala de visitas” é utilizado, ainda que de forma inconsciente, para apagar a imagem de sertão presente nas narrativas dos viajantes europeus, que se valem da imagem do homem sertanejo, o caipira, atrelada ao ócio, ao referirem-se ao homem goiano, em seus relatos de viagem ao Estado de Goiás. Num segundo momento, nos registros memorialísticos, o termo “sala de visitas” é utilizado como um modelo para se projetar o futuro (BRANDÃO, 2005, p. 48).



um olhar memorialista e nostálgico, o relato contribui para a imagem de uma cidade movimentada e em transformação. Afirma o autor que:

Charretes com o trotar dos poltros e buzina estridente transportam passageiros da Estação aos hotéis, às pensões e às famílias, além conduzir as "senhoras de vida fácil", sua maior clientela. Recrutadas e soldados verde-oliva descem e sobem a Avenida da Estação, a cada trem que apita nas curvas de chegada. À espera do sinal de rádio, o gigante Pérsio Pedroso de Moraes aguarda o pouso das aeronaves da Vasp, da Viabrás e da Real Aerovias, no aeroporto, toda semana, rumo a Goiânia, Uberlândia, Uberaba, Ribeirão e São Paulo (NEVES, s/d).

As mudanças e movimentações, as chegadas e partidas de pessoas de vários lugares, contribuíram para uma cena social intensa, com:

Concorridos passeios, mergulhos e pique-niques na "Linha-de-tiro" do Batalhão, aberta ao público civil nos domingos e feriados, só são lazer e alegria. Portentosos bailes e carnavais de salão e de rua promovidos pelo Umuarama e o Jóquei, em saudável concorrência, disputam hegemonia. Isto, sem falar dos músicos da "Jazz Band Santa Cruz", dos bailes de sábado e do bloco carnavalesco do Zé Pereira organizados pelo Clube da Liga Operária. Depois do dia de trabalho, do apito das fábricas, dos clarins do Quartel e dos sinos da Igreja, à noite, enquanto aguardam a sirene do cinema, cumprimentam o porteiro seu Pílade, anos depois, o Baiano revisteiro -- moças e rapazes encontram-se na Praça da Liberdade. No passeio, as damas num sentido, no outro, cavalheiros acotovelam-se na disputa de olhares e sorrisos, a paquera básica de todos os dias. Depois da missa das nove, celebradas pelo Padre Domingos dos sermões, procissões e barraquinhas memoráveis, depois das "matinéas", do cinema é hora das "soirées" sofisticadas, em traje "passeio completo" no Jóquei Clube, ao som de sambas e mambos, rumbas, boleros, fox, blues (NEVES, s/d).

Os relatos de Neves são corroborados por Brandão (2005) que descreve uma Ipameri da segunda década do século XX que oferecia inúmeros atrativos, o que lhe rendia uma diversidade para além dos interesses econômicos. Indústrias nascentes que acolhiam migrantes da várias partes do Brasil e, também, de outros países, muitos fugindo dos efeitos da I Guerra Mundial em seus países de origem, caso de Portugal, Espanha e Itália, por exemplo, ou da Turquia, em fragmentação após a guerra²⁷.

Esta imigração se iniciou com a chegada de portugueses, primeiro ocupados com a construção da Estrada e, depois, como criadores de gado; italianos dedicavam-se ao comércio e às atividades industriais; e os turcos-sírios, ao comércio, inicialmente como ambulantes, fixando-se depois na cidade ou região. Novamente Neves (s/d) contribui ao nomear os sobrenomes de alguns dos proprietários de lojas do período. Segundo ele:

²⁷ Conforme dados do Recenseamento Geral do Brasil, em 1920 foram registrados em Goiás 1.695 estrangeiros, divididos por nacionalidade: 527 da Turquia; 301 de Portugal; 276 da Itália; 192 da Espanha; 66 da Alemanha; 29 da Áustria. Somente na cidade de Ipameri foram identificados 330 estrangeiros em 1920: 147 da Turquia; 66 da Espanha; 58 da Itália; 34 de Portugal; e 25 de nacionalidades não reveladas.



Fábricas de calçados a Santa Cruz e a Santa Cecília, dos Leyser e do Bevignatti, as do Augusto Diogo e do Lino Galli. As Charqueadas dos Santinoni e dos Leyser. As fábricas de manteiga dos Daher e dos Edreira, o curtume dos Bonach, os Valle e os Malshitz das serrarias e madeireiras, os Genaro e sua Fábrica de Móveis Cruzeiro; os ladrilhos coloridos do seu Habib Mussi. As olarias dos Troncha e dos Rabelo; as construções do Zé Rocha, os projetos do Waldemar Ceva e o inseparável Carlos Mesack das jóias e relógios. A Empresa de Força e Luz dos Irmãos Vaz Lopes. Diversas máquinas de beneficiar arroz, café e feijão: do Zé David Cosac, do Henrique Neves, do Barbahan, dos Afiune e a dos Roque, Edreira & Cia. com a sua Casa Bancária, 1.º banco particular local, são todas elas empresas representativas da Ipameri, de então (NEVES, s/d).

Toda esta movimentação de pessoas e estabelecimentos refletiu no crescimento demográfico e na urbanização da cidade de Ipameri entre 1908 a 1920, conforme dados do Recenseamento daquele ano; sendo que o período de 1913 e 1920 foi o de maior crescimento: em 1912 o município contava 11,3 mil habitantes, apenas pouco mais de 1000 pessoas em relação ao ano de 1900; em 1920, ou seja, sete anos depois da chegada do ramal ferroviário, a população chegara a cerca de 20 mil habitantes, sendo pouco mais de 15% da população formada por estrangeiros.

Considerações Finais

Neste texto buscamos demonstrar a importância das estradas de ferro que, desde o início do século XIX, se tornou no principal meio de transporte de cargas e de pessoas no mundo. No Brasil, desde o final do século XIX, as estradas de ferro desempenharam, também, seu papel. Ao longo do tempo em que as ferrovias foram o principal meio de transporte no Brasil, e mesmo depois, compondo um modal variado de transportes, foram, além da capacidade de carga propriamente dita, portadores de mudanças sociais, culturais e econômicas. Transportaram sonhos, riquezas e esperança. Sobretudo, representaram o ideal da transformação e desenvolvimento do progresso capitalista.

Os trilhos da estrada de ferro foram fundamentais para conectar Goiás com o restante do país entre as décadas de 1880 e 1920, restabelecendo os contatos com os mercados que havia muito, desde o período minerador, não existia. A estrada de ferro ligou o Estado a São Paulo e Rio de Janeiro; dessas capitais, por outros meios; ao restante do país e, até mesmo, ao exterior. Levou mercadorias; transportou pessoas. Carregou riquezas e sonhos.

Pela porta de entrada do Estado, na região Sudeste, a estrada de ferro transformou cidades ou criou novas. No primeiro caso, a cidade de Ipameri foi um exemplo tratado nesse artigo; no segundo caso, a cidade de Pires do Rio foi uma das que surgiram dos trilhos do trem, que também trouxeram o desenvolvimento econômico e a transformação urbana nos dois casos; também a diversidade de ritmos e sotaques, de estilos arquitetônicos e modos de vida.



Referências

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL Volume I** (1908-1912). Território e População. Typografia da Estatística: Rio de Janeiro, 1916. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- A INFORMAÇÃO GOYANA**, 15 de junho de 1918, Volume 2, n. 11.
- A INFORMAÇÃO GOYANA**, julho de 1931.
- BORGES, B. G. **Despertar dos dormentes**: Estudos sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais (1909-1922). Goiânia/GO: Cegraf, 1990.
- BRANDÃO, H. A. **Memórias de um tempo perdido**: A Estrada de Ferro de Goiás e a cidade de Ipameri (início do século XX). 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16422/1/HBrandaoDISSPRT.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.
- CARVALHO, J.B. **Fragmentos da História de Ipameri**. Ipameri: Impressora e Tipografia Minerva, 1958.
- CAMPOS, F I. **O coronelismo em Goiás**. Goiânia/GP: Vieira, 2003.
- CUNHA, E. A. L. **Estudo descritivo da viação férrea do Brasil**. Organizado pela Comissão Central de Construção e Estudos de Estradas de Ferro. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1909.
- GUSMÃO, A.C.A. **Estatística dos meios de transporte no Brasil**. Typ. do Departamento de Estatística: Rio de Janeiro, 1933.
- HOBSBAWM, E. **A era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOBSBAWM, E. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- KAADI, M.S. **Joaquim Rosa**: memória e política em Goiás (1928-1934). 2007. 96f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Mariana_Kaadi.pdf>. Acesso em: 11 de out. 2018.
- LAMOUNIER, M.L. **Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2012.
- LOURENÇO, L A.B. **O triângulo mineiro, do império à república**: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista. Uberlândia: EDUFU, 2010.
- MARINHO, R.H.R.; DANTAS, D. A formação da Estrada de Ferro Goiás e a urbanização no Sudeste Goiano na primeira metade do século XX. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 11, n. 3, dez./2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/ateli/article/download/53282/25621>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- Mensagens Enviadas pelos Presidentes de Província/Estado ao Congresso Legislativo de Goiás** (1893 a 1929). Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 15 de jan. 2016.



MORAIS, V.A. **Estradas interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais (1834-1870)**. 2010. 275f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-29092010-154034/pt-br.php>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

NEVES, R.H. **Sala de visitas outra vez?** Disponível em: <<http://www.ipameri.org/Literatura/artigos/SaladeVisitas.html>>. Acesso em: 11 out. 2018.

OLIVEIRA, H.A. Os desafios da viabilidade financeira das companhias de estradas de ferro Mogyana e Goyaz em suas incursões ao Planalto Central. In. REIS, F. S.; MACÊDO, M. P. **Desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade do cerrado brasileiro na transposição do século XX para o XXI**. Jundiaí/SP: Paco, 2016.

OLIVEIRA, H.A.; SANTOS, N.B. Impactos das ferrovias e estradas de rodagens na economia goiana (1900-1920). In. SANTOS, F.R. **Economia, política e sociedade: vicissitudes e perspectivas para a preservação do meio ambiente no Brasil**. Curitiba/PR: CRV, 2018.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL Volume V, Indústria, 1ª parte. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, Volume IV, População, 1ª parte. Disponível no site: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

VEIGA, J. **Ipameri histórico**. Goiânia/GO: Kelps, 1994.



Progresso e Modernização nas Políticas da Ditadura Civil-Militar no Brasil: A Experiência do Município de Morrinhos/GO

Júlio Cesar Meira²⁸

Resumo: Ao longo das décadas de 1950 a 1980 inúmeros municípios do interior do Brasil passaram por projetos de reformulação urbana. No caso de Morrinhos, na região sul do estado de Goiás, o processo de transformação das estruturas urbanas, que havia iniciado já nos últimos anos da década de 1940, teve sua aceleração nos anos de 1966 a janeiro de 1970, na administração do prefeito Joviano Antônio Fernandes. A proposta deste artigo é analisar essa experiência relacionando-a com o momento histórico mais geral do Brasil da ditadura civil-militar de 1964 com seus planos em nome da modernização das estruturas urbanas, o fomento à industrialização e o estímulo de uma política de comunicação e transportes. Partimos de um referencial teórico que inclui autores como Luis Alberto Bahia (1978), Lordello de Mello (1978), Ribeiro e Pontual (2009) e Alberto de Oliveira (2009), Marta Arretche (1996), entre outros. A metodologia da pesquisa que originou o artigo se baseou em pesquisa arquivística e análise da legislação e levantamento bibliográfico. Do ponto de vista do recorte temporal, a pesquisa abrangeu, de um lado, o arco cronológico das décadas de 1950 a 1970; e, de outro, como aprofundamento, o período da segunda metade da década de 1960, que foi o momento em que a maior parte dos projetos de transformação urbana de Morrinhos foi implantada.

Palavras-Chave: Modernização. Progresso. Urbanização. Reformulação Urbana.

Progress and Modernization in the Policies of the Civil-Military Dictatorship in Brazil: The Experience of the Municipality of Morrinhos/GO

Abstract: Throughout the decades of 1950 to 1980 innumerable municipalities of the interior of Brazil underwent projects of urban reformulation. In the case of Morrinhos, in the southern region of the state of Goiás, the process of transformation of urban structures that had begun in the late 1940s accelerated from 1966 to January 1970 under the administration of Mayor Joviano Antônio Fernandes. The purpose of this article is to analyze this experience by relating it to the more general historical moment of Brazil's 1964 civil-military dictatorship with its plans for the modernization of urban structures, the promotion of industrialization and the stimulation of a communication and transport. We start with a theoretical reference that includes authors such as Luis Alberto Bahia (1978), Lordello de Mello (1978), Ribeiro e Pontual (2009) and Alberto de Oliveira (2009), Marta Arretche (1996), among others. The methodology of the research that originated the article was based on archival research and analysis of legislation and literature review. From the point of view of the temporal cut, the research covered, on the one hand, the chronological arc of the decades of 1950 to 1970; and, on the other, as a deepening, the period of the second half of the 1960s, which was the moment when most Morrinhos urban transformation projects were implemented.

Keywords: Modernization. Progress. Urbanization. Urban Reformulation.

²⁸ Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS/UEG). Professor de História Moderna e Contemporânea do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Morrinhos).



Autonomia e Pobreza: Os Municípios no Brasil antes de 1964

No final do ano de 1965 os eleitores de Morrinhos, município do sul de Goiás, elegeram como prefeito a Joviano Antônio Fernandes para o período de 1966 a 1970. Com carreira política construída na União Democrática Nacional (UDN), ainda antes da posse, em janeiro de 1966, o prefeito Joviano ingressou na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido criado, juntamente com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pelo Ato Institucional nº 2 (AI 2), que em outubro de 1965 extinguiu os partidos políticos e criou o bipartidarismo.

Chamado de prefeito empreendedor, Joviano Fernandes que foi considerado, na memória histórica da localidade, como o maior administrador municipal, sendo colocado, em grau de importância, no mesmo patamar imaginário do Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes²⁹. Seu reconhecimento se deve ao fato de, com suas obras e intervenções, ter alcançado uma reformulação urbana que transformou de fato a estrutura física da cidade, mantendo, décadas depois, o traçado das ruas e avenidas e as principais concepções urbanísticas por ele implementadas. A ideia da transformação urbana como característica de uma visão de progresso esteve presente em todo o período do mandato do prefeito Joviano Fernandes, como se pode constatar na leitura das justificativas dos inúmeros Projetos de Lei e Decretos emitidos por sua administração.

No balanço de seu mandato, publicado em forma de revista em janeiro de 1970 com o título “Morrinhos: Quatro Anos de Progresso”, o prefeito Joviano Fernandes, descreveu suas realizações, detalhando-as a partir das áreas de atuação: 1) O setor de infraestrutura urbana, com a construção de praças, parques e jardins públicos; a recuperação, calçamento ou recapeamento de estradas, ruas e avenidas, inclusive com a mudança de traçado e de sentido; a construção, reforma ou recuperação de pontes; a construção ou reforma de edifícios públicos; 2) A implementação de projetos habitacionais, tanto de reforma quanto de construção de novos empreendimentos, a maioria em parceria com bancos públicos ou a partir de financiamentos de instituições de outras instâncias governamentais; 3) A busca pela diversificação da matriz econômica do Município, com o estabelecimento de áreas próprias para a instalação de empresas industriais e comerciais (o que pode ser percebido como embrião para a criação futura de um distrito agroindustrial), bem como incentivos para indústrias e comerciantes que

²⁹ O Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, fundador do principal grupo político de Morrinhos e que governou a cidade entre 1874 e 1930, também foi a principal figura política de Goiás entre 1890 e 1905. Sobre isso, ver: MEIRA (2017).



se instalassem no Município, além dos incentivos para a construção de edificações comerciais na área urbana.

Não é nosso objetivo detalhar todas as obras e realizações do prefeito Joviano Fernandes, mas contribuir para a compreensão das transformações do papel do município brasileiro a partir da experiência de Morrinhos. Luiz Alberto Bahia (1978) apontou que a realidade dos pequenos municípios brasileiros antes de 1964 era de extrema penúria. A autonomia municipal significava, na prática, abandono e pobreza. De acordo com o autor, as novas diretrizes políticas estabelecidas pelo projeto ditatorial que se impôs retirou a autonomia, mas, por outro lado, representaram aumento significativo de recursos, mas controle cada vez maior:

De um modo geral, pode-se dizer que foram duplicados os recursos municipais *per capita* depois de 1964. Por outro lado, desfez-se a autonomia municipal com a perda de controle sobre a maior parte da receita e sobre grande parte da despesa. O fortalecimento financeiro teve a consequência contraditória de aumentar a dependência financeira e política (BAHIA, 1978, p. 41).

O nível de concentração da arrecadação fiscal no Brasil, iniciado com o golpe civil-militar de 1964, aumentou cada vez mais com o passar do tempo, a ponto de, “em 2002, 70,1% do total da arrecadação tributária foi realizada pela União, 25,5% pelos estados e 4,3% pelos municípios” (ARRETCHE, 2004, p. 18), raramente sendo inferior a 60% do total dos recursos arrecadados. A mesma autora aponta que a preponderância da União na arrecadação de tributos já era uma demanda antiga, presente na Constituição de 1934 e normatizada na Constituição de 1946, que também definiu as características e os percentuais das transferências para os demais entes federativos e municípios (ARRETCHE, 2005, p. 79), que se mantém razoavelmente até hoje, atrelando os projetos locais aos interesses nacionais e regionais.

À parte as intenções dos constituintes, até o início da ditadura civil-militar poucos recursos eram, de fato, transferidos – e sempre com atraso – e os estados ficavam com a maior parte deles. Eventualmente, a ideia federativa tinha mais apelo principalmente por conta do isolamento e abandono que municípios menores, em estados fora do centro político e econômico.

Desse ponto de vista, a autonomia local baseava-se exatamente nesse isolamento, fazendo com que as políticas públicas, os investimentos locais, seguissem os critérios e as prioridades possíveis ou dos grupos que detivessem o poder, favorecendo o mandonismo local. Lordello de Mello (apud Bahia, 1978) ressaltou que, após 1964, houve um:

[...] esforço consciente do Governo federal em fazer com que as ações municipais se



enquadrem dentro dos objetivos nacionais, tais como o combate à inflação e a execução de programas estratégicos de desenvolvimento do citado Governo. [...] Jamais estiveram as políticas locais tão em harmonia com os propósitos nacionais (MELLO apud BAHIA, 1978, p. 39).

Essa “harmonia”, na verdade, pode ser traduzida como dependência e vinculação obrigatórias. É isso que concluiu Bahia (1978), ao afirmar que “o período pós-64 tem-se caracterizado por: a) limitações da autonomia municipal; b) aumento dos casos de intervenção; c) alocação de recursos municipais segundo diretrizes do Governo atual” (BAHIA, 1978, p. 40). O ciclo descentralizador foi seguido por outro centralizador e essa centralização atendia ao projeto de poder do período. Ribeiro e Pontual (2009) definem esse projeto como um:

[...] planejamento de longo alcance e num prazo longo. A meta era alcançar o desenvolvimento nacional e regional e promover as reformas institucionais necessárias, por parte dos governos municipais, para fazer frente aos novos padrões de crescimento econômico (RIBEIRO; PONTUAL, 2009, p. 13).

Nesse planejamento, a Reforma Urbana (RU) era fundamental e, ao lado dos demais projetos de transformação da infraestrutura econômica e social, tinha uma função utilitária, de acordo com as análises de Alberto de Oliveira (2009). Para o autor, o modelo arquitetônico da cidade do período da transição rural/urbano tinha como objetivo “tornar claro o traço industrial e moderno que visava aproximar o país das grandes nações industrializadas” (OLIVEIRA, 2009, p. 2). A partir dessa premissa:

Durante o regime militar (1964/85), o planejamento centralista-tecnocrático alcançou sua máxima expressão em sua missão de tornar as cidades brasileiras funcionais às necessidades impostas pelo processo de acumulação capitalista. “A cidade é pensada, então, como lugar da produção e da reprodução. O fundamental é assegurar sua funcionalidade. Os homens e mulheres devem estar a serviço da cidade, que, por sua vez, deve estar a serviço da produtividade. O modelo, no fundo, é a própria oficina fabril, pautada pela racionalidade, pela funcionalidade” (OLIVEIRA, 2009, p. 02-03).

As ações de enquadramento do Governo federal aconteceram em duas frentes principais. Em primeiro lugar, a mudança na legislação, com a redação da Constituição de 1967 e com o Decreto-Lei 200/1967, em que a descentralização era oficializada, no plano da aplicação dos recursos, ao mesmo tempo em que a concentração dos recursos via tributação e a autonomia da implementação de tributações residuais e específicas ficaram definidos como de atribuição exclusiva da União.

Na mesma Constituição, uma norma de transferência aplicada desde a Constituição de 1934 passou a ser nomeada de Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPEM).³⁰ Ao mesmo

³⁰ Art. 26, alíneas I e II. A alínea II, especificamente, que estabelecia que 5% dos impostos arrecadados exclusivamente pela União deveria ser dividido entre os Municípios. Na Constituição de 1988 o valor a ser repassado ao



tempo, transferia responsabilidades para os Municípios, principalmente em relação à aplicação de políticas públicas ou de infraestrutura urbana, derivadas de acordos ou investimentos de origem federal, num processo que, paradoxalmente, tem origem numa ideia que relaciona descentralização e democracia.

O paradoxo consiste em perceber que o processo de descentralização das atividades do Estado Nacional – que delegava aos entes da federação, como Estados, Municípios e, muitas vezes, entidades da sociedade civil, atividades antes concentradas nas mãos da União – foi percebido posteriormente como típico de um Estado democrático, a convidar a participação efetiva da sociedade. Tal paradoxo é invocado aqui por se dar em um regime de exceção, às vésperas do aprofundamento da repressão e supressão das liberdades individuais e políticas. Ocorre que tal visão foi firmada a *posteriori*, ao longo da década de 1990, quando a descentralização foi o ponto principal de propostas e programas das mais diversas correntes ideológicas sobre o papel do Estado, de um lado vista como sua diminuição (Estado mínimo), de outro como a busca da capilarização necessária na criação e aplicação de políticas públicas. Quem apontou de forma competente esse paradoxo é Marta Arretche (1996).

A premissa constitucional na verdade efetivava o estabelecido alguns meses antes pelo Decreto-Lei 200/1967, ao definir que a descentralização, de fato, foi pensada apenas para os níveis de definição local das prioridades e a operacionalização ou implementação das ações. Isso já fora percebido por Meira (2009) ao refletir que o Decreto-Lei 200/1967:

Na prática consumava a centralização do processo administrativo nas mãos do Poder Executivo Federal, [...] através de um modelo de planejamento setorial e execução operacional descentralizada. O Art. 6º do decreto-lei estabelece os passos através dos quais, ao mesmo tempo em que se reforçava a centralização, buscava-se a agilidade na execução. De acordo com o artigo, a administração pública se pautaria pelo **Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle**, sendo que os dois primeiros seriam prerrogativas da presidência e de seu auxiliar civil direto, o Ministro do Planejamento Delfim Neto, alçado à categoria de Superministro (MEIRA, 2009, p. 31, grifos nossos).

Como Arretche (1996) esclareceu, descentralizar a operacionalização, ou mesmo a gestão, de ações ou políticas a entes federados ou outras modalidades de associação, não se confundiam com democratização, ou seja:

[...] não existe uma garantia prévia – intrínseca ao mecanismo da descentralização – de que o deslocamento desses recursos implique a abolição da dominação. Deslocar recursos do

FPM foi estabelecido como de 20% do arrecadado de 2 impostos, o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).



“centro” para subsistemas mais autônomos pode evitar a dominação pelo “centro”, mas pode permitir esta dominação no interior do subsistema (ARRETCHE, 1996, p. 50).

A reforçar essa ideia de que a descentralização operacional não representou autonomia administrativa, muito menos democratização, Ana Maria Brasileiro (apud Bahia, 1978) analisou que, na consolidação da ditadura civil-militar:

[...] grandes modificações foram introduzidas restringindo a autonomia municipal, aumentando os casos de intervenção no Município, reformando o sistema tributário para fazê-lo mais diretamente **dependente dos fundos transferidos e estabelecendo condições que limitaram o emprego dos recursos a eles atribuídos sob a forma de fundos transferidos e estabelecendo condições que limitaram o emprego dos recursos a eles atribuídos sob a forma de fundos especiais** (BRASILEIRO apud BAHIA, 1978, p. 40, grifos nossos).

A segunda frente de enquadramento do Governo federal foi a criação de grandes projetos de transformação da estrutura urbana e industrial do país, com os consequentes instrumentos de implementação e de fontes de financiamento.

O Projeto de Modernização da Ditadura Civil-Militar de 1964 e o Papel dos Municípios

O início da década de 1960 confrontou o Brasil com a realidade de uma “sociedade em movimento” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 574), ou seja, uma sociedade em vias de se tornar majoritariamente urbana, com hábitos e consumos em rápida transformação, mas ainda vivendo em um país em que a infraestrutura urbana era precária e os serviços públicos incipientes ou inexistentes. Da mesma forma, com uma estrutura de relações sociais e políticas que eram oriundas de uma ideia de nação patriarcal e patrimonial de um tempo anterior, mas que resistia em dar lugar para uma nova configuração de nação.

Essa sociedade em transformação tinha como fio condutor o modelo capitalista, na medida em que mesmo no campo, as próprias relações sociais e de trabalho eram capitalistas. Mello e Novais (1998) demonstraram que sociedade brasileira nos anos 1950, excetuando os pequenos proprietários pobres, posseiros e parceiros, os demais habitantes do campo – dos proprietários rurais, usineiros e arrendatários, aos trabalhadores rurais de média, baixa ou inexistente especialização – estavam integrados ao sistema capitalista. Como dominadores ou dominados, exploradores ou explorados, estavam inseridos na lógica capitalista da produção para o mercado.

Mas mesmo no campo, a cidade já era uma realidade para eles, pelo menos as pequenas cidades próximas ou conjugadas ao campo; uma cidade em que:

[...] fazem a feira, assistem a missa, participam das festas, vendem o que resta de sua produção. E, também, a cidade um pouco maior, aonde vão de vez em quando. E observam: o ônibus, o trem, o caminhão, o *jeep*, o automóvel; o rádio do bar, que toca música, dá



notícias, irradia futebol; o consultório do médico, a farmácia, o posto de saúde, tão longes; as ruas iluminadas; o cinema; o modo de vestir das pessoas; a variedade de alimentos no armazém; a escola. Depois, já nos anos 60 e 70, a televisão toma, no bar, muitas vezes o lugar do rádio. Até nas pequenas cidades ou vilarejos lá está ela, no alto, colocada no ponto de encontro ou na praça: todos estão vendo a novela das oito. Como na música do notável Chico Buarque, vêem o Brasil na TV. Observam tudo e conversam. E recebem cartas de parentes, compadres e vizinhos que foram morar na cidade – cartas escritas e lidas pelo favor de quem é alfabetizado. E as cartas falam de uma outra vida, melhor, muito melhor. A cidade não pode deixar de atraí-los (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 580).

E eles migraram. Os mesmos autores apontam que entre as décadas de 1950 e 1970 cerca trinta e nove milhões de pessoas migraram do campo para a cidade, o que corresponderia, em 1980, a 30% da população total do país (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 581). Muitas dessas pessoas migraram para lugares distantes, para centros urbanos consolidados ou capitais dos seus estados; outros migraram para a região urbana mais próxima, muitas vezes para a sede do Município em que já moravam. Essas migrações em massa provocaram duas mudanças significativas.

A primeira incidiu diretamente na relação demográfica entre campo e cidade, e fez com que adquirisse nova configuração. Marcos Arriel (2010), ao analisar o processo histórico de formação da economia goiana, apontou que o fluxo migratório intenso entre as décadas de 1950 e 1980 ampliou a fronteira agrícola e expandiu a exploração agropecuária do cerrado, o que resultou no aumento do número de pessoas nas áreas urbanas, particularmente na nova capital, Goiânia e nos municípios próximos, como Anápolis, beneficiados pela ligação de vias de transportes, caso de Morrinhos, ao lado da principal via rodoviária do Estado de Goiás, a BR 153.

De uma população total 20.750 habitantes em 1950, apenas 22,5% viviam na área urbana do município de Morrinhos. Menos de trinta anos depois a inversão já havia acontecido: em 1980, a população havia aumentado em 50%, passando para pouco mais de 31.700 habitantes, dos quais 63,5% declararam habitar a área urbana (IBGE, 2010). Acreditamos que a questão fundamental é que, assim como em Morrinhos, também nos demais, tanto o grande deslocamento de pessoas em um espaço de tempo tão curto para os municípios, quanto a própria transferência das zonas rurais para as áreas urbanas fez com que as estruturas urbanas existentes praticamente colapsassem, exigindo intervenções significativas rapidamente.

Isso nos leva a outra mudança fundamental, que se reflete na própria estrutura da cidade, obrigada a expandir-se para receber novos contingentes populacionais. Em Morrinhos, a visualização da mudança e ampliação da planta urbana do Município, nos últimos cinquenta anos, permite perceber as modificações da ocupação do espaço e do solo, bem como as intervenções do poder público, de



modo a conseguir acomodar tantas pessoas. Entre os anos de 1964 e 2000 a área urbana do município foi ampliada em quatro ocasiões, chegando, no ano 2000, a ter o tamanho cerca de 70% maior do que em 1964 (SILVA, 2006, p. 136).

A primeira década da ditadura civil-militar foi marcada por um esforço de planejar a infraestrutura urbana nacional, aliviando, por um lado, a pressão demográfica cada vez mais intensa para enfrentar o desafio crescente de um país às portas de ter população urbana majoritária, o que aconteceu já em meados da década de 1970 e por outro, promover o aquecimento da economia e estimular programas de obras gerais de infraestrutura urbana e industrial.

Na área da habitação urbana, o governo ditatorial, logo após o golpe civil-militar, emitiu a Lei 4.380/1964, que criava, entre outras medidas, o Banco Nacional de Habitação (BNH). Uma leitura rápida dessa lei revela o grau de intervenção e, principalmente, de centralização, que marcou a atuação do governo da ditadura civil-militar, principalmente em seus primeiros anos. Ao mesmo tempo, demonstra como os demais entes federativos deveriam se articular para participar das políticas e iniciativas da União e garantir os investimentos, repasses e transferências tributárias.

Todas as ações deveriam ter, como princípio integrado, o planejamento, a formulação de diretrizes básicas e o financiamento nas mãos da União, enquanto os estados e municípios elaborariam seus projetos e planos diretores para estabelecer as prioridades e áreas de atuação, enquanto que a parte operacional seria colocada nas mãos da iniciativa privada, que estimularia o desenvolvimento de uma cadeia de produção privada. É o que expressam os três primeiros artigos da lei:

Art. 1º - O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.

Art. 2º - O Governo Federal intervirá no setor habitacional por intermédio:

I - do Banco Nacional da Habitação;

II - do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo;

III - das Caixas Econômicas Federais, IPASE, das Caixas Militares, dos órgãos federais de desenvolvimento regional e das sociedades de economia mista.

Art. 3º Os órgãos federais enumerados no artigo anterior exercerão de preferência atividades de coordenação, orientação e assistência técnica e financeira, ficando reservados:

I - aos Estados e Municípios, com a assistência dos órgãos federais, a elaboração e execução de planos diretores, projetos e orçamentos para a solução dos seus problemas habitacionais;

II - à iniciativa privada, a promoção e execução de projetos de construção de habitações segundo as diretrizes urbanísticas locais (BRASIL, Lei nº 4.380, 1964).

Apesar de deixar explícito o respeito “às diretrizes urbanísticas locais”, a mesma lei determinou a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), destinado a



“regular a produção da habitação e promover o planejamento local integrado (princípios de racionalidade da organização espacial, visando ao processo produtivo)” (IPEA, 2010, p. 48).

Rubin e Bolfe (2014), ao analisar a criação do BNH e o desenvolvimento de políticas nacionais de habitação e infraestrutura urbana, demonstram que havia um elemento a mais a ser analisado pela criação do BNH. Esse elemento correspondia a uma estratégia do novo governo em garantir o apoio das populações urbanas de modo a legitimar o governo ditatorial, sem deixar de levar em conta a real necessidade, sempre crescente, da pressão demográfica, fazendo aumentar exponencialmente a crise da habitação. Afirmam os autores que:

[...] o BNH, criado após o golpe em 1964, foi uma resposta do governo militar à forte crise habitacional presente no país que se urbanizava aceleradamente. **O Banco buscava adquirir o apoio das massas populares urbanas** e criar uma política permanente de financiamento, que estruturasse o setor da construção civil habitacional (RUBIN; BOLFE, 2014, p. 202, grifos nossos).

Nabil Bonduki (2004) observou que, embora a política de habitação do Governo federal, baseada na atuação do BNH, tivesse alcançado sucesso numérico, não se percebia em sua formulação e muito menos na implementação, a preocupação em levar em conta os interesses das populações. O interesse social, no caso dos grandes projetos de construção de moradias urbanas, pode ser entendido como “a edificação em série, com padronização e pré-fabricação, como instrumentos para atender às grandes demandas existentes nas cidades contemporâneas, marcadas pela presença do operariado” (BONDUKI, 2004, p. 15).

Apesar de o BNH ter financiado “4,8 milhões de habitações, em torno de 25% das moradias construídas no país entre 1964 e 1986” (RUBIN; BOLFE, 2014, p. 208), apenas cerca de 20% dessas unidades habitacionais foram destinadas às populações mais pobres. Tal política, de forma efetiva, acabou por ser marcada como uma “política de periferia”, já que os locais preferidos para a construção dos conjuntos habitacionais para as populações de baixa renda estavam localizados, em geral, nas periferias das cidades, longe dos equipamentos de saúde e educação, dos locais de trabalho e, frequentemente, sem os serviços de saneamento necessários. Raquel Rolnik (2009) reforça essa ideia, ao afirmar que:

Quando construídas, as moradias populares foram, em sua maioria, implantadas fora das cidades, em periferias distantes e desequipadas e, muitas vezes, sob as mesmas condições de irregularidade e precariedade urbanística que marcava o mercado informal popular. Por outro lado, o mercado de classe média – que concentrou 2/3 das unidades financiadas pelo BNH – conheceu enorme expansão, gerando crescimento da verticalização residencial e constituindo novos eixos de centralidade nas cidades médias e grandes do país (ROLNIK, 2009, p. 32).



No caso de Morrinhos, a preferência pela periferia da cidade foi uma constante na formulação das políticas de habitação nas décadas de 1960 e 1970, já que é impossível atribuir ao Município uma política bem sucedida de verticalização. Os principais conjuntos habitacionais construídos ou que tiveram seu lançamento entre o final da década de 1960 e início da década seguinte foram os residenciais Vila Bela e Vila Santos Dumont I. Os dois distavam, no momento de sua construção, cerca de um quilômetro dos limites da área urbana do Município e destinavam-se às populações de baixa renda.

Cerca de dois anos depois de criado o BNH, o Governo federal promulgou a Lei 5.107/1966, criando o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que, mais do que constituir-se em garantia ao trabalhador com o fim da estabilidade no emprego, garantiu uma fonte de recursos importante para projetos de habitação e de infraestrutura urbana, como a redação do Artigo 3º define explicitamente. No ano seguinte o FGTS foi vinculado definitivamente ao BNH, ou pelo menos até 1989, quando a administração do fundo passou à Caixa Econômica Federal.

Com a incorporação do FGTS, que passou a representar um fluxo seguro de recursos, o BNH se tornou o principal instrumento planejador e operacionalizador do Governo federal nas áreas de habitação e infraestrutura urbana. Sobre isso, Raquel Rolnik (2009) acrescenta que:

O BNH passou então a concentrar não apenas o financiamento, mas, também toda a atividade de planejamento do desenvolvimento urbano no âmbito do governo federal, consubstanciada em metas quantitativas de produção nos setores de habitação e saneamento. Sua atuação se dava através de disponibilização de crédito com juros subsidiados para companhias públicas de saneamento e de habitação – organizadas sobretudo pelos Estados e, em alguns casos, por Municípios – para a execução de projetos de implantação de redes de água e esgoto e de construção de moradias populares, além de construtoras e indivíduos para a produção de casas e apartamentos para os mercados de média e alta renda (ROLNIK, 2009, p. 33).

Além do BNH e do SERFHAU, outras ações do governo ditatorial foram fundamentais para as intervenções na infraestrutura urbana. No ano de 1965 foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), destinado a redefinir o sistema financeiro brasileiro, tendo como foco o combate à inflação e a organização do mercado de crédito nacional. Para isso foram criados, de acordo com Bellingiere (2005): a) o Banco Central, destinado a ser o “banco dos bancos”; b) o Sistema Financeiro de Habitação, do qual o BNH seria, posteriormente, o principal instrumento; c) a reorganização da política de investimentos externos, da administração da dívida externa e diversificação da pauta de exportações; d) a correção monetária do sistema tributário; e) a reorganização do sistema de tributos, que garantiu a centralização nas mãos da União e regulou os fundos de transferência para estados e



municípios, bem como estabeleceu as bases para a criação posterior dos fundos compulsórios como FGTS e Programa de Integração Social (PIS).

Alianças Políticas entre os Entes Federativos

Os programas do Governo federal efetivamente contribuíram para a centralização nas mãos do governo ditatorial dos principais instrumentos políticos, financeiros e tributários e submeteram os demais entes federativos, doravante sujeitos às vontades do governante militar do momento, diminuindo ou eliminando toda a possibilidade de autonomia. Se os fundos de compensação e transferência garantiam receitas mínimas permanentes, representavam, por outro lado, a concretização da retirada da autonomia de tributação e taxaço, que começara cerca de trinta anos antes.

Fazer parte da base de apoio político da ditadura civil-militar era uma possibilidade real de se ter acesso aos financiamentos e investimentos setoriais da União ou de instituições controladas por ela, bem como a possibilidade de se conseguir empréstimos ou a rolagem das dívidas. Abria-se assim uma perspectiva concreta de se atrair investimentos para os Prefeitos que conseguissem algum tipo de articulação política. Silva (1976), ao fazer um estudo sobre o perfil dos Prefeitos brasileiros, defendeu a tese de que, nos Municípios brasileiros em geral, até 1964, era comum um ativismo político dos Prefeitos, que barganhavam votos em troca de recursos. Após 1964, no entanto, esse perfil passou a ficar restrito aos chefes do executivo de municipalidades menores, enquanto que nos demais Municípios, uma atuação mais técnica com a produção de projetos passou a ser a norma.

Os Prefeitos que se identificaram com o tipo de atuação mais 'política' são maioria entre os Municípios mais rurais (57,1 %), enquanto entre os medianamente urbanizados esta percentagem desce para 41,1 %, e daí para 29,7% nos mais urbanizados. Seguindo tendência contrária, os Prefeitos que defenderam um tipo de atuação técnico-administrativa são mais numerosos naquelas faixas em que a população urbana do Município é maior. Na última faixa (acima de 20 mil habitantes urbanos) a predominância da atuação mais técnica é bastante sensível, dado que 70% dos dirigentes locais consideram ser esse tipo de atuação a melhor forma de assegurar o sucesso do seu governo (SILVA, 1976 apud BAHIA, 1978, p. 43).

O autor certamente releva o momento político dessa mudança de comportamento, pelo fato de que Estados, capitais e alguns Municípios estratégicos passaram a ter seus governantes impostos pela ditadura civil-militar a partir de 1966, os chamados governantes “biônicos”. Em tal situação, uma atuação política, pelo menos nos primeiros anos do novo regime, era um contrassenso, haja vista que o panorama político nacional e local fora subvertido pelo golpe civil-militar. Em segundo lugar, a interpretação do autor sobre a troca de ofícios e memorandos entre os representantes do executivo



nacional nos diversos níveis hierárquicos como prova de haver se instalado no país, ou pelo menos nos Estados e Municípios mais importantes, uma espécie de apoliticismo tecnoburocrático, na medida em que as demandas eram feitas a partir de projetos e estudos legitimados por dados científicos.

Ora, em relação a essa hipótese, na maioria das vezes o documento técnico é posterior à negociação política, servindo, quando muito, para embasar e referendar os pleitos. Em todo caso, a atuação política ativa somente poderia ser possível para os apoiadores explícitos do governo, mormente os participantes do partido de sustentação política.

No caso de Morrinhos, é possível, a partir da documentação, estabelecer uma relação direta entre o alinhamento do poder local com o Governo federal, a partir do fluxo de recursos e investimentos recebidos. Um exemplo é a análise da proposta de orçamento municipal de Morrinhos para o ano de 1968, principalmente na rubrica “Renda de Transferências Correntes”, que representou para aquele ano mais da metade da receita total do Município.

Tais transferências se explicam porque o ano de 1968 foi aquele em que, também, tendo concluído a engenharia administrativa da organização do Sistema Financeiro de Habitação com o BNH e as fontes de recursos da poupança compulsória do FGTS, iniciaram-se os grandes projetos de habitação urbana. Da mesma forma, a centralização financeira e tributária consolidada pela Constituição de 1967 nas mãos da União formalmente começou a distribuição dos recursos através dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios.

O protagonismo do governo Joviano Fernandes nas obras de reestruturação urbana certamente diz muito a respeito da forma como, num governo centralizador e ditatorial, os benefícios e investimentos consolidavam as alianças e apoios estabelecidos. Conforme já apontado, o Prefeito Municipal era do partido que dava sustentação política aos governos da ditadura civil-militar, a ARENA, assim como o Governador de Goiás, Otávio Lage de Siqueira (1966-1971), tendo sido, tal como Joviano Fernandes, eleito pela UDN e depois ingressado na ARENA.

Dessa forma, adquire significado maior a leitura dos documentos oficiais do período de governo do Prefeito Joviano Fernandes, que deixam entrever todo o jogo de acordos e alianças estabelecidas, de modo a garantir ao Município sua parte nas transferências de recursos. São frequentes as menções às negociações e acordos, principalmente com o Governo do Estado, em busca de recursos específicos e convênios, contribuindo para a consolidação da imagem do Prefeito como a de um gestor realizador, como aponta José Afonso Barbosa (2015a), com o evidente exagero de um



admirador conterrâneo:

Seu legado como gestor público passou a ser referência às administrações seguintes. Até hoje seu conjunto de obras é lembrado com respeito por toda a comunidade do Município de Morrinhos, como uma era de crescimento nunca vista na administração pública local (BARBOSA, 2015a, p.148).

Chama a atenção o Ofício 49, de 31 de janeiro de 1969, em que o Prefeito Joviano Fernandes faz um balanço do ano anterior e aproveita para lembrar aos Vereadores suas realizações desde o início do mandato. Entre os dezoito tópicos abordados, os seis primeiros fazem menção direta aos recursos do Estado, ou via Estado junto ao Governo federal. Ao longo do seu período de governo, inúmeras Leis e PLs aludiram a convênios e parceiras, seja em relação a órgãos específicos da administração estadual ou federal, como as Centrais Elétricas de Goiás (CELG), SANEAGO, DER, DNER, até recursos do FPM, FINAME, COHAB ou BNH.

São demandas que vão da construção de estradas e vias, conjuntos habitacionais, investimento em energia elétrica, implantação de agência CAIXEGO, até recursos para a educação, com a construção, ampliação ou reforma de escolas e autorização para a implantação de cursos científicos – atual ensino médio.

Considerações Finais

A análise da relação entre os municípios e os demais poderes federativos partiu da reflexão a respeito da experiência de Morrinhos, Município do sul de Goiás. Nossa pesquisa mostrou que antes de 1964 os Municípios brasileiros tinham uma autonomia consideravelmente maior, a despeito de legislações distributivas já existentes, como as definidas nas Constituições de 1934 e 1946. As mesmas cartas constitucionais, no entanto, firmaram o entendimento da preponderância da União na arrecadação e distribuição de tributos. O resultado disso, como vimos, é que a maioria dos Municípios vivia em situação de quase penúria, pois o preço dessa autonomia era o abandono; viviam com seus próprios recursos, nem sempre suficientes para suas necessidades.

Após 1964, com as políticas definidas pelos governos militares, a centralização do planejamento e financiamento dos projetos de desenvolvimento ficou a cargo do governo federal, com as definições de prioridade e de execução a cargo dos demais entes federativos, o que liberou recursos consideráveis para Estados e Municípios, em particular para os pertencentes à ARENA, partido de sustentação aos governos da ditadura civil-militar, consolidando as alianças e apoios locais.

Essa era a situação do prefeito Joviano Antônio Fernandes, que governou o Município de



Morrinhos entre 1966 e janeiro de 1970. Tal como o então governador de Goiás, Otávio Lage de Siqueira (1966-1971), Joviano Fernandes, que ingressou na ARENA no início de seu governo, conseguiu captar recursos fundamentais para seus projetos, na busca pela consolidação de um modelo de progresso baseado na modernização das estruturas urbanas.

Grande parte dos projetos e realizações do prefeito Joviano Fernandes, em especial os que demandaram maior volume de recursos, foi realizada com recursos provenientes de parcerias, convênios ou negociações com o governo estadual e/ou federal. Entre eles, recursos para a construção de estradas e vias, para projetos habitacionais, para a produção e distribuição de energia elétrica, entre outros.

Representativo do momento de crescimento do país, esses recursos, juntamente com a ampliação da capacidade de endividamento concedida pela Câmara Municipal, ajudam a entender a razão dos massivos investimentos em obras de infraestrutura urbana do governo de Joviano Fernandes no Município de Morrinhos na segunda metade da década de 1960.

Referências

ARRETCHE, M.T.S. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 17-26, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003>. Acesso em: 19 abr. 2018.

ARRETCHE, M.T.S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. **RBCS** nº 31, jun. 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm>. Acesso em: 02 jan. 2018.

ARRETCHE, M.T.S. Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 24, p. 69-85, jun. 2005. Disponível em: <revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3717>. Acesso em: 19 abr. 2018.

ARRIEL, M.F. **Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana (1999-2007)**. 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-01/perfil-produtivo-edinamica-espacial-da-industria-goiana-1999-2007.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

BAHIA, L.A. A cidade política: mudanças e perspectivas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 12(2)33-50, abr/jun 1978. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7453/5922>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BELLINGIERE, J.C. A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento. **Revista Hispeci & Lema**, Bebedouro-SP 8, 12-17, 2005. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/hispecielemaonline/sumario/9/16042010171928.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.



BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964**. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm>. Acesso em: 08 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.107, em 13 de setembro de 1966**. Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5107.htm>. Acesso em: 08 dez. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 28 de abr. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Brasil em 4 décadas**. Brasília/DF: IPEA, Texto para Discussão n. 1500. 2010. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TD_1500.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2018.

MEIRA, J.C. **Ideias de Progresso e Modernização**: Projetos de (re)urbanização do Município de Morrinhos/GO (1950-1970). 2017. 242 f. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2017.

MEIRA, J.C. **ONGs e Reforma do Estado no Brasil**: ressignificação da cidadania ou esvaziamento político dos movimentos sociais? 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2009. Disponível em: <<http://www.nephispo.inhis.ufu.br/node/80>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MELLO, J.M.C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L.M. (Org.). **História da vida privada no Brasil. Volume 4 – contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MORRINHOS (GO). **Lei n. 11/48, de 14 de agosto de 1948**. Autoriza o Prefeito Municipal a contratar técnicos para elaboração de um plano geral de reforma, ampliação e construção do serviço de água, rede de esgoto, calçamentos, luz e energia elétrica e dá outras providências. Morrinhos/GO: Câmara Municipal, 1948.

MORRINHOS (GO). **Lei n. 33/67, de dezembro de 1967**. Orça a Receita e fixa a Despesa do Município de Morrinhos para o exercício de 1968. Morrinhos/GO: Câmara Municipal, 1967.

MORRINHOS (GO). **Projeto de Lei n. 1/66-E, de 11 de fevereiro de 1966**. Autoriza a aquisição de máquinas e equipamentos destinados à montagem do parque rodoviário do Município de Morrinhos Morrinhos/GO: Prefeitura Municipal, 1966.

OLIVEIRA, A. O emprego, a economia e a transparência nos grandes projetos urbanos. **II Encontro ETTERN-IPPUR-UFRJ**, Vassoura/RJ, abr. 2009. Disponível em:



<<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direito-a-moradia-adequada/artigos/o-emprego-a-economia-alberto-de-oliveira>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

RIBEIRO, C.; PONTUAL, V. A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960.

Arquitextos, São Paulo, ano 10, n. 109.07, **Vitruvius**, jun. 2009. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.109/50>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/2194063PB.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

RUBIN, G.R.; BOLFE, S.A. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, v. 36, n. 2 mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2017/1602-1487076445.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SILVA, C.M.B.R. **A cidade de Morrinhos**: uma abordagem geográfica. Goiânia/GO: Grafset – Gráfica e Editora, 2006.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.



O Garimpeiro Eventual na Bacia do Rio Vermelho no Município de Goiás (1981-1991)³¹

Noelma Silva³²

Resumo: Na década de 1980 houve no Brasil uma nova corrida em busca do ouro, sobretudo, motivada pelo alto preço do metal e da tecnificação dos garimpos. Essa corrida atingiu, inclusive, a Bacia do Rio Vermelho no município de Goiás. Este artigo visa apresentar as implicações socioambientais e culturais do garimpo nessa região, que transformou os espaços naturais e urbanos em territórios sem fronteiras e que impactou, temporariamente, o modo de vida dos vilaboenses. Esta pesquisa foi realizada entre 1998 e 2000 e utilizou-se dos instrumentos da história oral e da análise qualitativa sobre os depoimentos coletados e os documentos encontrados afim de preencher geograficamente esta lacuna histórica.

Palavras-Chave: Garimpeiro. Garimpo. Território. Cidade de Goiás. Bacia do Rio Vermelho.

The Potential Garimpeiro in the Red River Basin in the Municipality of Goiás (1981-1991)

Abstract: In the 1980s there was a new race in Brazil in search of gold, mainly due to the high price of the metal and the technification of the garimpos. This article aims to present the socio-environmental and cultural implications of the garimpo in this region, which transformed natural and urban spaces into territories without borders and that temporarily impacted the way life of the vilabians. This research was carried out between 1998 and 2000 and the instruments of oral history and qualitative analysis were used on the testimonies collected and the documents found in order to fill this historical gap geographically.

Keywords: Gold Prospector. Gold Prospecting Area. Territory. City of Goiás. Red River Basin.

Introdução

A exploração do ouro está umbilicalmente ligada ao nascimento e desenvolvimento da cidade de Goiás. De fato, desde o primeiro século de colonização do Brasil o território de Goiás já era percorrido pelas Bandeiras e pelas Descidas. Contudo, somente no início do século XVIII com a descoberta de ouro na Bacia do Rio Vermelho, a região ingressa efetivamente na esfera da colonização portuguesa. Surgem, então, os primeiros povoados, entre os quais se destaca o Arraial de Sant'ana (1726), logo elevado à condição de vila e nomeado Vila Boa (1736). Posteriormente, transformada na primeira capital da Capitania de Goiás (1749), passa a se chamar cidade de Goiás quando alcança um novo patamar de desenvolvimento urbano (1818).

³¹ Este artigo é um recorte da dissertação de Mestrado intitulada “O Garimpo eventual e a territorialização do garimpo na Bacia do Rio Vermelho (1981-1991)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB).

³² Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.



A historiografia da cidade de Goiás está marcada por momentos de auge e depressão que, ainda hoje, marcam o seu desenvolvimento econômico local. Em quase três séculos, quatro momentos podem ser salientados: o primeiro refere-se aos vinte e três anos iniciais (1726-1749), marcado pelo auge do período mineratório, época em que ocupa relevante posição econômica no cenário aurífero goiano.

O segundo momento iniciou-se com a elevação de Vila Boa à capital da recém-criada Capitania de Goiás (1749), mais tarde transformada em Província (1818). Nesse instante, apareceram os primeiros indícios de estagnação econômica causada pelo declínio da mineração e a sociedade vilaboense³³ viu-se obrigada a buscar sua subsistência na agropecuária, no comércio e no serviço público.

O terceiro momento caracterizou-se pela transferência da capital para Goiânia em 1937, deixando a cidade de Goiás – mais uma vez – sem perspectivas de desenvolvimento econômico local. Esse quadro não se alterou com o tombamento da cidade pelo Patrimônio Histórico e Cultural brasileiro em 1947, embora isso significasse o reconhecimento da importância dessa cidade na história de Goiás.

Entretanto, quando tudo apontava para a estagnação econômica e social, ressurgiu o garimpo na antiga Bacia do Rio Vermelho, no início da década de 1980, caracterizando o quarto momento, objeto deste artigo. Esse retorno acenou, de um lado, com a possibilidade de reingresso da cidade de Goiás no cenário comercial, de outro, com a degradação da paisagem natural e mudanças no modo de vida da comunidade local. Este artigo compreenderá de forma mais objetiva a temática do ressurgimento do garimpo na Bacia do Rio Vermelho na década de 1980 e os impactos causados pela introdução das máquinas, a diversificação de papéis e a alteração do cotidiano dos vilaboenses, que fez surgir uma nova categoria de garimpeiro, o eventual.

A Segunda Corrida do Ouro no Garimpo da Bacia do Rio Vermelho (1981-1991)

A década de 1980 foi palco de um novo ciclo do ouro, muito mais intenso e amplo do que aquele que marcou o período colonial. Rocha (1984), ao analisar tal fenômeno, constatou que este resultava de uma conjugação de fatores como a aguda crise econômica e social, porque passava o país

³³ Vilaboense, forma com que as pessoas que nasceram na cidade de Goiás orgulhosamente se identificam, é um termo que homenageia o nome anterior da cidade.



naquele momento e a forte campanha ideológica do governo³⁴, que cultivou e difundiu o “fetichismo” do ouro, ressaltando-lhe a opulência e banalizando a miséria dos que produziam a riqueza. Além disso, a década de 1980, caracterizada como a “década perdida”, ficou conhecida pelas taxas de inflação, pelo aumento da dívida pública interna que ultrapassou os 90 trilhões de cruzeiros, pela cobrança dos juros da dívida externa e, conseqüentemente, pelo alto índice de desemprego, que chegou a casa dos 20% da mão de obra ativa do país.

O Governo, por sua vez, proclamava o garimpo como a salvação da situação de desemprego e de tensão social que atingia toda a população de baixa renda naquela década (GUERREIRO, 1984). Registre-se que essa estratégia estava associada inclusive aos interesses do Banco Central³⁵ em manter a extração do ouro, devido as suas altas cotações no mercado internacional. Mais do que insensata, essa estratégia revelou ser enganosa, pois o garimpo somente proporcionou aos homens deserdados, sem emprego, a entrega de seus braços ao trabalho, para explorar um ouro que não lhes pertencia, servindo apenas para aumentar-lhes a própria miséria.

O garimpo na Amazônia, além de ser responsável pelo retorno da “corrida do ouro”, nas antigas províncias auríferas de todo o Brasil e inclusive na Bacia do Rio Vermelho em Goiás, exportou para todos os cantos do país novos métodos e novas relações de trabalho, ocasionando uma mudança no perfil do garimpeiro nos anos 1980. Além dos garimpeiros, as empresas mineradoras, também entraram nessa corrida investindo em pesquisa mineral. Segundo Maron (1995), Goiás destacou-se no período como o Estado que teve maior participação na distribuição de investimentos em pesquisa mineral em áreas de alvarás de pesquisa.

No início dos anos 1980, a Metais de Goiás S/A (METAGO), empresa estadual de controle da mineração no estado, resolveu realizar pesquisa mineral na região em que se localiza a Bacia do Rio Vermelho, como área a ser estudada para possível exploração de ouro aluvionar³⁶. Essa pesquisa concluiu que a Bacia do Rio Vermelho apresentava um volume muito grande de material aluvionar,

³⁴ Segundo Rocha (1984), o próprio Governo estimulou a “corrida do ouro”, oferecendo vantagens às grandes empresas, principalmente multinacionais, encorajando o casamento entre pequenos e grandes empresários, pois, tanto para o Banco Central como para a chamada livre iniciativa, o negócio propiciava altos ganhos sem grandes investimentos e o rápido entesouramento a custos irrisórios de produção.

³⁵ O Banco Central tornara-se “o único comprador de ouro, estipulando seu próprio preço, com o objetivo de incorporar o metal às reservas internacionais e estimular a entrada de investimentos estrangeiros” (ANDIMA, 1996, p. 9).

³⁶ **Aluvionar:** acumulação sucessiva de materiais (cascalho, areia).



nas áreas em estudo e que o ouro está presente em todos os horizontes do aluvião, mostrando teores mais elevados nos níveis de cascalho (EROG, 1984, p. 172).

É importante lembrar que é na Bacia do Rio Vermelho que se localiza a cidade de Goiás, o que originou a mineração em Goiás foi a descoberta do ouro que lhe rendeu o nome de “Vermelho” e deu origem à cidade. Após o período mineratório, o rio com suas águas diminuídas, oferecia recantos pitorescos e poços para banhos como o Poço Rico, Gameleira, Poço do Bispo. No entanto, o crescimento da cidade, a falta de rede de coleta e tratamento de esgoto, tornou o rio bastante poluído.

Com efeito, atualmente, dentro da cidade de Goiás, o Rio Vermelho – juntamente com seus afluentes, Bacalhau, Bagagem, Prata e Manuel Gomes – recebe uma intensa carga de lixo e esgoto tornando-se um grande receptor de carga de resíduos domésticos, o que contamina o solo e ameaça a saúde da maioria da população. Além disso, a “ação do carregamento de sedimentos para o rio, acarretou mudanças no seu leito, levando à formação de bancos de areia e de áreas alagadiças propícias a focos de doenças” (ARTE URBANA, 1992).

Fora da cidade, o Rio Vermelho corta fazendas e pequenos povoados, percorrendo uma extensão sinuosa de 300 km, formando a importante Bacia do Rio Vermelho, destacando-se os seguintes afluentes: rio Agábito, rio do Índio, rio do Bugre, rio Uvá, rio Itapirapuã, rio Ferreira e ribeirão Água Limpa até desaguar no rio Araguaia, o qual é considerado o rio de maior aproveitamento turístico da região Centro-Oeste. Antes de desaguar no Araguaia, parte das águas do rio é captada para abastecimento público da população de Aruanã.

O Territorialismo e as Territorialidades do Garimpo: Garimpeiro Eventual

O retorno do garimpo na Bacia do Rio Vermelho – ocorreu em função da segunda corrida que teve como maior expressão o Garimpo de Serra Pelada, considerada a mais importante descoberta garimpeira do País de todos os tempos. Esse título lhe foi conferido não apenas pelo ouro que possuía, mas pelas intensas e profundas mudanças que operou no cenário da mineração. Serra Pelada desencadeou definitivamente um outro ciclo do ouro no Brasil, que adentrou à década de 1980 impulsionado por um complexo conjunto de fatores – recessão econômica, desemprego, políticas oficiais de incentivo, alto preço do metal, propaganda e conflitos.



A exploração de ricos mananciais auríferos da área amazônica, especialmente, na bacia mineral mais rica do País, a do rio Tapajós – Serra Pelada³⁷ e Itaituba³⁸ –, transformou o garimpo numa atividade industrial de grande escala, introduzindo tecnologias que diversificaram a atuação dos garimpeiros no Brasil. Esse processo de tecnificação do garimpo começou no período de 1960-1979, ainda que de forma incipiente, mas já interferindo decisivamente na produção. Por essa época, popularizou-se o uso de pequenas bombas de sucção e de dragas³⁹, alterando o quadro da lavra aurífera no Brasil.

Salomão (1982) tentou adequar as denominações “garimpo” e “garimpeiro” a essa nova realidade, estabelecendo uma conceituação atual e abrangente para ambas. Segundo ele, “garimpo é a lavra a risco, isto é, toda e qualquer atividade extrativa mineral não precedida por trabalhos sistemáticos e conclusivos de pesquisa mineral, ou que não os leve em conta se existentes”. O garimpeiro, por seu turno, é o “operário do garimpo, responsável pela conversão direta de trabalho em produção” (SALOMÃO, 1982, p. 19-20).

A tecnificação do garimpo espalhou-se por todo o Brasil, propiciando a descoberta e a redescoberta de ricas jazidas de ouro nas antigas regiões auríferas do País e, ainda, a modificação das relações de produção dentro das áreas de garimpo. No início dos anos 1980, com a alta do preço do ouro, a atividade garimpeira voltou a se consolidar como a maior responsável pela produção aurífera do país. Os relatos sobre as atividades do Garimpo na Bacia do Rio Vermelho, na Cidade de Goiás, mostram a ação garimpeira vizível e potencialmente ameaçadora ao espaço natural.

De um lado, um pequeno número de garimpeiros manuais (tradicionalistas), que trabalhavam sozinhos ou em pequenos grupos. Esses garimpeiros, por utilizarem instrumentos rudimentares como a bateia⁴⁰ ou a banca⁴¹, só exploravam superficialmente a mina, ocasionando pequenos danos à

³⁷ O garimpo de Serra Pelada caracterizou-se por um rápido enriquecimento dos “donos de barrancos” e por uma ostensiva intervenção autoritária e prepotente do governo federal no processo, por meio do Conselho de Segurança Nacional (SALOMÃO, 1984).

³⁸ Em Itaituba estabeleceu-se um garimpo tão rico quanto o de Serra Pelada. Todavia, por estar localizado em área de difícil acesso, era reduzida a mão-de-obra disponível e exigia um aporte tecnológico que, ao longo do tempo, foi incorporado na produção garimpeira (SALOMÃO, 1984).

³⁹ **Draga:** são máquinas de sucção, que permitem sugar, através de mangueiras a areia e o cascalho ativo do leito dos rios. (SALOMÃO, 1984, p. 50)

⁴⁰ **Bateia:** gamela de madeira que se usa na lavagem das areias auríferas ou do cascalho diamantífero (HOLANDA, 2010).

⁴¹ **Banca:** é uma calha de madeira onde o cascalho é lavado e em seguida vai para a bateia (HOLANDA, 2010).



natureza. De outro, com o aparecimento das máquinas, surgiu o garimpeiro braçal⁴², que mantinha uma relação de trabalho com o empresário do garimpo. Vale registrar que o garimpo mecanizado demandava até cinco garimpeiros braçais para trabalhar nas máquinas, capazes de explorar o subsolo em grande profundidade, o que gerava maior riqueza em detrimento da preservação do espaço natural.

Uma significativa mudança ocorreu em relação ao perfil do investidor e do trabalhador no Garimpo. No caso específico da Bacia do Rio Vermelho, além do garimpeiro tradicional – com estilo de vida simples, ou arrojado – que se aventura em mais de um local em busca do ouro, surgiu uma nova categoria, a do garimpeiro eventual. Tratava-se de uma categoria formada por pessoas de diferentes classes sociais que se embrenhavam no mundo do garimpo eventualmente e, findo o garimpo, retornavam às atividades econômicas anteriormente desenvolvidas. Diga-se de passagem, essa caracterização retrata exatamente o perfil do garimpeiro que atuou na Bacia do Rio Vermelho na cidade de Goiás, objeto de estudo deste trabalho.

Na atividade garimpeira, as relações de poder que os homens estabelecem num determinado espaço podem criar um território modificador da paisagem. As relações sociais estabelecidas dentro e fora da atividade garimpeira são resultantes de um jogo social em que o poder delimita e define o território. O espaço é de todos, entretanto, o território expressa a forma de apropriação desse espaço. Portanto, nessas relações está implícito o poder sobre o território. Mas, que tipo de poder existe sobre o território e constitui sua identidade? No território do garimpo predomina o poder econômico, que em decorrência das circunstâncias modernas é marcado pela tecnologia. Logo, ela é a maior responsável pela territorialização do garimpo.

Para o filósofo Michel Foucault (1999, p. 11), o poder encontra-se nas diversas relações que os homens estabelecem entre si. Segundo ele, o poder não existe apenas em relação direta com o Estado “mas por uma articulação com poderes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de ação”. Portanto, não existe uma teoria geral do poder, pois o poder não é um objeto e nem uma coisa. Trata-se de uma prática social constituída historicamente que se articula ao Estado de maneiras variadas, sendo indispensáveis à sua sustentação e atuação eficaz (FOUCAULT, 1999). Sendo assim, o poder é um elemento de explicação indispensável à pesquisa dos fatos sociais (CLAVAL, 1978). O

⁴² Entende-se por garimpeiro braçal o trabalhador pertencente a uma classe social homogênea que utiliza sua força de trabalho para manusear a máquina e é remunerado com um salário.



estudo desses fatos desvela a ideologia oculta, os mecanismos reais que escondem o peso desigual dos participantes que determinam as regras sociais e delas se beneficiam.

Para Souza (1988, p. 78), “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, é um instrumento de exercício de poder; nesse sentido, o estudo do território torna-se importante para compreender “quem domina ou influencia quem neste espaço”. Por isso, o autor define quatro conceitos que fundamentam a análise do território: o territorialismo, que se baseia no controle territorial; a territorialidade, na qual as relações de poder estão espacialmente delimitadas e operam sobre um substrato referencial; as territorialidades, que podem ser classificadas conforme suas próprias dinâmicas em territórios contínuos ou descontínuos; e, a territorialização, que determina o tipo da paisagem. Dessa forma, o territorialismo e a territorialidade garantem a territorialização do território.

O territorialismo econômico que busca o controle sobre o território desvelou o conflito entre garimpeiros e mineradoras, ou seja, a tecnologia implementada industrializava o garimpo, aumentando sua capacidade de produção a ponto de competir potencialmente com a atividade mineradora. As territorialidades do garimpo na Bacia do Rio Vermelho com a indefinição do *status* legal do garimpo tecnificado e os altos ganhos advindos dessa atividade transformaram muitos trabalhadores em garimpeiros, dando origem a uma nova categoria social. Tratava-se do garimpeiro eventual, categoria formada por empresários, funcionários públicos, trabalhadores braçais, fazendeiros e até donos de mineradoras.

A atividade garimpeira, por sua vez, destacava-se como um fenômeno resultante das relações que os homens estabelecem entre si num determinado espaço, formando um território. Lefévre (apud CORREA, 1998, p. 25) considera o espaço como “o *locus* de reprodução das relações sociais de produção”. Nessa linha, a tecnificação do garimpo proporcionou a diversificação dessas relações dentro deste território, gerando efeitos também fora dele.

Cumprir registrar que os garimpeiros eventuais e os garimpeiros tradicionais agiam sobre o espaço da Bacia do Rio Vermelho na busca frenética pelo veio do ouro⁴³. Nas imediações do garimpo, as paisagens se modificaram no intuito de melhor adequar-se a essa nova atividade econômica. Parece

⁴³ Veio do ouro: método de extração, era a única conhecida no início da colonização, era realizada no cascalho superficial, ainda não removido, com a ajuda da bateia: após lavrado e agitado o cascalho, o ouro depositava-se no fundo (PALACIN et al., 1995, p. 92).



não haver dúvida de que o território do garimpo é um espaço concreto que transforma a paisagem geográfica, aqui entendida como “resultante da ação cultural ao longo do tempo sobre a paisagem natural” (SAUER apud ROSENDAHL; CORREA, 1998, p. 7) e produtora de cultura. Cosgrove (apud ROSENDAHL; CORREA, 1998) explica que, enquanto a paisagem é uma maneira de ver, de compor e harmonizar o mundo externo, a cultura é considerada um conjunto de práticas compartilhadas comuns a um grupo humano, que foram apreendidas e transmitidas através de gerações e imprimidas no espaço construído.

No território do garimpo estão impressas as várias dimensões da paisagem definida por Rosendahl & Correa (1998): paisagem morfológica, como um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana; paisagem funcional, onde há uma relação entre as suas diversas partes; paisagem histórica, produto da ação humana ao longo do tempo; paisagem espacial, onde uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre; e a paisagem simbólica, portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias. Por outro lado, o retorno do garimpo na bacia do Rio Vermelho, além destas mudanças, tem que lidar com outras, como os sérios problemas socioambientais resultantes da incessante exploração da natureza.

O Mundo do Garimpo: Suas Relações de Produção e seus Impactos Econômicos, Socioambientais e Culturais na cidade de Goiás

Outro aspecto a ser considerado sobre o garimpo foi o da transformação das relações sociais de produção. Nesta segunda “corrida do ouro”, as relações sociais de produção da atividade garimpeira foram modificadas, tendo em vista a demanda econômica do mercado do ouro. Nessa nova composição do espaço, o garimpo se “industrializou”, de um lado estavam os donos dos meios de produção (empresários do garimpo que compram as máquinas) e de outro os garimpeiros braçais, que recebiam uma remuneração muito inferior ao lucro obtido com a extração aurífera.

Alem disso, à medida que o ouro foi tornando-se cada vez mais um negócio lucrativo, multiplicaram-se as pessoas que investiam na compra de máquinas, seja de forma direta da loja, seja pelo arrendamento com direito de propriedade praticado pelos fazendeiros e comerciantes do ouro. Esse redimensionamento do perfil dos garimpeiros acarretou o surgimento de uma nova categoria, a do Garimpeiro Eventual, nome dado ao cidadão vilaboense que se tornou eventualmente garimpeiro, em busca dos dividendos desta atividade econômica.



Na pesquisa que originou este artigo, definimos os garimpeiros eventuais como aqueles que se ocupam de diferentes funções na atividade mineradora: a de investidor e a de trabalhador no garimpo. Os investidores (fazendeiros, comerciantes, funcionários públicos, trabalhadores braçais, mineradores e até os garimpeiros manuais), adquiriam as máquinas e após distribuição das porcentagens de 7% aos cinco garimpeiros braçais e 15% ao dono da terra, ficavam com apenas 50% do ouro encontrado (SILVA, 2000). Nos depoimentos dos Garimpeiros Eventuais que se envolveram investindo diretamente no garimpo, eram assim diferenciados:

- Grande investidor: caracterizava-se por possuir acima de oito conjuntos de máquinas;
- Médio investidor: caracterizava-se por possuir de quatro a sete conjuntos de máquinas;
- Pequeno investidor: caracterizava-se por possuir de um a três conjuntos de máquinas.

Os trabalhadores no garimpo eram chamados de garimpeiros eventuais braçais, que eram contratados pelos investidores para operar as máquinas. E, por último, os garimpeiros eventuais autônomos, que não tinham patrão, trabalhavam sozinhos ou em grupo, chamados de garimpeiros manuais. Eles utilizavam equipamentos rudimentares como a bateia e a banca, lucrando 100% do ouro encontrado.

Durante a árdua atividade, os garimpeiros, além do ouro, encontravam materiais da época dos bandeirantes. Eram materiais valiosos para os museus da cidade de Goiás e de São Paulo. Entre os materiais foram encontrados pratos, talheres, utensílios de beleza entre outros. Estes garimpeiros conseguiam aumentar o seu rendimento com a venda desses utensílios para os museus da cidade, que os adquiriam a fim de remontar a história dessa antiga e importante localidade goiana. A descoberta desses utensílios era esperada, visto que as explorações ocorriam em áreas remanescentes da extração mineral do século XVIII.

A atividade garimpeira, como já foi dito, é um fenômeno de ordem econômica, social, política e cultural. Tal abrangência torna o garimpo uma atividade economicamente ativa, com traços acentuados de exploração da força de trabalho e da natureza. Nessa nova “corrida do ouro”, há uma modificação nas relações de trabalho e os impactos dessa atividade atravessam as fronteiras da paisagem natural, alcançando a paisagem sociocultural. Os efeitos do garimpo em qualquer época são penosos à paisagem natural. Contudo, os do garimpo que se estabeleceram ao longo da década de 1980 na Bacia do Rio Vermelho, não se restringiram apenas à coloração escura das águas do rio, nem



às suspeitas de contaminação de mercúrio, mas, principalmente, à modificação dos modos de vida da população local.

Os impactos na cidade foram sentidos inicialmente de forma positiva na cidade de Goiás, pois o garimpo fez o dinheiro aparecer e circular na cidade. Isso demandou a diversificação dos produtos comercializados, gerando o desenvolvimento do comércio e mais empregos. Houve uma diversificação do comércio, principalmente, com a abertura de mais lojas especializadas na venda de produtos voltados para o garimpo, como motores, bateias, bancas, lonas e colchões. Apareceram, ainda, estabelecimentos que se especializaram em comprar ouro, como o Supermercado João Luiz, que se destacou no ramo trocando suas mercadorias por ouro (SILVA, 2000, p. 74).

No garimpo havia pessoas de todas as idades, muitos jovens e uma pequena, mas importante, participação da mulher nos serviços de cozinha, na própria atividade braçal e também como investidora no garimpo (SILVA, 2000, p. 74). Os depoimentos das garimpeiras revelam as dificuldades enfrentadas ao tentar adentrar numa atividade altamente competitiva e tradicionalmente masculina. Além de desconhecer as especificidades da natureza da atividade, quando tentavam opinar e negociar com os garimpeiros, ou eram discriminadas, ou ainda, vitimadas por roubos, algo muito comum no universo do garimpo.

Ao mesmo tempo em que o garimpo fortaleceu o comércio, paradoxalmente, ocasionou uma desestruturação produtiva na cidade ao atrair trabalhadores braçais especializados, tais como marceneiros, padeiros, sapateiros, lavadeiras, cozinheiras. Essas pessoas largaram suas atividades cotidianas em busca da riqueza no garimpo, dedicando-se exclusivamente à atividade extrativa mineral. Além disso, com o reestabelecimento da prática do período do ouro de pagar bens e produtos com ouro, acabou por causar aumento do custo de vida, ao inflacionar os preços do comércio local. Com isso, outro efeito colateral foi a escassez de produtos do dia-a-dia, como o caso do detergente utilizado na lavagem das máquinas do garimpo (SILVA, 2000, p. 76).

Mas não apenas a economia sofreu com as consequências da atividade do garimpo. Para muitos moradores, os modos de vida e os costumes locais também se viram ameaçados pelas práticas introduzidas pelos novos garimpeiros, tidos como aventureiros e desenraizados, submetidos a condições precárias de trabalho na esperança de mudar de vida. Com efeito, de modo geral, os garimpeiros passavam de dez a doze horas por dia dentro d'água, explorando o leito e as margens do rio. Nos finais de semana, se tivessem alcançado bons resultados iam para a cidade vender o ouro e



em busca de diversão, acabando por gastar rapidamente tudo o que haviam ganhado durante a semana (SILVA, 2000, p. 76).

Ao redor das áreas dos garimpos mais distantes da cidade, constituíram-se como vilarejos que abasteciam os garimpeiros, como o de Lua Nova. Esse povoado, típico da área de influência do garimpo sofreu com o crescimento desordenado e acelerado da atividade garimpeira praticada no rio Ferreira. Outro impacto significativo da nova leva garimpeira foi em relação ao meio ambiente. O uso de novos equipamentos na extração do ouro no leito do rio em grandes profundidades e nos barrancos, com alta capacidade de destruição, intensificou a exploração do mineral e trouxe um rápido retorno financeiro, mas acelerou o processo de comprometimento do meio ambiente, tendo, como resultados a destruição das matas ciliares, o assoreamento e o desvio do curso do rio e a poluição das águas, que se mostraram túrbidas e sujas de óleos, graxas e detergentes utilizados na limpeza e no funcionamento do maquinário.

Segundo o Relatório da SEMAGO (1988), por causa do aumento das frentes garimpeiras e, conseqüentemente, dos seus maquinários, houve uma destruição desenfreada da natureza hídrica, influenciando sobremaneira nas condições naturais da região. O uso indiscriminado de tratores, caminhões, máquinas, ferramentas manuais e do próprio jato aspersor provocaram o desmatamento acelerado e praticamente irreversível. Com o passar do tempo, tornaram-se cada vez mais presentes os efeitos negativos do garimpo sobre o rio, a ponto de alguns fazendeiros preocupados com o alto grau de destruição acarretado pelo garimpo, restringiram a extração do ouro ao leito do rio, acreditando que o revolvimento das águas do rio não ameaçaria a preservação da natureza.

Contudo, o crescimento acelerado e descontrolado do garimpo acabou por gerar não só a migração de garimpeiros que revolviam as águas do rio, mas também o uso de materiais que, ao invés de beneficiar a extração, acabaram reduzindo o valor do ouro. Esse é o caso do ouro azougado, adulterado pelo emprego do mercúrio. O mercúrio⁴⁴ ou o azogue⁴⁵ como é conhecido pelos garimpeiros é um material químico bastante comum nos garimpos de rocha⁴⁶, por sua propriedade de juntar partículas de ouro. No garimpo de aluvião, como é o caso da Bacia do Rio Vermelho, o emprego dessa substância só acontece no garimpo de bateia e, ainda assim, por desconhecimento de

⁴⁴ Mercúrio: é também chamado de azogue. É um metal líquido, um composto chamado dimetil mercúrio. É utilizado para juntar as pequenas partículas de ouro. Tornando o ouro azougado, o que diminuía seu preço no mercado.

⁴⁵ Azogue: é o nome que os antigos garimpeiros dão ao mercúrio.

⁴⁶ O ouro de rocha precisa ser juntado porque sai praticamente esfacelado da extração.



outras técnicas, já que o mercúrio – além de encarecer o processo, por ser um material caro – suja o ouro, reduzindo seu preço na hora da comercialização.

O potencial de contaminação do azougue é muito forte. Ele pode contaminar as águas do rio e todo seu ecossistema, além de causar danos à saúde das pessoas, quando utilizado em grandes proporções. Nesse caso, ele é absorvido pelos peixes, provocando sua morte. O risco para a saúde humana ocorre quando essa substância sofre um processo de combustão⁴⁷ e se transforma em dimetil composto, material inalável e absorvido pela corrente sanguínea.

No entanto, a pouca quantidade de mercúrio utilizado no garimpo aluvionar da Bacia do Rio Vermelho não chegou a provocar danos visíveis à natureza nem ao homem. A propósito disso, o relatório da SEMAGO (1988) atestou o não comprometimento das águas pela presença do mercúrio, enquanto os órgãos de saúde locais tampouco registram o aparecimento de enfermidades resultantes da contaminação por essa substância⁴⁸. Ainda segundo o Relatório, a atividade garimpeira começou a se proliferar de tal modo que ameaçou invadir a cidade de Goiás, ao mesmo que se expandia em direção ao rio Araguaia, famoso pólo turístico goiano:

[...] a região trabalhada consiste à aproximadamente 2 km do centro da cidade de Goiás, onde as águas apresentam características aceitáveis no tocante a turbidez, apesar de lançamentos domésticos e industriais. A partir deste ponto, onde já existem máquinas e inicia-se a exploração garimpeira, agrava-se em todo o trecho à jusante, com o teor de turbidez e poluição sendo aumentado gradativamente e consideravelmente até o rio Araguaia, onde o impacto provocado é visível e notável (SEMAGO, 1988, p. 18).

Com a ameaça da invasão do garimpo, o Ministério Público e a imprensa iniciaram um processo de conscientização da comunidade local a respeito dos efeitos negativos da atividade garimpeira sobre o rio. Esse movimento teve o objetivo de sensibilizar todos os moradores, inclusive os que trabalham no garimpo eventualmente. Sob a perspectiva dos habitantes da cidade de Goiás que se mantiveram afastados do garimpo, a atividade garimpeira de fato possibilitava o aparecimento de capital, mas em prejuízo do rio, que era destruído pouco a pouco e do trabalhador braçal que se via explorado. Por isso estas pessoas discordavam da forma como esse dinheiro estava chegando.

⁴⁷ Os garimpeiros e os comerciantes do ouro estão mais sujeitos a esse tipo de contaminação, pois o ouro azogado é submetido a um processo de combustão na hora da venda.

⁴⁸ Vale registrar que os órgãos de saúde locais, por essa época, não dispunham dos recursos necessários para comprovar, cientificamente, a procedência das denúncias que imputavam ao garimpo a deterioração da saúde dos moradores da região, segundo informações prestadas pelo ex-diretor geral do Órgão de Saúde do Estado de Goiás (OSEGO) que funciona na cidade.



Sempre foram taxativos ao afirmar que não eram contra os garimpeiros, mas contra a atividade do garimpo (SILVA, 2000, p. 65).

A mídia teve um importante papel no fechamento do garimpo, pois tornou a opinião pública, não só da localidade, mas de todo o Estado, contrária a esta atividade (SILVA, 2000, p. 68). A transmissão das imagens do que o garimpo era capaz de fazer com o Rio Vermelho foi decisiva para consolidar o desejo, inclusive, entre os garimpeiros eventuais de que o garimpo acabasse. Surgiram então os primeiros sinais do conflito que se estabeleceu entre os garimpeiros favoráveis ou não ao garimpo.

Considerações Finais

Resta inequívoco que o garimpo aluvionar na década de 1980 foi um marco significativo na história da cidade de Goiás, porquanto reinseriu a cidade no cenário econômico-político estadual. Tratou-se de um momento ímpar, pois a atividade que reergueu a cidade é a mesma que lhe deu origem. Vale lembrar que esse surto de desenvolvimento, embora não decorra da industrialização, favoreceu tanto o crescimento urbano quanto foi capaz de gerar empregos.

Tratado como fenômeno social, o garimpo na Bacia do Rio Vermelho possuía traços bastantes particulares, que o diferenciaram de outras regiões de extração mineral. O principal deles foi o surgimento de um novo perfil de garimpeiro, até então desconhecido pelos estudiosos da área. Trata-se do garimpeiro eventual, que temporariamente se aventura no garimpo em busca do ouro a fim de melhorar suas condições de vida.

Com efeito, parte significativa da população vilaboense atuou no garimpo de modo eventual, abandonando durante algum tempo suas atividades profissionais originais. Esse tipo de garimpeiro, pertencente à comunidade local, acabou provocando a territorialização do garimpo. Isso aconteceu na medida em que ele manteve uma relação diferente com o local que explorou, em função da identidade que ele já possuía com o lugar e das relações já existentes com as outras pessoas do garimpo, muitas vezes também moradores da cidade.

A atividade garimpeira caracteriza-se como um fenômeno econômico, social e cultural, marcada pela modernização técnica que atinge tanto o funcionamento do garimpo como as relações de trabalho que o envolvem. Embora a técnica simbolize a ascensão da atividade garimpeira, ela nada mais representa do que a conformação da mão de obra às regras do sistema econômico vigente, posto que beneficia o dono de máquinas e não o garimpeiro tradicional.



Percebe-se que o garimpo ainda é uma realidade muito presente na memória de todos aqueles que se envolveram direta ou indiretamente com a extração do ouro em Goiás na década de 1980. Prova disso é a ênfase que eles conferem aos tempos em que, graças à produtividade do garimpo, tiveram certo poder aquisitivo, ainda que efêmero, e assim puderam vislumbrar um modo de vida diferente.

Referências

- ANDIMA. Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto. **Série Histórica**. Ouro. Rio de Janeiro: ANDIMA agosto de 1995.
- ARTE URBANA. **Diretrizes para o Plano Diretor da Cidade de Goiás**. Volume I. Goiânia, 1996.
- CLAVAL, Paul. **O espaço e poder**. São Paulo: Zahar Editores, 1978.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Garimpos do Brasil**. Coordenação de Walter Schmaltz e Gerobal Guimarães. Divisão de Fomento e Produção Mineral. Brasília, 1983.
- ENCONTRO REGIONAL DO OURO DE GOIÁS (EROG). **Anais**. Goiânia: SBC/Núcleo Centro-Oeste, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1999.
- GOIÁS. SEMAGO. **Relatório de inspeção das áreas de garimpo na Bacia do Rio Vermelho na região de Goiás, Itapirapuã e Aruanã**. Goiânia, ago. 1988.
- GUERREIRO, Gabriel. Garimpagem de ouro na Amazônia: reflexos econômicos, sociais e políticos. In: ROCHA, Gerônimo Albuquerque (Org.). **Em busca do ouro**. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Positivo, 2010.
- MARON, Marcos Antônio Cordeiro. Ouro In: BARBOSA, Frederico Lopes Meira; GURMENDI, Alfredo C. **Economia mineral do Brasil: estudos de política e economia mineral**. Brasília/DF: DNPM. 1995.
- ROCHA, Gerônimo Albuquerque (Org.). **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.
- ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. **Paisagem tempo e cultural**. Rio de Janeiro: EdNERJ, 1998.
- SALOMÃO, Elmer Prata. Garimpos do Tapajós: uma análise da morfologia e da dinâmica de produção. **Ciências da Terra**, Salvador, ano 1, 1982.
- SALOMÃO, Elmer Prata. Exploração é rudimentar. **Jornal Correio Brasiliense**. Brasília/DF, 20 fev. 1992 (p. 9).
- SILVA, Noelma. **O garimpeiro eventual e a territorialização do garimpo na Bacia do Rio Vermelho na Cidade de Goiás (1981 a 1991)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2000.



SOUZA, Gilson Rodrigues. **Ouro em Goiás**: exploração recente “década de 80”. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis/GO, 1990.

SOUZA, Marcelo José Lopese. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.



Os Usos do Passado na Escrita de Si: A Memória da Revolução de 1930 em Goiás na Autobiografia de Pedro Ludovico Teixeira⁴⁹

Rildo Bento de Souza⁵⁰

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar a (re)construção do passado no discurso autobiográfico presente na obra “Memórias” de Pedro Ludovico Teixeira, que foi um médico e político goiano. Nessa análise, partimos do pressuposto de que o passado foi utilizado pelo autor como uma forma de crítica ao presente, já que a obra fora publicada em 1973, quando o autor estava cassado e com os direitos políticos suspensos pelo AI-5. Para situar a crítica, o autor destaca sua participação na Revolução de 1930, quando conseguiu chegar ao poder. Ademais, pretende-se discutir questões metodológicas em relação à autobiografia.

Palavras-Chave: memória, autobiografia, revolucionário, Goiás.

The Uses of the Past in Self-Writing: The Memory of the Revolution of 1930 in Goiás in the Autobiography of Pedro Ludovico Teixeira

Abstract: The objective of this article is to analyze the (re)construction of the past in the autobiographical discourse present in the book “Memórias” by Pedro Ludovico Teixeira, who was a Goian physician and politician. In this analysis we start from the assumption that the past was used by the author as a form of criticism to the present, since the work was published in 1973, when the author was canceled and with the political rights suspended by the AI-5. To situate the critic, the author highlights his participation in the Revolution of 1930, when he was able to come to power. In addition, we intend to discuss methodological issues in relation to autobiography.

Keywords: Memory. Autobiography. Revolutionary. Goiás.

Introdução

Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) foi um médico e político goiano. Alçado ao poder em Goiás por meio da Revolução de 1930 desempenhou a função de interventor e governador do Estado até 1945. Foi senador, governador e novamente senador até 1968, quando teve os direitos políticos cassados por meio do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O seu principal feito político ocorreu no seu primeiro governo quando construiu Goiânia, projetada para ser a capital do Estado, retirando-a da cidade de Goiás, em 1937.

⁴⁹ Versão estendida de parte do primeiro capítulo da tese de doutoramento intitulada “A história não perdoa os fracos’: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira”, defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Profa. Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes.

⁵⁰ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (OPGH/UFG). Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG).



No ostracismo, após perder o mandato de senador, Pedro Ludovico dedicou-se a escrever a sua autobiografia, lançada em 1973. Nela narrou sua trajetória política dedicando um grande espaço à sua participação no processo revolucionário de 1930. Esse artigo tem o objetivo de analisar a construção do discurso revolucionário na narrativa de Pedro Ludovico; pressupomos que a importância dessas memórias na autobiografia seja uma forma de se contrapor ao regime de exceção então em vigor.

O Livro Memórias

Em 1973 Pedro Ludovico publicou a sua autobiografia denominada Memórias. Nas palavras do próprio autor, o objetivo da obra era o de se “fazer ouvir”. Com o mandato de senador cassado desde 1968, pelo AI-5⁵¹, isolado politicamente e sem o protagonismo político que marcara a sua vida desde 1930, Pedro Ludovico recolheu-se em sua casa, em Goiânia, e retornou timidamente à medicina, campo onde sempre se manteve atualizado e cuidou, também, da sua fazenda em Rio Verde. Durante esse período de ostracismo ele escreveu a sua autobiografia, que é, antes de tudo, um “texto político e de protesto que, além de ‘voltar ao passado’ para reconstruir sua imagem, evidencia os confrontos, os debates e os ressentimentos que Ludovico sentia diante da situação política que enfrentava”, principalmente, pela cassação e a suspensão dos seus direitos políticos pela Junta Militar por dez anos (FERNANDES, 2003, p. 20).

As memórias de Ludovico contêm registros, opiniões e ideias que marcaram sua época; lembra os acontecimentos de um mundo que se desenrolava à sua frente, diante do qual via-se obrigado a agir. Não se tem notícia de um governador que tenha se preocupado em anotar, ao final de cada expediente, os acontecimentos diários, o que, mais uma vez, o coloca sob a influência de Getúlio Vargas, que fez um relatório de 1.200 páginas, no período que antecedeu a Revolução de 1930 até 27 de setembro de 1942 (...) Contudo, Pedro Ludovico, ainda que tenha anotado os acontecimentos de cada dia, ao escrever um livro de memórias, em 1973, procurou filtrar os fatos, selecionando-os como em qualquer biografia. Para além da simples transcrição, suas anotações traduzem valores, ideias, tradições e comportamentos

⁵¹ Sobre o AI-5, as reflexões de Boris Fausto (2010) são esclarecedoras: “O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contrarrevolução dentro da contrarrevolução. Ao contrário dos Atos anteriores, não tinha prazo de vigência. O presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso, o que a Constituição de 1967 não autorizava. Restabeleciam-se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos. A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo. Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 constituiu no fato de que ele reforçou a tese dos grupos de luta armada, cujas ações se multiplicaram a partir de 1969. O regime parecia incapaz de ceder a pressões sociais e de se reformar, seguindo cada vez mais o curso de uma ditadura brutal” (FAUSTO, 2010, p. 265).



que permitem tanto recuperar formas de ser e agir do seu grupo social, naquela época histórica, como também passa a operar sobre as representações que desses momentos ainda perduram e que atuam como elemento da harmonia social (BARRETO, 2001, p. 22-23).

Em 1973, finalmente, seu livro é publicado e de acordo com a nota “esclarecimento ao leitor” da segunda edição, o editor Paulo Dias de Araújo ressalta que a “sua primeira edição não foi bastante para quem desejou um exemplar, a partir da noite de autógrafos, quando ele foi entregue ao público” (TEIXEIRA, 1973). Por isso, tiveram que garantir uma segunda tiragem menos de um mês depois da primeira. O sucesso foi explicado como um gesto de “gratidão de Goiás a quem dedicou toda a sua vida ao seu serviço, sem visar a interesses outros senão ao bem-estar comum, ao progresso de sua terra”.

A segunda edição foi feita pela Editora Cultura Goiana, criada para “editar e divulgar os escritores goianos”, sendo que a inauguração da editora ocorreu justamente com o livro “Memórias” de Pedro Ludovico, que ainda nas palavras do editor possui um “extremado amor a esta terra, [...] sua fidelidade aos amigos e a grande compreensão demonstrada com seus adversários e contraditores (porque inimigos ele não os tem, pelo menos entre os seus opositores)” (TEIXEIRA, 1973, p. 7-8). E, são aos seus amigos que Pedro Ludovico credita o sucesso do seu livro:

Nada mudou para mim, mesmo tomando conhecimento do entusiasmo do responsável pela Editora Cultura Goiana, que distribuiu a primeira edição deste livro e se responsabilizou pela impressão da segunda. Mais do que no valor da obra, eu confiava – como confio – nos meus amigos que fiz ao longo de minha acidentada vida pública. A eles unicamente é que devo o que o meu editor chama de sucesso. Sem amigos eu não teria leitores (TEIXEIRA, 1973, p. 1).

O sucesso do livro reforçou o apelo que a figura de Pedro Ludovico exercia sobre Goiânia e seus habitantes. Em seu livro há uma apaixonada narrativa da sua trajetória pessoal e, principalmente, política, onde a memória pessoal intercala-se com transcrições de documentos ou testemunhos de amigos buscando dar credibilidade aos fatos narrados.

A autobiografia sempre procurou um espaço entre o discurso da história por seu feito memorialístico, sua relação com um certo passado e, sobretudo, por sua ficção de credibilidade, e o discurso do sujeito, pelo espaço egocêntrico que parecia instaurar. A autobiografia simula que todo o narrado é todo o acontecido. Esse efeito vincula a autobiografia com a história como discurso. No espaço autobiográfico, um eu, prisioneiro de si mesmo, proclama, para poder narrar sua história, que ele (ou ela) foi aquele que hoje escreve: é um fugir e um ficar (JOZEF, 1998, p. 299-300).

Outrossim, há que se ressaltar que “os processos da memória, a recordação e o esquecimento – e sua manifestação como literatura – implicam uma teoria ficcional do ato autobiográfico e do texto que é sua consequência” (JOSEF, 1998, p. 299). Pelo contexto em que fora escrita, pressupomos que



o objetivo de Pedro Ludovico com o livro era o de criar mais um marco, a fim de garantir, para além do seu espaço na história e na memória, a perpetuação do seu discurso e da sua versão dos fatos, tecendo uma trama que tinha por objetivo o reconhecimento e a exaltação dos seus feitos. Nesse sentido, Pedro Ludovico se enquadra no termo cunhado por Jacques Le Goff (2003, p. 422), um “senhor da memória e do esquecimento [que] é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”.

Ademais, por meio da biografia e, principalmente, da autobiografia, os indivíduos podem se colocar diante da história e por meio da memória consolidar determinada narrativa. É nesse sentido que o gênero autobiográfico se constitui como “uma narrativa oral, escrita ou visual dos fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa ou personagem” (ALMEIDA, 2014, p. 294), podendo ser compreendida como uma “criação artificial de sentido”, uma vez que há uma seleção intencional dos “acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência” (BOURDIEU, 2006, 185).

Fabiana Fredrigo (2004) analisou o gênero autobiográfico a partir do conceito de representação. Nessa perspectiva:

O campo da representação de si permite a ‘invenção’, pois escrever de si para outrem é, na maior parte das vezes, assumir uma persona. A narrativa pode conviver com falhas e enganos, nutrir-se de ambos e sobreviver a eles; isso porque o universo da criação narrativa está circundado por escolhas orientadas pela realidade daquele que escreve (FREDRIGO, 2004, p. 15).

Nessas “escolhas orientadas” o contexto também exerce forte influência na narrativa autobiográfica. Em 1973, Pedro Ludovico se considerava vítima de uma arbitrariedade, ao ter o seu mandato de senador cassado e os seus direitos políticos suspensos por dez anos. Sua autobiografia é o espelho desse momento. Ao construir a sua narrativa e selecionar os fatos, Pedro Ludovico prioriza a política. Se o Golpe Militar de 1964 dizia que era uma revolução, Pedro esmiúça o que ele considera revolução (a de 1930, na qual foi protagonista em Goiás) e detalha o seu papel como um revolucionário. É sutil a forma como ele constrói uma crítica ao regime de exceção por meio da sua vida, sem nenhum embate direto com os militares.

Das trezentas e treze páginas do livro, Pedro Ludovico preenche dez para discutir a Revolução de 1930, mais especificamente apenas o mês de outubro. Isso evidencia o grau de importância desse evento dentro das suas memórias. Igualmente, observa-se que, a título de comparação, os primeiros quinze anos da vida de Pedro Ludovico ocupam somente quatro páginas.



O seu livro, portanto, não é uma autobiografia tradicional, é uma biografia política. A sua maior preocupação é mostrar o seu legado político. De 1891 a outubro de 1930, por exemplo, apenas vinte e cinco páginas são gastas para narrar a sua trajetória durante trinta e nove anos; um pouco mais que o dobro do que ele gasta para contar, pormenorizadamente, como ocorreu o processo revolucionário e como ele chegou ao poder.

Pressupomos que para Pedro Ludovico, a sua vida só fazia sentido dentro do campo de ação política; que a fase de sua vida que valia a pena contar, que o tornava diferente dos demais homens, era aquela em que ele detinha o poder, ou seja, de 1930 a 1968. Isolado e com os direitos políticos suspensos, Pedro Ludovico, possivelmente, viu que a sua autobiografia o recolocaria, pelo menos na memória de quem o lesse, dentre os grandes personagens da história política de Goiás. “A autobiografia é a experiência textual de alguém que quer contar sua vida para dizer quem é. Toda obra é uma forma de escrever-se, de permanecer nos espaços da memória, na arqueologia da recordação” (JOZEF, 1998, p. 298-300).

A vida de Pedro Ludovico era a política, e a sua vida antes da política não merecia longas narrações, nem profundidade. Nos seus primeiros trinta e nove anos de vida, narrados nas primeiras vinte e cinco páginas, observamos apenas a construção do caráter e da carreira de um indivíduo: a educação em Goiás e no Rio de Janeiro, a volta, o trabalho, o casamento, e o início da participação política. Sua vida estava intrinsecamente ligada aos seus feitos políticos. A sua memória, portanto, não dizia respeito somente a si mesmo, era a memória de uma cidade criada por ele, Goiânia, e a memória de um Estado que só conseguiria, até então, alguma projeção nacional nos seus governos. Nessa perspectiva, seu livro foi pensado para colocar o leitor frente à construção de um indivíduo singular, e às vezes, onipresente. Seus dramas privados são escondidos para dar lugar ao homem público.

A Revolução de 1930

O contexto político nacional foi determinante para que Pedro Ludovico fosse alçado ao poder. A eleição nacional estava polarizada entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal. O primeiro gozava do apoio do Presidente e de vinte, dos vinte e três Estados da Federação. O segundo era apoiado pelo Rio Grande do Sul, seu Estado de origem; Paraíba, Estado de



João Pessoa, seu vice; e Minas Gerais, que rompera com a “política do café com leite”⁵² com São Paulo, devido à indicação de Júlio Prestes a presidência e não um político mineiro.

A Constituição Republicana de 1891 excluía o direito ao voto de grande parcela da população. Não podiam, por exemplo, votar os analfabetos (a grande maioria do povo brasileiro), as mulheres (que só conseguiriam esse direito em 1932), os mendigos, os soldados, e os membros das ordens religiosas. Na primeira eleição para presidente do Brasil, por exemplo, em 1894, votaram apenas 2,2% da população. Na última eleição da Primeira República, em 1930, compareceram apenas 5,6% da população. Isso possibilitou “a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas por partidos únicos, também estaduais” (CARVALHO, 2006, p. 40-41).

O chefe político local, pertencente a essas oligarquias eram denominados de coronéis. E o coronelismo era a consequência “da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 1948, p. 20). As eleições eram marcadas por muita violência, tanto por parte da situação quanto da oposição, e pela completa falta de credibilidade. “O voto podia ser fraudado na hora de ser lançado na urna, na hora de ser apurado, ou na hora do reconhecimento do eleito” (CARVALHO, 2006, p. 42). Geralmente, os vitoriosos eram aqueles que se alinhavam ao projeto nacional e mantinham relações bem sólidas com o Presidente do País.

Nesse cenário, a vitória de Júlio Prestes não representou nenhuma surpresa, inclusive, como de praxe, com a contestação do resultado pelos derrotados. Descontentes, alguns setores da Aliança Liberal buscaram uma aproximação com o movimento tenentista⁵³. Em meio a conspiração revolucionária, em 26 de julho de 1930, João Pessoa, candidato a vice de Getúlio Vargas, fora assassinado em Recife, por motivos passionais e não políticos, porém, mesmo assim “ele foi transformado em mártir do movimento que se articulava. Nos meses seguintes, a conspiração recrudescer com a adesão de importantes quadros do Exército” (FERREIRA; PINTO, 2003, p. 406).

⁵² Alternância do poder central entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

⁵³ Em junho de 1922, “o Clube Militar lançou um protesto contra a utilização pelo governo de tropas do Exército para intervir na política local de Pernambuco. Como resposta, o governo determinou o fechamento do Clube Militar, com fundamento em uma lei contra as associações nocivas à sociedade. Esses fatos precipitaram a eclosão do Movimento Tenentista, assim conhecido porque teve como suas principais figuras oficiais de nível intermediário do Exército – tenentes em primeiro lugar e capitães” (FAUSTO, 2010, p. 172). “Embora de natureza estritamente militar e corporativista, o tenentismo despertou amplas simpatias, por atacar as oligarquias estaduais. [...] Os “tenentes” tinham uma concepção política que incluía o assalto ao poder como tática de oposição. Mesmo depois de 1930, quando tiveram intensa participação política, mantiveram a postura golpista alheia a mobilização popular” (CARVALHO, 2006, p. 66).



A Revolução começou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul no dia 3 de outubro de 1930. Os focos de resistência em todos os Estados, compostos principalmente pelas oligarquias oposicionistas, fizeram com que a Revolução se alastrasse rapidamente. Em 24 de outubro, generais do Exército depuseram Washington Luís da Presidência da República, criando uma Junta Provisória de Governo. Embora tenham tentado permanecer no poder, a Junta Provisória passou o cargo para Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930, sob pressão dos revolucionários. A esse processo deu-se o nome de Revolução de 1930. No âmbito do pensamento político, por Revolução entendemos “à tomada ilegal, usualmente violenta, do poder que produz uma mudança fundamental nas instituições de governo” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 663). Tal fato não foi evidenciado durante o episódio que marcou a saída de Washington Luís e a emergência de Getúlio Vargas ao poder.

Inúmeros historiadores analisaram a Revolução de 1930 e a trataram por este termo, e não simplesmente como um golpe, que é o que ela, de fato, representou. A própria divisão da história da República em denominar o período anterior a ela de República Velha ou Primeira República, evidencia que a base ideológica desse episódio da história brasileira é muito mais complexa do que se supõe. A historiadora Sônia Regina de Mendonça, por exemplo, trata o termo Revolução de 30 entre aspas, ressaltando que o que de fato ocorreu foi um golpe que, por sua vez, resultou no deslocamento da “[...] da tradicional oligarquia paulista do epicentro do poder, enquanto que os demais setores sociais a ele articulados e vitoriosos não tiveram condições, individualmente, nem de legitimar o novo regime, nem tampouco de solucionar a crise econômica” (MENDONÇA, 1990, p. 322).

A partir de 1930, portanto, o que se viu foi “uma troca da elite do poder, sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais; subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais” (FAUSTO, 2010, p. 182). Pedro Ludovico encaixa-se no quesito dos “técnicos diplomados”, já que era médico, e também o dos “jovens políticos”. Ou seja, pertencia a um grupo que se encontrava completamente alijado do poder até 1930. Mas se não há consenso quanto à denominação de “revolução” para designar o fato histórico, isso também não ocorre para os seus integrantes. Os personagens que emergiram desse processo, do qual Pedro Ludovico é um exemplo, taxaram-se a si próprios como revolucionários.

Nesse sentido, de acordo com o historiador Nóe Freire Sandes, a maioria dos escritos sobre a Revolução de 1930 “está vinculada ao desejo de memória, alimentado pelos homens que



participaram do movimento. Portanto, memória e pensamento histórico partilham da árdua tarefa de interpretação do passado” (SANDES, 2003, p. 153). Ao ressaltar sua proeminência durante o processo revolucionário, Pedro Ludovico utiliza, constantemente, o subterfúgio da memória. Uma “memória histórica”, que na acepção de Maurice Halbwachs (1990) é a formação de uma memória oficial, ou institucional, que é imposta a partir da manipulação do poder, e é apropriada e ressignificada pela história.

Nesse duelo das forças da memória, o espólio da Revolução de 1930 foi tomado por Pedro Ludovico, que o empunhou como uma bandeira de si próprio até o fim da vida. O silenciamento, ou as zonas de sombra do passado, as quais foram alocadas os decaídos, ou seja, aqueles que foram aliçados do poder a partir de outubro de 1930, evidencia que nesse duelo apenas a versão “ludoviquista” prevaleceu. Nesse discurso, Pedro Ludovico aparece como o mito fundacional⁵⁴, a gênese de uma história gloriosa que se desenrolaria a partir de então.

A Construção do Revolucionário na Autobiografia de Pedro Ludovico

Apesar de fértil, a autobiografia é um terreno um pouco sinuoso para o historiador, uma vez que “não se trata do passado como foi, mas daquele que ficou na memória ou ainda que foi selecionado pelo narrador – de forma mais consciente ou menos – para tornar-se escritura” (BARROS, 2016, p. 49). No caso de Pedro Ludovico, um político de expressão em Goiás, a seleção dos fatos, pressupomos, obedeceu, antes de tudo, a um projeto de projeção na memória local, ou seja, ao escrever sua autobiografia ele quis se eternizar na memória do Estado, já que se encontrava não somente aliçado do poder, mas também com a idade avançada. Sobre isso, Ecléa Bosi (2004) nos adverte:

A experiência política, enquanto partidária, necessariamente vai modelando, com o tempo, formas de discurso valorativo, convencional, “ideológico”, que podem esconder o teor mais objetivo da fala testemunhal; formas que vão ficando cada vez mais parecidas com as da crônica oficial, geralmente celebrativa (BOSI, 2004, p. 458).

Como já afirmamos anteriormente, em seu livro Pedro Ludovico narra, rapidamente, a sua infância; a vida que se descortinou no Rio de Janeiro, onde fora para estudar; a volta para o Estado

⁵⁴ De acordo com Stuart Hall (2001), o mito fundacional é “uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico’” (HALL, 2001, p. 54-55).



de Goiás; a passagem por Bela Vista, Trindade, até chegar em Rio Verde; o casamento e por fim, a política, destacando o processo revolucionário em 1930.

[...] começamos a criticar os erros da política e da administração do Estado, onde imperava uma familiocracia. [...] Pouca gente tinha coragem de combater o Caiadismo. [...] As eleições eram um escárnio, uma brincadeira. [...] Aliás, isso acontecia no Brasil inteiro (TEIXEIRA, 1973, p. 27).

Antes de entrar no capítulo denominado de “Revolução de 1930”, Pedro Ludovico escreve sobre como era Goiás sob o domínio da família Caiado, tecendo um quadro estarrecedor. É interessante essa estratégia de escrita, pois com isso ele reforça o seu papel de antagonista dessa forma de se fazer política. Logo no início do referido capítulo, Pedro Ludovico já trata de urdir o contexto nacional com a sua participação no processo.

A Revolução estava em marcha. Os Presidentes paraibano, mineiro e gaúcho eram os seus principais chefes. Duas vezes foi marcada a data da explosão. Duas vezes fui convocado a Minas Gerais, para ser orientado. Duas vezes foi adiada. [...] No dia 4 de outubro de 1930, recebi, pela manhã, um telegrama do Dr. Diógenes Magalhães, de Belo Horizonte, nos seguintes termos: “Procuração segue urgente” e do Adelino, à tarde: “seguiu gasolina”, que significavam Revolução começou. [...] No dia 4 mesmo, tomei o meu carro, acompanhado de um motorista, e segui para Minas (TEIXEIRA, 1973, p. 34).

Nos primeiros parágrafos do referido capítulo, Pedro Ludovico vincula o seu nome ao alto escalão da Revolução. O discurso revela um personagem articulado, que tomou para si as rédeas da situação dentro do seu Estado. O fato de ter sido avisado com antecedência sobre o início do processo revolucionário o coloca nessa categoria.

[...] meu ótimo amigo [...] me arranhou um guia e cavalos, para que eu pudesse alcançar o rio Paranaíba [...]. Andei 50 quilômetros no mesmo dia e, ali chegando, ao escurecer, havia uma única canoa, cujo dono se recusou a nos transportar para o outro lado. Disse-me que, se o fizesse, seria castigado. [...] Tinha que atravessar o rio de qualquer forma. Dei-lhe cem mil réis e ele concordou. Quando chegamos do lado mineiro, já anoitecera. [...] [Em Uberlândia] procurei a residência do Dr. Diógenes Magalhães, revolucionário e coerente com a causa do movimento. [...] No dia imediato à minha chegada a Uberlândia, parti para a mesma região de onde tinha vindo [...]. Trazia comigo, além de alguns companheiros, que me esperavam em Uberlândia [...], mais vinte rapazes, que, espontaneamente, a mim se ofereceram para lutar [...] Parti adoentado de Uberlândia. Atravessamos o Paranaíba em um barco, [...] e depois de uma hora de marcha em território goiano tivemos o primeiro choque. A minha vanguarda encontrou-se em uma curva da estrada com um automóvel que conduzia seis soldados e um motorista. Não houve tempo para entendimentos e o tiroteio se estabeleceu entre os dois grupos (TEIXEIRA, 1973, p. 35-36).

A longa citação se justifica, primeiramente, por mostrar o discurso revolucionário de Pedro Ludovico, que tinha o objetivo de ressaltar as dificuldades enfrentadas por ele para montar a sua pequena tropa de cento e dez homens para lutar pela Revolução em Goiás. Ademais, evidencia, também, a falta de organização do processo, uma vez que Pedro Ludovico não conseguira amealhar



uma centena de aliados para lutar pelo ideal revolucionário dentro do seu próprio Estado. Somente o medo de lutar contra o “Caiadismo” não justifica a falta de uma oposição constituída, nem que seja por laços de amizade e compadrio, para se vincular nesse momento.

Até chegar a Rio Verde, Pedro Ludovico enfrentou resistência em Quirinópolis. A quatro quilômetros apenas do destino final, percebeu-se que “dos 110 homens da nossa força 40 haviam desertado, após o segundo tiroteio. Restavam-me setenta.” Quando finalmente estavam nos limites da cidade, perceberam “que as forças governistas ali tinham sido muito aumentadas, com soldados e paisanos” (TEIXEIRA, 1973, p. 36-37).

Continuando a marcha, fomos logo interceptados por uma intensa fuzilaria, a que resistimos duas horas. Terminada a nossa munição, o meu pessoal recuou, menos eu e dois companheiros, que se separaram de mim, cada qual procurando se salvar. Nós três não tínhamos possibilidade de alcançar os caminhos que nos conduziam. Ficando só, tentei abrigar-me, depois de arrastar-me pelo solo cerca de 500 metros, chegando a um pequeno bosque. Era tal a minha fadiga, que dormi imediatamente seis horas seguidas. Então, um menino, que estava à procura de um animal, me viu e foi avisar, na cidade, que havia um homem morto, onde se dera o combate. Poucos minutos depois, um grupo de 20 homens se acercou do lugar em que me encontrava, vindo atirando em todas as moitas. Despertei com os tiros e avistei o grupo. Levantei-me e um dos componentes, surpreso, me deu ordem de prisão (TEIXEIRA, 1973, p. 37).

Assim, chegou ao fim a participação de Pedro Ludovico no processo revolucionário. Os quinze dias restantes, até o dia 24 de outubro, quando foi transferido para a Cidade de Goiás, Pedro Ludovico passou na cadeia de Rio Verde. Ao chegar à Cidade de Goiás percebeu que os membros da família Caiado, ligados ao Senador Totó Caiado, haviam fugido, quando souberam da vitória da Revolução. Comunicado que uma coluna de revolucionários, comandadas pelo Dr. Carlos Pinheiro Chagas e Quintino Vargas, se aproximava da Capital de Goiás, vindos de Paracatu, Pedro Ludovico cancelou o envio de duzentos homens que havia pedido a Minas Gerais, por telegrafo, para garantir a segurança dos revolucionários goianos.

Logo após ocupar o Palácio Conde dos Arcos, sede do governo estadual, Pedro Ludovico foi empossado como um dos três membros da Junta Governativa, conforme decisão do alto escalão revolucionário, junto com o desembargador Emílio Póvoa e o Juiz de Direito da Capital, Dr. Mário de Alencastro Caiado, que embora da família era de oposição ao Totó Caiado. De acordo com Pedro Ludovico, na hora da posse “quis ceder a cadeira do centro ao Desembargador Póvoa, não só porque era o mais velho, senão também um Juiz muito íntegro, que gozava de ótimo conceito. Por insistência de Carlos Pinheiro Chagas, tomei esse lugar” (TEIXEIRA, 1973, p. 40).



Deve-se ressaltar que a memória seleciona os fatos que julga conveniente. Para Pedro Ludovico, a insistência de Carlos Pinheiro Chagas, do alto comando revolucionário, que o fez sentar na cadeira do centro, mesmo sendo o mais jovem dentre os três, revela que o seu papel foi central no desenrolar da revolução em Goiás. Esse pequeno gesto já indicava que em Goiás, principalmente com o contato constante com Minas Gerais, seu nome já figurava como o protagonista do processo revolucionário.

O ilustre mineiro [Carlos Pinheiro Chagas] tinha muito prestígio com a Revolução, não só devido à situação política de Minas, um dos maiores fatores da vitória, como por ter pegado em armas a seu favor. A Junta durou poucos dias, tendo sido eu nomeado Interventor Federal do Estado. Organizei logo o meu Secretariado [...] (TEIXEIRA, 1973, p. 41).

O discurso que Pedro Ludovico constrói ao descrever o prestígio de Carlos Pinheiro Chagas com a Revolução é emblemático, pois ele assinala o fato do médico mineiro ter pegado em armas e lutado efetivamente a favor dos ideais revolucionários. Ora, em Goiás ele também o pegara, e talvez por isso, fora o escolhido, dentre os três, para ser o Interventor Federal. Se o prestígio, portanto, fosse medido pelos atos de bravura, o conceito de Pedro Ludovico com o alto escalão revolucionário não era dos piores. Mesmo tendo sido apenas três combates, e lutado com cento e dez homens que foram se dispersando aos poucos, Pedro Ludovico conseguiu mostrar, na sua escrita, que era capaz de morrer pelos seus ideais, se preciso fosse, já que em combates que envolvem luta armada é impossível saber o resultado. Outro fator que mostra como o seu discurso revolucionário foi pensado a fim de exaltar os seus feitos é quando Pedro Ludovico afirma que saiu de Uberlândia doente. Quer maior demonstração de fidelidade e bravura? Ao analisar a referida obra, a historiadora Marilena Julimar Fernandes (2013) ressalta que:

Pela análise da obra *Memórias*, percebemos que Ludovico, de certa forma, sente-se vítima de um presente – Ditadura Civil Militar – que o prejudica e fere sua liberdade. Desta feita, constrói para si a imagem de um homem justo, honesto, inocente, mas, explicitamente, não rotula os militares. Entretanto, o ressentimento, o sentimento de hostilidade é manifesto na tentativa de reconstruir um passado em que acredita ter sido glorioso (FERNANDES, 2013, p. 56).

Esse passado glorioso de Pedro Ludovico foi conseguido devido a uma série de fatores históricos, que, independente da sua atuação, aconteceriam. O contexto nacional, com a vitória dos revolucionários, produziu os seus heróis locais em diversos pontos do País. Em Goiás, isso não seria diferente. No Estado, de acordo com livro *Memórias*, a Revolução de 1930 tinha nome e sobrenome: Pedro Ludovico Teixeira. Ademais, na sua autobiografia Pedro Ludovico reconstruiu o passado “ora ignorando, ora dissimulando os momentos polêmicos que pretendia que fossem esquecidos”. No fim



deveria prevalecer a “sua imagem de herói, de homem fora do comum, do homem-guia do Estado de Goiás” (FERNANDES, 2013, p. 78).

Para projetar sua figura, durante esse período em que fora alijado do poder, tal qual ocorrera à oligarquia dos Caiado, Pedro Ludovico não compara o antes e o depois de 1964. Sabiamente ele tece sua trama comparando o antes e o depois de 1930. Ao destacar sua importância para o Estado, Ludovico se movimenta no tempo como a afirmar sua coragem e que a própria história de Goiás, com a construção de Goiânia, um dia dependeram dela para se concretizar. Homem singular, com ares de mito. É esse o sentido que Pedro Ludovico impõe à sua autobiografia.

Considerações Finais

Esse artigo teve o objetivo de analisar a construção do “revolucionário” na autobiografia “Memórias”, de Pedro Ludovico Teixeira, contextualizando tanto a obra quanto os fatos narrados e, em ambos os casos, há o confronto do passado com o presente. Em relação à obra, publicada anos depois do seu autor perder os direitos políticos devido ao AI-5, Pedro Ludovico contrapõe o Golpe Militar de 1964 com os acontecimentos que culminaram na tomada do poder por parte de Getúlio Vargas em 1930.

Já os fatos narrados, detalhando sua participação na Revolução de 1930, teve o objetivo de consagrar sua atuação, dando a ela uma dimensão quase mítica. Ao revisitar o passado onde recorreu à luta armada e teve o protagonismo que o garantiu no poder por várias décadas, Pedro Ludovico sustentou que o presente – no caso em análise a década de 1970 – representou o contrário de tudo o que havia lutado.

Na trama das memórias, pressupomos que a história anterior a 1930 era a mesma que o pós 1964 desvelava, sua luta como um revolucionário tinha o objetivo de afirmar que era possível vencer aquele cenário e, ao esmiuçar sua participação no ocorrido, propunha o roteiro para que os outros pudessem se levantar.

Referências

- ALMEIDA, Francisco Alves. A biografia e o ofício do historiador. **Dimensões**, v. 32, 2014.
- ARAÚJO, Paulo Dias de. Esclarecimento do Editor. In: TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. 2 ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973.
- BARRETO, Roseli de Fátima Brito Netto. **As estratégias da memória em Goiás: política cultural e criação do Museu Pedro Ludovico**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.



BARROS, Mariana Luz Pessoa de. Lembrar, esquecer, memorizar, rememorar: memória e modos de existência. **Galáxia**, n. 33, set./dez., 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2010.

FERNANDES, Marilena Julimar. **Pedro Ludovico x Antônio (Totó) Ramos Caiado: memórias, ressentimentos, esquecimentos e silêncios (1930-1970)**. 2013. 152f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em:

<[https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3292/5/Tese%20-](https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3292/5/Tese%20-%20Marilena%20Julimar%20Ap.%20Fernandes%20-%202013.pdf)

[%20Marilena%20Julimar%20Ap.%20Fernandes%20-%202013.pdf](https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3292/5/Tese%20-%20Marilena%20Julimar%20Ap.%20Fernandes%20-%202013.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2014.

FERNANDES, Marilena Julimar. **Percursos de memórias: a trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira**. 2003. 128f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003. Disponível em:

<http://www.nephispo.inhis.ufu.br/sites/nephispo.inhis.ufu.br/files/files/bibliotecas/Dissertacoes_Marilena_Julimar_Fernandes.pdf>. Acesso em 19 jun. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano – o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. A escrita de si no epistolário de Simon Bolívar: uma consagração da memória à história. In: SERPA, Élio Cantalício et al. (Orgs.). **Escritas da história: memória e linguagem**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

JOZEF, Bella. (auto)biografia: os territórios da memória e da história. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Discurso histórico e narrativa histórica**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1948.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da República Oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.) **História geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.



OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zaha, 1996.

SANDES, Noé Freire. 1930: Entre a memória e a história. **História Revista**, v. 8, n. 1-2, Goiânia, 2003.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. 2 ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973.



Johann Baptist Kiermeier: Entre o Catolicismo e a Modernidade em Goiás no Início do Século 20⁵⁵

Robson Rodrigues Gomes Filho⁵⁶

Resumo: Entre os séculos 19 e 20, com a irreversibilidade da consolidação da modernidade na Europa, as reações da Igreja Católica às transformações técnicas, culturais e históricas de seu tempo foram marcadas ora pela ambiguidade do fascínio, ora pela repulsa e combate. Se, em âmbito institucional o catolicismo decidiu-se pelo reacionarismo ultramontano, por outro, houve diversos grupos católicos congado com o otimismo da era moderna para com o futuro. Ao longo desses dois séculos, portanto, as relações entre catolicismo e modernidade podem ser descritas por uma constante de ambiguidades que, em última análise, caminhou do antimoderno ao moderno, sem em momento algum deixar de ser expressamente conservadora. Em face desse contexto, o presente artigo tem como objeto de pesquisa os missionários da Congregação do Santíssimo Senhor Redentor (Redentoristas) da Província Bávara que migraram em missão para o Brasil, especificamente, para São Paulo e Goiás no final do século 19 e início do 20, de modo a analisarmos o caso de um jovem clérigo que em muito representa o fascínio católico pela modernidade técnica, fundido ao conservadorismo próprio da Igreja Católica no mundo moderno nascente no estado de Goiás.

Palavras-Chave: Modernidade. Catolicismo. Goiás.

Johann Baptist Kiermeier: Between Catholicism and Modernity in Goiás in the Early 20th Century

Abstract: Between the 19th and 20th centuries, with the irreversibility of the consolidation of modernity in Europe, the reactions of the Catholic Church to the technical, cultural and historical transformations of its time were marked, by the ambiguity sometimes of fascination, sometimes of repulsion and combat. If, on an institutional level, catholicism decided by ultramontane reactionaryism, on the other hand, there were several catholic groups in favor of the optimism of the modern era for the future. Throughout these two centuries, therefore, the relations between catholicism and modernity can be described by a constant of ambiguities that, in the last analysis, moved from the antimodern to the modern, without at any moment ceasing to be expressly conservative. In view of this context, the present article has as its object the missionaries of the Congregation of the Most Holy Redeemer (Redemptorists) of the Bavarian Province who migrated on mission to Brazil, specifically to São Paulo and Goiás, in the late 19th and early 20, in order to analyze the case of a young clergyman who in many ways represents the Catholic fascination with technical modernity fused with the conservatism of the Catholic Church in the nascent modern world in the state of Goiás.

Keywords: Modernity. Catholicism. Goiás.

⁵⁵ O presente artigo constitui recorte de uma das seções da tese de doutorado do autor, que recebeu financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Deutsche Akademische Austauschdienst (DAAD).

⁵⁶ Doutor em História em regime de dupla titulação pela Universidade Federal Fluminense e Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt (Alemanha). Professor do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG). Membro da Rede de Pesquisa História e Catolicismo no Mundo Contemporâneo.



Introdução

Cada época é um rio, que nos arrebatamos conforme as inclinações do destino quando nos abandonamos a ele. Mas me parece que estamos todos fora do seu curso. Alguns (os republicanos) o atravessaram com impetuosidade e lançaram-se todos na margem oposta. Outros permaneceram deste lado, sem querer se aventurar. É essa a especificidade do momento. Alguns “ultrapassam nossa época”, enquanto outros “querem continuar como homens do século XIV no ano de 1796”. Ninguém, de qualquer maneira, coloca-se em seu curso: entre as duas margens ou entre dois regimes de historicidade

(HARTOG, 2013, p. 111).

Ao analisar a experiência temporal de Chateaubriand em sua viagem pela América, François Hartog (2013) destaca alguns elementos fundamentais que compuseram o processo de consolidação da modernidade na Europa durante o século 19. A velocidade das transformações técnicas, políticas, culturais e sociais, bem como o distanciamento cada vez mais agudo entre o que se experimentava como expectativas para o futuro e o que se havia experimentado como experiência até então, dotaram indivíduos e coletivos sociais, culturais e institucionais de uma sensação de se estar vivendo um momento de transição. A fluidez moderna, conduzida pelo otimismo do progresso, por um lado, levou grupos políticos, sociais e culturais à euforia do futuro vindouro, mas, por outro, houve camadas inteiras da sociedade que, na desconfiança para com o porvir, agarraram-se ao passado como tábua de salvação de valores, cultura e privilégios políticos e sociais que cada vez mais pareciam arriscar-se perder-se no tempo em rápida transformação. Assim, enquanto liberais, democratas, republicanos, comunistas, dentre outros, apoiavam-se nas mudanças em curso para uma investida em um futuro diferente do passado, reacionários e conservadores valiam-se da tradição e do passado acreditando que, “pelo fato de que uma coisa tenha sabido envelhecer, se extrai daí a exigência de que ela deva ser imortal” (NIETZSCHE, 2005, p. 95).

Entre uma margem e outra deste rio, para nos aproveitarmos da metáfora de Chateaubriand, esteve a Igreja Católica. Se, em âmbito institucional o catolicismo decidiu-se pelo reacionarismo ultramontano, por outro, houve diversos grupos católicos congado com o otimismo da era moderna para com o futuro. Do século 19 ao século 20 as relações entre catolicismo e modernidade podem ser descritas por uma constante de ambiguidades que, em última análise, caminhou do antimoderno ao moderno, sem em momento algum deixar de ser expressamente conservadora.



Na esteira desta discussão, o presente artigo tem como objeto de pesquisa os missionários da Congregação do Santíssimo Senhor Redentor (os Redentoristas) da Província Bávara que migraram em missão para o Brasil no final do século 19 e início do 20, mais especificamente um jovem clérigo que em muito representa o fascínio católico pela modernidade técnica fundido ao conservadorismo próprio da Igreja no mundo moderno. A razão da escolha de tal objeto se deu por duas razões que nos pareceram fundamentais.

Em primeiro lugar pelo fato de ter sido essa Congregação no século 19 alemão uma das principais promotoras do ultramontanismo católico, expressamente reacionário e antimoderno. Todavia, no Brasil do século 20, foi essa mesma Congregação a principal promotora da modernização e progresso, especialmente, do estado de Goiás, cuja apropriação discursiva de elementos como “moderno”, “progresso” e “nação” revelam o nível de adaptação da Igreja à modernidade (ou da modernidade à Igreja) em construção no Brasil novecentista, bem como as transformações necessárias com as quais a instituição teve de lidar face à sua derrota para os ideais liberais, nacionais e modernos do século 19.

Em segundo lugar, nosso objeto de pesquisa nos permite uma visão transnacional importante para pensarmos, por um lado, as singularidades de processos globais em nível nacional, regional e local, e, por outro, o modo como a alteridade entre lugares tão distantes no tempo e no espaço pode gerar expectativas singulares (pessoais e coletivas) e ações dela derivadas que em muito explicam, em nível micro-histórico, processos institucionais mais amplos em nível macro.

A Congregação Redentorista teve origem ainda no final do século 18, quando em Scala, no reino de Nápoles (Itália), em 1732, Afonso Maria de Ligório, sob influência da freira mística Maria Celeste Crostarosa, fundou a ala masculina Congregação do Santíssimo Senhor Redentor. O carisma central da congregação recém-fundada girava em torno da “recristianização” dos cristãos “abandonados” pelo clero nos campos e nas periferias das zonas urbanas. A expansão da Congregação Redentorista para além da Itália, entretanto, ocorreria de fato somente no século 19, quando o rigorismo ultramontano de Clemente Maria Hofbauer, substituiria a moderação característica de Afonso de Ligório⁵⁷ pela severidade e austeridade de missionários convencidos de sua tarefa de reforma do catolicismo europeu em prol do fortalecimento de Roma e impedimento da consolidação

⁵⁷ Segundo Jean Delumeau, “Afonso infltiu, e até mesmo inverteu o movimento que desde a metade do século XVII havia arrastado a moral católica (e não apenas jansenista) no sentido do rigorismo” (DELUMEAU, 1991, p. 118).



dos ideais modernos. A partir das ações de Hofbauer pela expansão da congregação no além-Alpes ao longo das primeiras décadas do século 19, em 1841 os redentoristas foram aceitos na Baviera, ali permanecendo (não sem atritos dos mais diversos) até 1873, quando em decorrência do chamado *Kulturkampf* os missionários foram banidos do império alemão, permanecendo por 21 anos no exílio.

Este contexto de dificuldades impostas pelo *Kulturkampf* levou a Congregação Bávara a aceitar a fundação de uma missão no Brasil em 1894, assumindo a gestão e direção espiritual dos santuários de Nossa Senhora Aparecida em São Paulo e Divino Pai Eterno em Goiás. Especialmente, no sertão goiano, ao longo das décadas seguintes, os redentoristas se tornaram os principais promotores da urbanização e melhoramentos técnicos (acunhados pelos próprios missionários de modernização e progresso), contrastando-os em muito com a imagem construída pela congregação na Alemanha do século anterior (WEISS, 1986).

Esta disparidade entre os missionários alemães do ultramontanismo alemão oitocentista e seus sucessores no Brasil do século seguinte, especialmente, no que tange à sua relação com elementos do mundo moderno (como a modernização e progresso), levou indivíduos como os que aqui analisamos à condição de sujeitos de uma Igreja em adaptação, tendo como consequência uma série de contradições e conflitos internos na própria congregação entre aqueles que se empenhavam em alcançar um futuro moderno ao seu alcance, e aqueles que viam as novidades com desconfiança e oposição.

Pe. Johann Baptist Kiermeier e a Modernização sob a Tutela Católica em Goiás

Quando tomamos os missionários redentoristas como objeto de pesquisa, não raramente utilizamo-nos da Igreja Católica, ou mesmo da própria congregação religiosa, como um sujeito coletivo, o que ocorre por conta de seu agregado de valores, posturas e visões de mundo que, de forma coletiva e padronizada, colocam-se regularmente acima dos sujeitos individuais que as compõem. Todavia, em diversos momentos tais indivíduos emergem em suas instituições não apenas como exemplos a serem citados, mas como sujeitos históricos que, em suas ações e visões singulares, tornam-se peças-chave para se compreender determinadas dinâmicas e situações fundamentais nas análises históricas propostas.

Este é o caso de Johann Baptist Kiermeier, missionário redentorista nascido em Reichertsheim, na Alemanha, em 1874, e, ordenado sacerdote em 1897, ano em que partiu para o Brasil em missão, onde morreria sem jamais retornar à sua terra natal, em 13 de junho de 1958.



“Metódico ao extremo e com hora marcada para tudo”, como descrevem as crônicas sobre os primeiros missionários da Congregação Redentorista no Brasil, Kiermeier “parecia ter feito voto de obediência ao relógio, tal a pontualidade e exatidão com que organizava suas ocupações” (ARCHIV DES REDEMPTORISTENKLOSTERS GARS, s/d, p. 92). Para além desta característica peculiar pela qual ficou conhecido, Johann Baptist Kiermeier foi sem dúvida o principal missionário redentorista responsável pela modernização e progresso da cidade de Campinas e, em certa medida, do próprio Estado de Goiás.

Entre 1921 e 1924, Kiermeier foi reitor da Casa de Campinas, deixando como legado na cidade significativas melhorias urbanas, além da instalação do primeiro telefone do Estado de Goiás, a instalação de luz elétrica na cidade, o estabelecimento de um telégrafo entre Campinas e Trindade, a fundação do jornal Santuário da Trindade, a compra de um automóvel, e mesmo de uma motocicleta e uma bicicleta, até então desconhecidos na região, dentre outras coisas⁵⁸. Fascinado pelo progresso e modernização, Kiermeier tentou (sem sucesso, por falta de autorização de seus superiores) até mesmo a compra de um avião, com o qual pretendia substituir as mulas e burros no transporte dos missionários pelo sertão de Goiás ainda em 1923⁵⁹.

Este fascínio de Kiermeier com o progresso e a modernidade (técnica e, em certa medida, cultural) eram-lhe características desde sua chegada no Brasil. Acusado por seus superiores, junto com outros jovens missionários, de ligação com o “modernismo”⁶⁰, Kiermeier representou uma geração de redentoristas bávaros ligada ao grupo dos “jovens reformadores”, cuja ligação com tendências do modernismo e liberalismo católico transitava não raramente entre o flerte e a aceitação. Neste sentido, algumas das rotulações e reclamações de padres mais velhos sobre o jovem Kiermeier parecem-nos interessantes para compreendermos a formação e interesses deste clérigo, cujo resultado prático pôde ser observado no progresso goiano.

⁵⁸ Anuas da Vice-Província de S. Paulo (1919-1931). 2º Volume. Aparecida, 1993, p. 204.

⁵⁹ COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). Carta nº 2292. Carta do Pe. Johann Baptist Kiermeier ao Pe. Paulo Gottfried. Campinas, 13 de novembro de 1923, p. 332.

⁶⁰ O “modernismo” católico se tornou mais fortemente combatido institucionalmente somente a partir da Encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, escrita e publicada pelo Papa Pio X, em 8 de setembro de 1907. A partir de então, os padres deveriam realizar um “juramento antimodernista” antes de serem ordenados. Conforme relatado, por exemplo, pelo Pe. Estevão Maria Heigenhauser, o não juramento consistia, a partir de então, em grave falta. Segundo Heigenhauser: “Fui acusado ao Geral de não haver prestado o juramento anti-modernista na tomada de posse... e, contudo, o prestei diante de toda a comunidade, embora alguns dias depois porque não o encontrei de pronto” (COPRESP-A, 8º Volume, 1923-1924). Carta nº 2102. Carta do Pe. Estevão Maria Heigenhauser ao Pe. Paulo Gottfried. Penha, 24 de janeiro de 1923, p. 30).



Um dos principais críticos de Kiermeier em sua juventude no Brasil foi o superior e fundador da missão bávaro-brasileira, Pe. Gebhard Wiggermann. Ao contrário dos padres mais jovens, Wiggermann pertenceu a uma geração de missionários experimentados pelo exílio do *Kulturkampf*. Embora em muito pouco se aproximasse do ultramontanismo, Gebhard – bem como os demais padres mais velhos que foram para o Brasil, como os Padres João da Mata Späth, Lourenço Gahr e Joseph Wendl – possuía uma visão mais conservadora, não no que tange o trato com a religiosidade e costumes populares, mas sobre a postura teológica e moral do clero com relação ao liberalismo e modernismo.

Por outro lado, também nas primeiras turmas de missionários que foram para o Brasil ainda no final do século 19, alguns jovens pertencentes ao grupo denominado por Otto Weiss de “jovens reformadores” (WEISS, 1983, p. 761) se destacaram por possuírem visões “modernas” e liberais da regra, moral e teologia, bem como pelo gosto para com tecnologias (como a fotografia e outros inventos modernos) e estudos de ciência. Dentre estes padres se destacaram: Pe. Miguel Siebler, Pe. Corbiniano Kiermeier e Pe. Johann Baptist Kiermeier. Dos três, todos pertencentes às primeiras turmas de missionários enviados ao Brasil, apenas Johann Baptist permaneceu na Congregação⁶¹. Acusados de insubordinação, orgulho e teimosia, os padres mais jovens tiveram que lidar com diversas situações de tensão com os mais velhos. Como destacou o jovem Pe. Lourenço Hubbauer: “Aqui, os velhos se queixam dos moços e estes daqueles. Os moços sofrem tentações, os velhos, aborrecimentos” (CARTA 368, 1899, p. 318)⁶².

Em se tratando especificamente do Pe. Johann Baptist Kiermeier, as primeiras reclamações referentes a ele datam já de 1899. Neste ano, vivendo na Casa de Campinas, em Goiás, Kiermeier solicitou à província alemã uma encomenda de livros que considerava importantes, o que desagradou profundamente seu superior, Pe. Gebhard Wiggermann. Em carta ao padre Reitor de Gars, datada de 7 de março de 1899, Wiggermann expressou seu descontentamento sobre Kiermeier:

V. Revma. escreve que o P. Kiermeier pede insistentemente livros, porque não há livros em Goiás. Santo Deus, não compreendo como esse infeliz padre pôde escrever para Gars uma tão grande mentira. Os padres de Goiás têm as mais belas obras de liturgia, bom número de

⁶¹ Nem todos os padres jovens pertenciam a este grupo. Um importante exemplo foi o Pe. Lourenço Hubbauer, cujo conservadorismo leva-o a aproximar-se mais nitidamente do que Weiss classificou de “Jovens observantes” (WEISS, 1983, p. 761). Ainda assim, é importante observar, Hubbauer não escapou do “conflito de gerações”, envolvendo-se em tensões ainda mais graves e explícitas com padres mais velhos, especialmente Gebhard Wiggermann e Lourenço Gahr.

⁶² COPRESP-A. 2º Volume (1897-1901). Carta nº 368. Pe. Lourenço Hubbauer ao Pe. Luís Küppers. Aparecida, 29 de novembro de 1899.



bíblias (latinas e portuguesas) obras de Santo Afonso; algumas em duplicatas; mais exemplares da moral de Mark dogmática de Hermann, moral de Diame, em 10 cadernos, Acta Apostolicae em 28 volumes (muito importante para estudo) e muito, mas muito mais; numa palavra, uma parte de um quarto está ocupada de livros até o alto. E o Kiermeier escreve que não há livros! Pelo que vi aqui, **esse infeliz não gosta de estudo sério de teologia**; seu espírito superior já superou Santo Afonso e Mark! **Ele quer livros mais interessantes (astronomia etc.)** Fiz todo o esforço para convencê-lo da necessidade de estudo sério da teologia, especialmente da moral, mas foi inútil; **perdia muito tempo com leitura de jornais, fotografias etc.** (CARTA 336, 1899, p. 248-249, grifos nossos)⁶³.

As palavras de Wiggermann deixam claro o interesse de Kiermeier por temáticas que não eram bem vistas por padres experimentados na luta entre o catolicismo e a modernidade alemã. Além do gosto por fotografias (algo por si só já vinculado ao mundo moderno da época), Kiermeier se interessava por astronomia, como mencionado na referida correspondência, mas também por química e matemática, como pode ser notado em outras cartas sobre o assunto⁶⁴. Este interesse por assuntos modernos por parte do jovem clérigo, ao invés do estudo sistemático de teologia e moral, levou Wiggermann a acusar Kiermeier ser “tão liberal quanto o Pe. Siebler”⁶⁵. Segundo Gebhard, o Pe. Johann Baptist “Não tem ainda 25 anos, é muito talentoso, mas tem o mesmo espírito do Siebler, de quem era amigo íntimo e admirador. **É liberal na teoria e nos princípios, coisa bastante perigosa**” (CARTA 360, 1899, p. 295, grifos nossos)⁶⁶.

As acusações de Kiermeier ser liberal ou mesmo modernista, entretanto, cessaram ao longo das décadas de 1910 e 1920. As razões, segundo nos parece, podem ser apontadas para duras direções: 1) uma possível mudança em suas posições face à teologia católica (algo que necessitaria um estudo

⁶³ COPRESP-A. 2º Volume (1897-1901). Carta nº 336. Pe. Gebhard Wiggermann ao Pe. Reitor de Gars. Aparecida, 7 de março de 1899.

⁶⁴ Em carta datada de 24 de junho de 1899, Gebhard Wiggermann confessa ao superior Provincial, Pe. Luís Küppers, que interceptou a caixa de livros solicitada por Kiermeier à província alemã antes que ela pudesse chegar a Goiás. Segundo o prelado: “Em abril, estando no Rio, descobri uma caixa vinda de Dürnberg para Kiermeier. Trouxe-a para Aparecida. O conteúdo? Tabelas de logaritmos, livros de química, astronomia, etc. Não mandei os livros, que são só brinquedos. Esse pobre padre deveria estudar teologia; mas isso ele não quer” (COPRESP-A, 2º Volume, 1897-1901. Carta nº. 355. Pe. Gebhard Wiggermann ao Pe. Luís Küppers. Aparecida, 24 de junho de 1899, p. 282). Interessante ainda observar que outros jovens missionários possuíam igual interesse pelas ciências, como o Pe. Valentin von Riedl, que em 1902 solicitou aos seus superiores instrumentos de física e geografia para trabalhar com os alunos do juvenato (ver carta n. 480), ou o Pe. Martinho Forner, acusado pelo Pe. Antônio Jorge Heckenblainchner em 1912 de gastar todo o seu tempo com fotografias e amostras de animais e plantas para enviar para a Europa (ver carta n. 1.214).

⁶⁵ COPRESP-A. 2º Volume (1897-1901). Carta nº. 360. Pe. Gebhard Wiggermann ao Pe. Matias Raus. Aparecida, 16 de agosto de 1899, p. 295.

⁶⁶ COPRESP-A. 2º Volume (1897-1901). Carta nº 360. Pe. Gebhard Wiggermann ao Pe. Matias Raus. Aparecida, 16 de agosto de 1899. O Pe. Miguel Siebler, sobre quem Wiggermann se refere, foi acusado pelo mesmo superior de insubordinação e “estrelismo”, sendo enviado de volta para Gars ainda em 1899. Em 1902, Siebler solicitou retornar à missão brasileira, mas foi impedido pela influência exercida por Wiggermann, o que o fez abandonar a congregação e retornar ao Brasil como padre diocesano ligado à diocese de Taubaté, em 1908.



biográfico mais a fundo para ser confirmado) e face aos valores modernos (o que fica bastante evidente em seus artigos publicados tanto no jornal Santuário de Aparecida, quanto no Santuário da Trindade; 2) uma mudança interna na própria congregação no Brasil no que se refere à sua visão sobre o progresso e a modernização, especialmente à medida que os padres mais velhos eram progressivamente substituídos pelos mais jovens na liderança da Vice-Província bávaro-brasileira. Tal mudança é fruto de uma adaptação necessária e fundamental para o sucesso dos redentoristas no país, especialmente em Goiás.

A partir das décadas de 1910 e 1920, portanto, especialmente durante seu período em Goiás, Kiermeier se aproximou muito mais do que Michel Lagrée chamou de “turiferários” (LAGRÉE, 2012), do que propriamente das tendências de adaptação do catolicismo à modernidade (modernismo e liberalismo católicos). Segundo Michel Lagrée, foi justamente no campo da “bênção” que os “turiferários” desenvolveram um vindouro caminho de conciliação entre o catolicismo e a inovação técnica, cujo processo culminaria, já no século 20, com o uso quase irrestrito de tecnologias pelos próprios papas, e mesmo a incorporação de fórmulas para bênçãos de estradas de ferro no Missal Romano (LAGRÉE, 2012, p. 59).

Esta processual adaptação da Igreja à modernização e progresso, contudo, se contrasta com sua permanente desconfiança da modernidade no que se referia aos valores culturais, algo que culminaria na encíclica *Pascendi Dominici Gregis* (1907) do Papa Pio X. No caso de Johann Baptist Kiermeier, e de outros clérigos também (especialmente os mais jovens), esta postura fica bastante evidente na edição dos jornais Santuário de Aparecida (fundado pelo Pe. Gebhard Wiggermann em 1900)⁶⁷ e Santuário da Trindade (fundado pelo Pe. Johann Baptist Kiermeier, sob orientação do seu homônimo de Aparecida, em 1922). Kiermeier foi editor e redator do jornal de Aparecida ao longo das décadas de 1900 e 1910 e do de Goiás entre 1922 e 1924. Em seus artigos o louvor ao progresso e à modernização são evidentes, mas, em contrapartida, as críticas aos valores modernos são ainda mais expressivos.

No que tange sua passagem por Goiás, Johann Baptist Kiermeier experimentou por duas vezes o sertão goiano. Sua primeira experiência ali se deu pouco tempo depois de sua chegada ao Brasil, já em 1898, permanecendo em Goiás até 1904. Neste primeiro momento, ainda jovem e –

⁶⁷ Com 117 anos, o Santuário de Aparecida, ainda hoje em edição pelos Redentoristas, é o mais antigo jornal católico em circulação no país.



como vimos – já repleto de ideais modernos, Kiermeier exerceu os cargos de consultor e prefeito dos doentes e hóspedes, desempenhando ainda um importante papel no desenvolvimento de relevantes trabalhos na cidade de Bela Vista, sobre a qual comentava com entusiasmo, já em janeiro de 1904, que, graças à atuação dos missionários redentoristas na reforma da igreja, na condução moral da população e na obtenção de freiras para a fundação de um colégio para meninas, “Bela Vista **está em franco progresso** e promete ser um dos primeiros lugares de Goiás” (CARTA 659, 1904, p. 409, grifos nossos)⁶⁸. Mesmo anos antes, ainda em 1900, Kiermeier mostrava-se também otimista com um futuro progressista no estado de Goiás, quando escreveu ao superior provincial, Pe. Luís Küppers, que “Pode lhe parecer de pouca monta o nosso progresso, mas que podemos esperar a mais nesse longínquo Goiás? As pequenas sementes de agora serão árvores no futuro” (CARTA 415, 1900, p. 447)⁶⁹.

Esta visão de Kiermeier voltada para o otimismo em relação ao progresso, especialmente urbano, levou-o a conflitos com seu superior na casa de Campinas, Pe. Joseph Wendl, ao longo destes seis primeiros anos em Goiás. Pertencente à geração de padres mais velhos, segundo consta nas crônicas biográficas dos primeiros redentoristas alemães no Brasil, Pe. Joseph Wendl nasceu em 15 de março de 1844, na cidade de Holerdau, na Alemanha. Filho de lavradores, Wendl cresceu no meio rural e aos 25 anos de idade ingressou na Congregação Redentorista, sendo ordenado em 1872, ano em que seguiu para o exílio imposto pela Kulturkampf para a Holanda, permanecendo ali até os anos finais do desterro redentorista, quando embarcou para o Brasil já na primeira turma, em 1894⁷⁰. Em Goiás, onde exerceu o cargo de superior da casa de Campinas entre 1898 e 1904 e depois de 1907 a 1908, Pe. Joseph Wendl se tornou conhecido, além, claro, das atividades religiosas, por erguer na comunidade de Campinas uma verdadeira economia rural, sobre a qual se dedicou com afinco na produção de gêneros alimentícios, criação de animais e cultivo da terra, sendo o convento por muitos anos por isso conhecido como “Fazenda do Pe. José” (PAIVA, 2007, p. 202).

Este evidente contraste entre Kiermeier (jovem, não experimentado no exílio da Kulturkampf, entusiasmado com o progresso urbano etc.) e Wendl (mais velho, com um campo de

⁶⁸ COPRESP-A. 3º Volume (1902-1904). Carta nº 659. Pe. Johann Baptist Kiermeier ao Pe. Conselheiro em Roma. Barro Preto, 29 de janeiro de 1904.

⁶⁹ COPRESP-A. 2º Volume (1897-1901). Carta nº 415. Pe. Johann Baptist Kiermeier ao Pe. Luís Küppers. Bela Vista, 20 de dezembro de 1900.

⁷⁰ Aqueles que nos precederam. Manuscrito datilografado. Archiv des Redemptoristenklosters Gars, s/d, p. 22.



experiências marcado tanto pela infância campesina, quanto pela peleja contra a luta pela modernidade alemã da Kulturkampf, e amante da vida e economia rural) gerou interessantes conflitos na comunidade redentorista goiana do início do século 20. Dentre tais conflitos, destaca-se as duras críticas de Kiermeier à economia rural do convento de Campinas durante a visita canônica do Pe. Grote (visitador alemão da província bávara na Argentina) em 1902. O resultado de suas críticas foi uma severa repressão de Grote à Wendl pelo exagero da economia doméstica, que levaria consequentemente à falta de clausura⁷¹. Em carta datada de 4 de outubro de 1902 ao seu confrade na Alemanha, Pe. Carlos Dilgskron, Johann Baptist Kiermeier comemora os resultados da visita canônica de Grote, afirmando que “a visita deu-nos novo ânimo e coragem. Poucas foram as determinações, mas sabemos que Campinas deixará de ser ‘Colônia agrícola’” (CARTA 497, 1902, p. 90)⁷².

Já em sua segunda passagem por Goiás, agora já mais maduro e como superior da comunidade de Campinas, entre 1922 e 1924, Pe. Johann Baptist Kiermeier teve condições de realizar no sertão goiano, projetos que outrora, como subordinado, não tinha condições de executar. Neste momento, por conta de um campo de experiência de duas décadas em Aparecida (onde o desenvolvimento urbano e industrial paulista em muito se contrastava com Goiás), Kiermeier demonstrava um horizonte de expectativas para com o progresso brasileiro e goiano ainda mais otimista e entusiasmado, cujos resultados, conforme comentamos anteriormente, foram os muitos elementos de progresso e desenvolvimento introduzidos em Campinas e Goiás por ele.

Já em 1922, ao relatar os progressos em Goiás (em sua grande maioria por iniciativa sua) aos estudantes redentoristas brasileiros na Alemanha, Pe. Johann Baptist ironiza o fato de que “épena

⁷¹ Além da crítica à clausura e economia rural doméstica, Grote ainda criticou Wendl pela comercialização de farinha produzida no convento aos moradores de Campinas. Estas críticas geraram mágoas profundas em Wendl tanto sobre Grote, quanto sobre seus confrades mais jovens, especialmente Johann Baptist Kiermeier, desabafadas em diversas cartas, por meio das quais o redentorista justifica aos seus superiores que a economia rural e a venda de farinha seriam necessidades por conta do isolamento de Goiás e sua consequente falta de comércio de gêneros alimentícios. Sobre o assunto, ver as cartas de número 773 e 774 do 4º Volume das Correspondências da Província de São Paulo (COPRESP-A).

⁷² COPRESP-A. 3º Volume (1902-1904). Carta nº 497. Pe. Johann Baptist Kiermeier ao Pe. Carlos Dilgskron. Bela Vista, 4 de outubro de 1902. A despeito, porém, de tais determinações e conflitos, em sua segunda experiência como superior em Campinas, entre 1907 e 1908, Wendl é novamente acusado pelos padres mais jovens de constante ausência de suas funções religiosas, pois, segundo Pe. Carlos Hildenbrand, “o superior vai trabalhar no campo o dia todo, desde a manhã até à tarde” (COPRESP-A. 4º Volume, 1905-1908. Carta nº 933. Carta do Pe. Carlos Hildenbrand ao Pe. Roberto Hansmair. Campinas, 15 de maio de 1908, p. 492). Em diversas outras correspondências estas críticas sobre Wendl estão presentes, como o caso das cartas de números 935 e 495, do mesmo volume de documentações.



que a antiga poesia da vida sertaneja vai-se emudecendo e cedendo lugar à civilização moderna com seus progressos” (CARTA 1858, 1922, p. 317-318)⁷³. Na sequência, Kiermeier relata:

À nossa porta passa a estrada de auto e todos os dias ouvimos o fon-fon. Nós mesmos já temos, desde poucas semanas, uma motocicleta com 3 rodas e nela vamos à Trindade e outros pontos. Também já temos telefone para a casa das Irmãs e dentro de poucas semanas teremos a luz elétrica, se Deus quiser. Esperamos que até o primeiro domingo de julho sairá o nosso jornal "Santuário da Trindade". Para as Irmãs estamos construindo um grande aumento de suas casas, de modo que possam receber umas 30 internas. Assim, estamos numa lufa-lufa [correria] medonha. [...] Os PP. Francisco e Conrado estão agora em missões em Formosa e Santa Luzia; logo que voltarem Pe. Conrado pregará com Pe. Miguel 5 missões em Pouso Alto e arredores; em julho Pe. Francisco irá sair novamente com Pe. Miguel para Alemão, Anicuns e capelas filiais e trabalhar nisto até novembro. Vejam uma vez no mapa estes lugares para calcularem que distâncias os padres percorrem. Antigamente era tudo à cavalo, agora em parte já vão de auto (CARTA 1858, 1922, p. 317-318)⁷⁴.

Este horizonte de expectativas aberto para o progresso brasileiro e goiano, entretanto, não se restringia somente ao Pe. Kiermeier. Especialmente a partir da década de 1920 o progresso e modernização no Brasil e em Goiás passou a fazer parte das expectativas e admiração de boa parte dos missionários que há décadas experienciavam as transformações em curso no país. Também em carta aos estudantes brasileiros que estavam em formação na província redentorista em Gars, na Alemanha, o Pe. Tiago Kingler ressaltava, em setembro 1928, as tantas mudanças que o progresso trouxera para o Brasil: “É formidável a marcha do Brasil no progresso. [...] Däumler, Junker e Lates (Cia. Francesa) voam sobre nossas cabeças. Ao voltarem para o Brasil, os senhores não o conhecerão mais” (CARTA 3130, 1928, p. 168)⁷⁵.

Todavia, o caso de Kiermeier nos parece mais interessante de ser ressaltado por duas razões. Em primeiro lugar, trata-se de um clérigo que, desde sua chegada ao Brasil, mostrava-se predisposto e entusiasmado a dialogar e lutar pelo progresso brasileiro e goiano, sofrendo – por isso – repressões e conflitos com seus superiores que, por conta de um campo de experiências diferente do seu, não aprovavam sua conduta. Em segundo lugar, mais do que admirar o progresso moderno, Kiermeier atuou decisivamente para o processo de modernização de Goiás, ao introduzir em Campinas elementos modernos que eram até então inteiramente desconhecido na região, e, em alguns casos (como a bicicleta, a motocicleta, o telefone, dentre outros) desconhecidos em todo o estado de Goiás.

⁷³ COPRESP-A. 7º Volume (1921-1922). Carta nº 1858. Pe. Johann Baptist Kiermeier aos estudantes brasileiros em Gars. Campinas-GO, 5 de maio de 1922.

⁷⁴ COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). Carta nº 1858. Pe. Johann Baptist Kiermeier aos estudantes brasileiros em Gars. Campinas-GO, 5 de maio de 1922.

⁷⁵ COPRESP-A. 10º Volume (1928-1930). Carta nº 3130. Pe. Tiago Kingler aos confrades brasileiros na Alemanha. Aparecida, 16 de setembro de 1928.



Sua atuação, em conjunto com a Congregação Redentorista como um todo, foi de tal modo decisiva para Campinas, que, por meio de sua influência, tornaram a cidade – que, no final do século 19, não possuía mais que 400 casas⁷⁶ – um dos principais municípios do Estado, chegando ao ponto de ser escolhida, na década de 1930, para sediar a construção da nova capital goiana. Ainda segundo o Pe. Francisco Wand, sem os Redentoristas em Campinas, a cidade seria:

[...] um ajuntamento de algumas miseráveis tabernas e mais nada. E o santuário de Trindade? **Foram eles que trouxeram aqui um progresso que ninguém sonhava, e se por desgraça tiverem de se retirar daqui, tudo voltaria ao seu estado primitivo.** A vida austera e ordenada dos missionários redentoristas e sua incansável atividade em todas as seções, foram para nós um constante estímulo para se imitar (WAND, s/d, p. 36, grifos nossos).

Estas referidas expectativas dos redentoristas sobre o progresso em Goiás, tornou-se a partir da década de 1920, ainda mais evidente por meio das páginas do jornal Santuário da Trindade. Em um artigo intitulado “Goyaz e sua posição futura na federação”, publicado em 1º de julho de 1924, os redatores do periódico expressaram suas expectativas sobre um futuro glorioso para Goiás, ressaltando, na oportunidade, aquilo que acreditavam serem os caminhos para se lograr tais resultados esperados:

Goyaz está incontestavelmente talhado para um futuro brilhante; tudo lhe assegura uma posição de destaque na Federação brasileira *em tempos não mui remotos*. Colocado no centro do Brasil é elle chamado de coração da pátria brasileira. Ora como do coração parte o sangue que vae vivificar todo o organismo humano, como nelle vem repercutir todas as sensações, como elle é o regulador da vida humana, assim Goyaz deve se tornar o princípio vital da Federação, o centro de conversão da vida nacional, o regulador do bem-estar de todo o Brazil. E este estado abençoado possui os meios para isso. Suas riquezas são immensas; apesar de ainda não explorado já se conhece a abundância por assim dizer, inexaurível de suas minas. Ouro em abundância, ferro por toda a parte, mesmo diamantes com fartura, montanhas inteiras de *chrystaes*, pedras preciosas de toda a espécie. As madeiras são das melhores qualidades [ilegível] e quedas d'agua para futuras empresas electricas, cobre o solo goyano. O celebre planalto central é o pivot do *systema hydrographico* de toda a América do Sul. Águas *thermaes* e radio-activas de primeira qualidade. Terrenos de uma uberdade prodigiosa. Em muitas regiões é o café, o ouro vermelho, nativo, como se costuma dizer. Os enormes chapadões, que parecem estéreis, só precisam de braços cuidadosos. Exemplo, este oásis aqui de Campinas, donde escrevemos: tudo em redor parece estéril, improductivo; no meio da campina descobre-se uma chácara conhecida em todo o sul de Goyaz, fructo dos suores do formidável redemptorista P. Joseph Wendl. Que falta pois a Goyaz? A estrada de ferro, e a estrada de rodagem. Com ella tudo virá por si: virá o braço do colono, virão as machinas, virá o capital, virão as grandes empresas e iniciativas, virá a coragem, a recompensa do trabalho. Ainda uma outra cousa. A nosso ver o goyano bem faria se fosse um pouco mais bairrista. A maior parte dos rapazes que se formam procuram collocação em São Paulo, Rio e Minas e só voltam a Goyaz à passeio. Dirão que para além do Paranyha é mais fácil a collocação e mais rendoso o trabalho. Duvidamos: mais commodo, sim, mais fácil e rendoso, não. Quanta falta não temos de médicos, pharmaceuticos, dentistas, professores,

⁷⁶ Ao se referir à Campinas no início do século 20, por exemplo, Pe. Francisco Wand afirmou que “deu-se a estes lugares o título de cidade por mero modo de falar” (WAND, s/d, p. 12).



agrimensores, etc., etc. aqui em Goyaz. Que vasto campo para a actividade dos Goyanos. Quando os próprios goyanos fogem de sua terra, não é para admirar que extranhos a evitam. Muito se discute actualmente na Capital Federal sobre a mudança da Capital para o planalto central. A ideia é magnífica e de summa importância para o Brasil. Vozes se levantam porém contra essa determinação da nossa Constituição e os Mineiros fallam em Bello Horizonte como da futura capital. É preciso que nos interessemos por nosso estado, que trabalhemos activamente e deixemos de lado os interesses pessoais ou partidários para cuidarmos dos interesses gerais do Estado. Assim Goyaz torna-se-á grande e occupará na União o logar que lhe compete, o logar que a Providência destinou-lhe, concedendo-lhe riquezas e privilégios de que só elle se pode gloriar (FERREIRA, 1924, p. 4).

Este importante artigo nos traz alguns elementos importantes para concluirmos nossa reflexão sobre as expectativas dos redentoristas a respeito do progresso em Goiás. O primeiro deles é a noção temporal. A ideia de que o “futuro brilhante” de Goiás é incontestável e se dará “em tempos não mui remotos” expressa com clareza o processo de consolidação da modernidade (enquanto tempo histórico) entre os missionários redentoristas, uma vez trata-se de uma noção de futuro expressivamente diferente do passado e incontestavelmente melhor, algo muito próprio do pensamento moderno e progressista do século 19 (KOSELLECK, 2012).

Todavia, este futuro certo precisa, segundo os redatores, ser ainda construído, e os caminhos estão postos: as estradas de ferro e de rodagem (com as quais tudo o mais virá) e a mudança de postura dos próprios goianos, que “bem faria se fosse um pouco mais bairrista”. Portanto, de um lado depende-se do progresso técnico e material, mas, de outro, este futuro depende também de uma mudança de valores. Fica clara aqui, assim, o modo a modernidade (enquanto tempo histórico composto por um futuro em radicalmente diferente do passado) está estabelecida no horizonte de expectativas dos Redentoristas: trata-se de um futuro tecnicamente moderno, mas culturalmente conservador (bairrista e católico), uma vez que, além da autovalorização do goiano, Goiás “occupará na União o logar que lhe compete”, pois “a Providência [assim] destinou-lhe”. Por fim, Goiás, segundo os redatores do jornal, possui todos os elementos e condições naturais necessárias (algo que em muito se contrasta com o discurso da decadência do século anterior). E o exemplo citado, curiosamente, é o sucesso do empreendimento agrícola do “formidável redentorista Pe. Joseph Wendl”, tão criticado nas décadas anteriores.

Para concluirmos, uma rápida e interessante comparação nos é útil nesta reflexão.

Um dos principais promotores de semelhante conjunto de expectativas sobre o progresso em Goiás, mas, neste caso, na região norte do Estado (onde hoje atualmente é o Estado do Tocantins) foi o jornalista, médico e deputado federal Francisco Ayres da Silva. Formado em medicina no Rio de



Janeiro e com ampla influência liberal, Francisco Ayres fundou em 1905, na cidade de Porto Nacional, o jornal Norte de Goiás. Por meio deste jornal, Ayres divulgava matérias de cunho liberal e incentivava o progresso urbano e modernização da região norte de Goiás. De modo especial, na década de 1920, quando eleito deputado federal, Francisco Ayres passou a utilizar-se do seu jornal para mais intensamente divulgar todo tipo de expectativas pelo progresso em Goiás, excitando em seus leitores o desejo e esperança de um breve e promissor futuro no Estado. Segundo Radamés Vieira Nunes, “Nas representações feitas para as páginas do jornal portuense se identifica uma excitação com o futuro, um desejo ardente e otimista quanto ao porvir, pois nele estaria a realidade ideal para os que pensavam como Francisco Ayres da Silva” (NUNES, 2016, p. 260).

Em argumentos muito semelhantes aos dos redentoristas, Ayres acreditava que na brevidade do futuro progressista de Goiás, apostando igualmente nas estradas de ferro e rodagem (além da navegação fluvial) como os caminhos necessários para que tal futuro se concretizasse. Além das estradas, o Norte de Goyaz esperava sempre com ansiedade a chegada do progresso expressa por meio da eletricidade, do telégrafo, dos automóveis, etc., algo que, no caso de Campinas, por conta dos redentoristas, já era uma realidade palpável.

Todavia, a despeito das interessantes semelhanças entre o horizonte de expectativas de progresso e os caminhos apontados para tal, o elemento central que vale a pena ressaltar como diferença entre Ayres e os Redentoristas é a **frustração**.

Ao contrário do que ocorrera em Campinas, onde os Redentoristas, a despeito do Estado, investiram por conta própria na urbanização e modernização da cidade⁷⁷, em Porto Nacional todas as expectativas pela brevidade do futuro progressista amplamente incentivado por Ayres tornava-se frustração na medida em que o presente permanecia como o passado. Como reflete Radamés Vieira Nunes,

Nas cidades nortenses as frustrações têm peculiaridades se comparadas com as de outras cidades consideradas modernas. Nos centros urbanos onde se vivenciou transformações concretas promovidas pelos melhoramentos modernos, as frustrações se explicam mais pelo desgaste das expectativas nas novas experiências. Dito de outro modo, a título de exemplo, uma cidade se frustrava normalmente quando nutria expectativas pela construção da ferrovia e do telégrafo em seu território, mas durante ou depois de receber os benefícios, diante das novas experiências abertas pelos mesmos, tomavam consciência de que não teriam os resultados que esperavam. No Norte de Goiás as frustrações, em grande parte, explicam-se

⁷⁷ É o caso da eletricidade, cuja mini-usina construída pelos Redentoristas era alugada para o governo da cidade iluminar as ruas, praças e igrejas, dos cabos telegráficos entre Campinas e Trindade também trazido pelos missionários, ou mesmo o saneamento pluvial local, também iniciado pelos mesmos religiosos.



de maneira diferente, mais pela própria impossibilidade de ter suas expectativas fracassadas ou satisfeitas. O projeto de modernização esboçado na imprensa portuense não se concretizou, os planos falharam e não saíram conforme o esperado, por isso não se frustra com o que conquistou, mas por não ter conquistado. A angústia e a tragédia da modernidade em Porto Nacional se constituíram em ver um novo ser substituído por outro novo e logo se tomar antiquando, sem nunca ser experimentado (NUNES, 2016, p. 264).

É precisamente aqui que recai uma importante reflexão sobre os Redentoristas como agentes do progresso e modernização do Estado de Goiás, pois estes se distinguiam fundamentalmente por sua condição religiosa de missionários católicos neste contexto específico. Enquanto a modernização não-religiosa (especialmente sendo esta liberal e, portanto, ligada aos ideais da modernidade) se frustrava por desejar ardentemente que Goiás participasse de um futuro radicalmente distinto do passado experienciado, “fazendo doer de desesperança”, nas palavras do próprio Francisco Ayres da Silva, no seu jornal Norte de Goyaz de 31/05/1907, “a todo aquelle que aspira pelo progresso de Goyaz” (apud NUNES, 2016, p. 266), no caso dos Redentoristas – para além da expectativa realizada – não há na modernização e progresso qualquer finalidade substancial. Antes, estes elementos são trivialidades pelas quais aspiram secundariamente os missionários. Em outras palavras, enquanto a modernidade é um projeto pelo qual lutava Ayres e seus leitores, para os Redentoristas o verdadeiro projeto é, sobretudo, espiritual, e, por isso mesmo, (no que toca valores culturais, pessoais e coletivos) essencialmente antimoderno.

Esta característica é fundamental para compreendermos em que medida a modernização e progresso se encaixam nas expectativas dos Redentoristas aqui analisados. Não se trata de um projeto. Ao contrário, na medida em que a modernização e o progresso atentam contra seu verdadeiro projeto – qual seja, uma civilização moderna, mas católica – tais ideais se tronam um risco, passando a ser vistos com desconfiança e, em última instância, tornam-se inimigos a serem combatidos, levando – no limite – os próprios missionários a concluir que, “a Civilização [neste contexto, leia-se a modernidade], com todos os progressos que fazem o nosso orgulho, é o maior prejuízo à existência da humanidade” (FERREIRA, 1924, p. 1).

Considerações Finais

A adaptação católica à modernidade foi – parece-nos lícito afirmar – uma adaptação da modernidade ao catolicismo e não o contrário, uma vez que não se trata de uma reelaboração dos valores católicos face às transformações modernas, mas de uma apropriação de elementos modernos (por meio de um esvaziamento e ressignificação do “progresso”, do “melhoramento” e do “moderno”)



com a finalidade de se reestabelecer um modo de vida e de sociedade submetidos aos valores definidos pela Igreja (uma neocristandade para além de seu aspecto político), portanto, uma civilização ao mesmo tempo moderna e católica.

Nesse sentido, não se trata de uma luta contra a modernidade, mas da transformação desta em uma “moderna civilização católica”, e os meios para se atingir este objetivo, por um lado, estariam na “modernização” (expressamente conservadora), e, por outro, na “luta cultural” (uma *Kulturkampf*) contra os grupos religiosos que ameaçavam o monopólio católico e sua legitimidade no mundo moderno: o espiritismo, o protestantismo e a maçonaria⁷⁸.

Referências

Ânuas da Vice-Província de S. Paulo (1919-1931). 2º Volume. Aparecida, 1993.

COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº 1858**. Pe. Johann Baptist Kiermeier aos estudantes brasileiros em Gars. Campinas/GO, 5 de maio de 1922.

COPRESP-A. 10º Volume (1928-1930). **Carta nº 3130**. Pe. Tiago Kingler aos confrades brasileiros na Alemanha. Aparecida, 16 de setembro de 1928.

COPRESP-A. 2º Volume (1897-1901). **Carta nº 336**. Pe. Gebhard Wiggermann ao Pe. Reitor de Gars. Aparecida, 7 de março de 1899.

COPRESP-A. 2º Volume (1897-1901). **Carta nº 360**. Pe. Gebhard Wiggermann ao Pe. Matias Raus. Aparecida, 16 de agosto de 1899.

COPRESP-A. 2º Volume (1897-1901). **Carta nº 360**. Pe. Gebhard Wiggermann ao Pe. Matias Raus. Aparecida, 16 de agosto de 1899.

COPRESP-A. 2º Volume (1897-1901). **Carta nº 368**. Pe. Lourenço Hubbauer ao Pe. Luís Küppers. Aparecida, 29 de novembro de 1899.

COPRESP-A. 2º Volume (1897-1901). **Carta nº 415**. Pe. Johann Baptist Kiermeier ao Pe. Luís Küppers. Bela Vista, 20 de dezembro de 1900.

COPRESP-A. 3º Volume (1902-1904). **Carta nº 497**. Pe. Johann Baptist Kiermeier ao Pe. Carlos Dilgskron. Bela Vista, 4 de outubro de 1902.

COPRESP-A. 3º Volume (1902-1904). **Carta nº 659**. Pe. Johann Baptist Kiermeier ao Pe. Conselheiro em Roma. Barro Preto, 29 de janeiro de 1904.

COPRESP-A. 4º Volume, 1905-1908. **Carta nº 933**. Carta do Pe. Carlos Hildenbrand ao Pe. Roberto Hansmair. Campinas/GO, 15 de maio de 1908.

COPRESP-A. 7º Volume (1921-1922). **Carta nº 1858**. Pe. Johann Baptist Kiermeier aos estudantes brasileiros em Gars. Campinas/GO, 5 de maio de 1922.

⁷⁸ Sobre a *Kulturkampf* alemã e a peleja dos mesmos redentoristas contra os adversários supra citados nesta mesma linha de raciocínio esboçada no presente artigo, ver nossa tese de doutorado: GOMES FILHO (2018).



COPRESP-A. 8º Volume (1923-1924). Carta nº 2292. Carta do Pe. Johann Baptist Kiermeier ao Pe. Paulo Gottfried. Campinas/GO, 13 de novembro de 1923, p. 332.

COPRESP-A. 8º Volume, 1923-1924). **Carta nº 2102**. Carta do Pe. Estevão Maria Heigenhauser ao Pe. Paulo Gottfried. Penha, 24 de janeiro de 1923.

DELUMEAU, Jean. **A confissão e o perdão**: a confissão católica séculos XIII a XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

FERREIRA, Pe. José Lopes (Editor). Goyaz e sua posição futura na federação. **Santuário da Trindade**, Ano 3, n. 65. Campinas/GO, 1 de julho de 1924.

GOMES FILHO, Robson. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. 2018. 468f. Tese (Doutorado em História em Regime de Dupla Titulação) - Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ; Eichstätt (BY, Alemanha): Geschichts- und Gesellschaftswissenschaftsfakultät bei der Katholische Universität Eichstätt-Ingostadt, Volume 2, 2018. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/2051.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

LAGRÉE, Michel. **Religião e tecnologia**: a bênção de Prometeu. Bauru/SP: EDUSC, 2012.

MANUSCRITO DATILOGRAFADO. Aqueles que nos precederam. Archiv des Redemptoristenklosters Gars, s/d, p. 22.

NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva sobre as utilidades e inconvenientes da história. In: **Escritos sobre história**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NUNES, Radamés Vieira. **Francisco Ayres, lembranças de um porvir**: Porto Nacional e a modernização no norte de Goyaz. 2016. 344f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17850/1/FranciscoAyresLembrancas.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

PAIVA, Gilberto. **A província redentorista de São Paulo 1894-1955**. São Paulo: Editora Santuário, 2007.

WAND, Pe. Francisco. **Histórias contadas por um missionário do Brasil Central**. Manuscrito inédito datilografado, presente no Arquivo Santo Afonso, da Congregação redentorista de Goiânia, s/d.

WEISS, Otto. **Die Redemptoristen in Bayern**: Ein Beitrag zur Geschichte des Ultramontanismus. Sankt Ottilien: EOS-Verlag, 1983.



No Santelmo da Agricultura e Instrução: Livro de Leitura para a Infância Brasileira na Província de Goiás Oitocentista

Suzana Lopes de Albuquerque⁷⁹

Dayanna Pereira dos Santos⁸⁰

Resumo: Este artigo analisa a obra *Catechismo de Agricultura*, escrita em 1861 por Antonio de Castro Lopes (1827-1901), escritor, médico homeopata, tradutor, dramaturgo, latinista, professor, poeta, gramático e político, nascido no Rio de Janeiro. Esta obra foi escrita para as escolas de primeiras letras, relacionando a instrução e o trabalho sob a lente de um projeto científico e civilizador. O *Catechismo de Agricultura* apresenta uma cientificidade proposta pela escola moderna, que adota uma preocupação com o tempo, o espaço e os fazeres pedagógicos, seu projeto instrucional é dedicado às crianças brasileiras e objetivava integrá-las a um projeto civilizador que vislumbrava o uso social e cultural da terra, relacionando ciência e prática da agricultura, que engendrava tanto as práticas de leitura e escrita quanto o ofício, a arte do fazer. Quanto à metodologia utilizada, parte-se do levantamento de fontes arquivísticas, como livro de leitura elementar do Período Imperial e de referências bibliográficas fundamentadas em Boto (2012), Chartier (2012) e Choppin (2004), que tratam da história do livro, das práticas de leitura do rito das práticas da escola primária. A análise desse livro de leitura elementar possibilitou compreender a instrução para a infância sob o prisma do ofício da agricultura permeada pela categoria do trabalho.

Palavras-Chave: Livro. Catecismo. Instrução primária. Agricultura. Infância.

In the Santelmo of Agriculture and Instruction: Book of Reading for the Brazilian Childhood in the Province of Goiás Eighteenth Century

Abstract: This article analyzes the work *Catechism of Agriculture*, written in 1861 by Antonio de Castro Lopes (1827-1901), writer, homeopathic physician, translator, playwright, latinist, teacher, poet, grammarian and politician, born in Rio de Janeiro. This work was written for schools of first letters, relating education and work under the lens of a scientific and civilizing project. The *Catechism of Agriculture* presents a scientificity proposed by the modern school, which adopts a preoccupation with time, space and pedagogical tasks, its instructional project is dedicated to brazilian children and aims to integrate them into a civilizing project that envisions the social and cultural relationship of the land, relating agriculture science and practice, which engendered both the practice of reading and writing as the craft, the art of doing. As for the methodology used, it is based on the collection of archival sources, such as an elementary reading book from the Imperial Period and bibliographical references based on Boto (2012), Chartier (2012) and Choppin (2004) of the practices of reading the rite of primary school practices. The analysis of this book of elementary reading made it possible to understand instruction for childhood under the prism of the craft of agriculture permeated by the category of work.

Keywords: Book. Catechism. Instruction Primary. Agriculture. Childhood.

⁷⁹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professora de Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Oeste Goiânia/GO).

⁸⁰ Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/UFG). Professora de Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Anápolis/GO).



Introdução

A escola primária do Império brasileiro tem sido criticada por suas carências e incompletudes, sendo culpada por não oferecer sequer espaço físico destinado à vida escolar, bem como, utensílios, livros, mobiliários, além da falta de pessoal docente qualificado e métodos apropriados para o ensino. Na contramão de um olhar tendencioso para a completa inoperância de um debate pedagógico na instrução primária oitocentista brasileira, vislumbra-se com este trabalho, apontar a circulação de saberes no campo da instrução pública primária da Província de Goiás, que tinha os afazeres em seu cotidiano das escolas de primeiras letras, de certa forma, influenciados por materiais e métodos de ensino baseados nos saberes internacionalmente postos no território das ideias pedagógicas da Modernidade.

No âmbito da análise das fontes pertinentes ao campo da instrução pública de Goiás oitocentista, direciona-se o olhar para o impresso *Catechismo de Agricultura*, escrito em 1861 por Antonio de Castro Lopes. O contato inicial com a existência dessa obra deu-se através da descoberta de uma carta escrita pelo autor, divulgando seu opúsculo para uso das escolas de instrução primária da Província de Goiás. Mediante diversas buscas, foi localizada sua presença física no Instituto Histórico do Ceará.

A localização de livros de leitura elementar impressos e divulgados em diferentes províncias brasileiras no século XIX remete aos caminhos do fazer historiográfico, onde, por meio de buscas em arquivos foram observadas as representações que os conselheiros da Instrução Pública Primária em diferentes províncias lançaram sobre um livro de leitura elementar. No processo de localização dessas fontes, observa-se que:

[...] a experiência mostra que é mais pela leitura das notas de rodapé de um artigo, de um livro ou de uma tese, ou ainda em meio a uma discussão ou troca de e-mail com alguma colega, que passamos a conhecer a existência de trabalhos ou publicações que podem nos interessar (CHOPPIN, 2004, p. 551).

O conhecimento sobre a existência do livro *Catechismo de Agricultura* deu-se a partir da localização de uma carta do próprio autor, Antonio de Castro Lopes⁸¹, datada de 1862, localizada no

⁸¹ Segundo Bortolanza (1999), Antonio de Castro Lopes, autor de inúmeras obras, nasceu no Rio de Janeiro, no ano de 1827, e faleceu em 1901. Era apontado, em diversas de suas obras, como “Doutor Castro Lopes”. Antonio, além de ser escritor de variados assuntos, foi médico homeopata, tradutor, dramaturgo, latinista, professor, poeta, gramático e político. Sua formação em matemática aconteceu em 1848 e um ano depois já ministrava aulas de matemática no imperial Colégio Pedro II. Como membro representante da Assembleia, foi nomeado ministro das Finanças em 1854 e das Relações Exteriores em 1859.



Arquivo Público do Rstado de Goiás⁸² e endereçada ao presidente da Província de Goiás para uma propaganda de seu opúsculo. Pensando com Choppin (2004), o alargamento das fontes no campo da historiografia para além de documentos oficiais permite que tais manuscritos e impressos como livros de leitura sejam historicizados, apresentando elementos sobre os ritos das práticas da escola primária.

A uma escrita literária trabalhada no campo das empirias, do econômico, demográfico e estruturas foram incorporados novos objetos e territórios, como as “atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar etc.” (CHARTIER, 1990, p. 14). A possibilidade de se debruçar sobre objetos, como os materiais e métodos de ensino postos em circulação na escola primária no Império do Brasil, demarca a necessidade de se analisar seus modos de difusão, apropriação e embates em um contexto de representações concorrentes.

Dessa forma, para além da descrição dos elementos teóricos presentes na obra *Catechismo de Agricultura* (1869), neste artigo serão apresentadas algumas representações de diferentes Conselheiros da Instrução Primária de diferentes Províncias do Brasil oitocentista para que sejam identificados momentos de construção da realidade social. Segundo Chartier (1990), o objetivo dessa história, que transcende o caráter pragmático e utilitário do documento, a história cultural, é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler.

A utilização de impressos não oficiais como fonte de pesquisa possibilitou que livros de leitura elementar como o *Catechismo de Agricultura* (1869), tornassem objeto de análises e reflexões históricas. E, para tanto, fundamentou-se em autores como Chartier (2002) acerca do conceito de representações sobre o livro de leitura, e, ainda, em autores como Viana (2016) para entender a relação entre o processo civilizador, a instrução e a criança. Observa-se que esse livro de leitura elementar engendrou uma proposta de escola, infância, instrução e agricultura, permeando o processo civilizador no Brasil do século XIX. Ao descrever o mundo brasileiro em sua vegetação frondosa e bela que por todos os montes e vales se ostenta majestosa, conclama aos meninos estudantes a se debruçarem sobre a agricultura, em sua ciência de “cultivar a terra”.

⁸² Localizado no Centro Cultural Marieta Telles Machado - Praça Cívica, nº 2, Centro, Goiânia/GO.



Ao se debruçar sobre o Catechismo de Agricultura (1869), que defende a agricultura brasileira como a primeira das riquezas desta terra, observa-se uma cientificidade proposta pela escola moderna que adota uma preocupação com o tempo, o espaço e os fazeres pedagógicos. Nesse contexto, este trabalho visa entender o mundo natural como um ponto de referência no campo das teorias da educação, visto que a natureza assume a forma de disciplina escolar, permeando o campo das práticas educativas. Tomando como referência a história do meio ambiente natural com um caráter científico, este trabalho investiga o projeto instrucional presente no Catechismo de Agricultura dedicado às crianças brasileiras para integrá-las a um projeto civilizador, vislumbrando o uso social e cultural da terra e sua relação entre ciência e prática da agricultura, tanto com a prática da leitura e escrita quanto com o ofício – a arte do fazer.

Diante do exposto e ciente do desafio de trazer a visibilidade de novos impressos no campo da história da educação, colocam-se questões, como: Quais representações foram lançadas sobre o livro de leitura elementar Catechismo de Agricultura? Nesse impresso, qual a concepção de agricultura e trabalho em sua relação com a instrução da criança?

Adentrando na História do Livro: Representações sobre o Catechismo de Agricultura

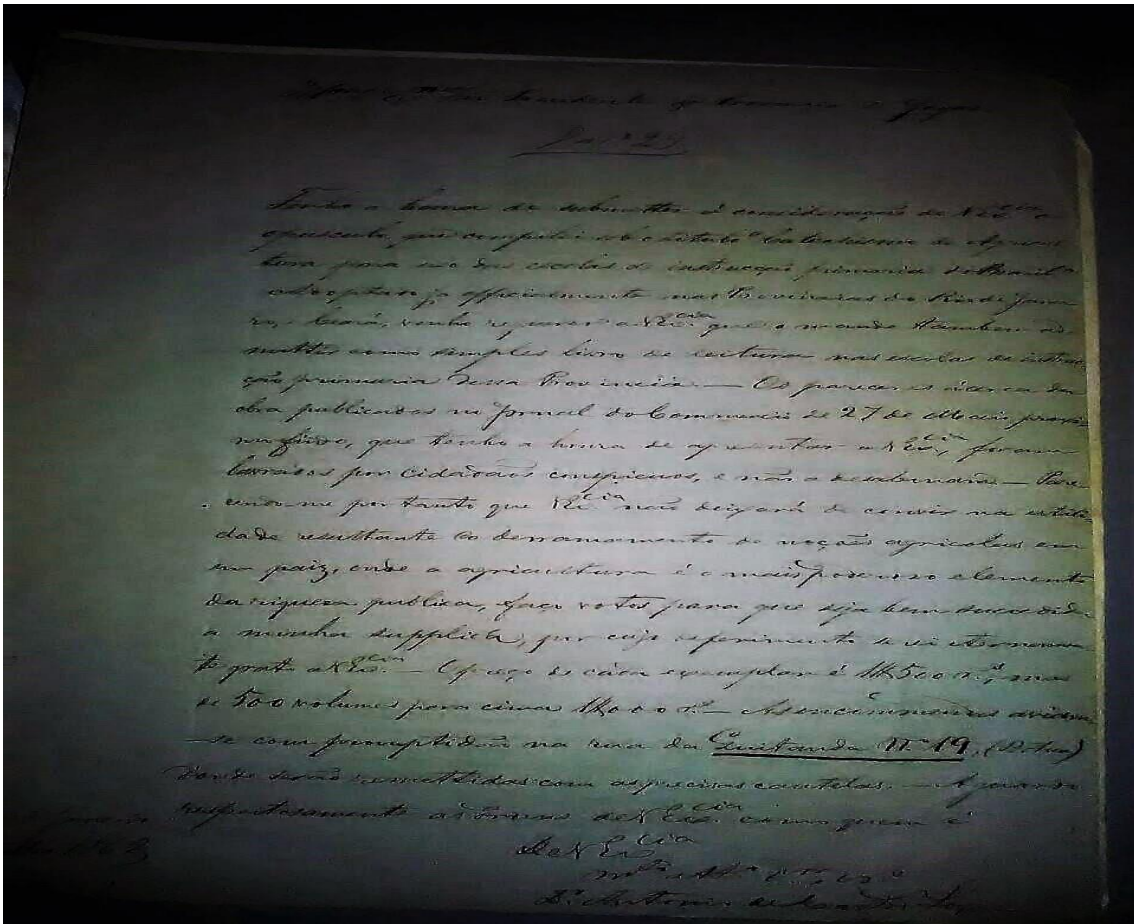
As pesquisas que vêm sendo realizadas no campo dos impressos circulados na Província de Goiás, tanto na instrução primária quanto na secundária, têm levantado fontes como a carta de divulgação do impresso produzido por Antonio de Castro Lopes em 1861. Tal carta, retratada na Figura 1, é um manuscrito de apresentação e divulgação da obra Catechismo de Agricultura, registrando a adoção dessa obra nas províncias do Rio de Janeiro e Ceará, e evidenciando o processo de submissão para aprovação pelo Conselho de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, conforme registra a transcrição:

Conforme tenho a honra de submeter a consideração de Vossa Excelência o opúsculo, que compilei sob o título Catechismo pela Agricultura para uso das escolas de instrução primaria do Brasil. Adaptado já oficialmente nas províncias do Rio de Janeiro e Ceará, venho requerer a Vossa Senhoria que o mande também admitir como simples livro de leitura nas escolas de instrução primaria dessa província – os pareceres acerca da obra publicados no jornal do comercio de vinte e sete de maio próximo findo que tenho a honra de apresentar a vossa excelência foram lavrados por cidadãos conspícuos e não a desabonaram, parecendo me portanto que vossa excelência não deixar de convir na utilidade resultante ao derramamento de nações agrícolas em um pais, onde a agricultura é o mais precioso elemento de riqueza publica, faço voto para que seja bem sucedida a minha suplica por cujo deferimento serei eternamente grato a vossa senhoria, o preço de cada exemplar é 500, mais de 500 volumes para cima, as encomenda aviam de prontidão na rua da Quitanda número 19 onde serão remetidas com as preciosas cautelas aguardando respeitosamente as ordens de Vossa excelência (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).



Após o recebimento do documento de apresentação do opúsculo, foi divulgada uma carta, conforme exposto na Figura 2, na qual foram registradas propagandas em enaltecimento da obra feitas por diferentes Conselheiros, como os de estudo, da agricultura, comércio e ordens públicas, além do relato do Sr. Conselheiro Dr. Thomaz Gomes dos Santos, Diretor da Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro, dizendo que “o Catechismo do Dr. Castro Lopes é escrito em linguagem pura e estilo simples; sua doutrina é adequada às nossas culturas e ao nosso clima; e como livro de leitura é ele muito mais apropriado à idade tenra do que os compêndios de História de que atualmente dispomos” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).

Figura 1 – Manuscrito de Divulgação do Livro



Fonte: Arquivo Público do Estado de Goiás

Acerca da obra Catechismo de Agricultura, o Ilmo. Sr. João Rodrigues da Fonseca Jordão, professor público da Freguesia da Lagoa, afirma que leu:

[...] com satisfação e direi mesmo que com proveito, o Catechismo pela Agricultura por V. S. composto para uso das escolas primaria do Brasil [...] Só a inoculação de certos princípios



de infância e sobretudo o habito de encarar o interesse pratico de certas ciências e a necessidade de progredir na pratica por meio do estudo serão capazes de dar garrote a rotina: e, se a maior parte dos que tratam a pedagogia julgam útil nas aulas de instrução primaria a lição de princípios primários de agricultura, muito mais necessária é a lição no Brasil, que teve, tem e há de ter sempre na cultura do solo o seu santelmo. Está toda a dificuldade e segredo em saber tratar com a inteligência infantil, sujeita sempre ao império das distrações, ainda pouco refletida e incapaz de receber e discutir noções de certa ordem, com uma inteligência em fim que mais conta com a memória que suga do saber provecto, do que com a reflexão que colhe e digere. No meu parecer, V. S. consegui vencer a dificuldade, pois reduziu ao menor volume possível não só os princípios gerais da agronomia, como ainda o que da cultura dos principais produtos do país pode ser concebido e retido pelo aluno de tenra idade. O Catechismo pela Agricultura além de prender a atenção e desafiar a curiosidade sem provocar, por extenso e longo, tédio e cansaço nos leitores para quem é especialmente destinado, reúne duas vantagens inapreciáveis, uma linguagem tão fácil quanto castigada, e o uso de uma ortografia fixa e pura. Agouro, pois, a V. S. uma boa aceitação do seu trabalho, e ao país um proveito real e considerável, se o Catechismo de Agricultura for como é de esperar, adotado em todas as escolas. Não pretendi proferir esse parecer por valor que lhe proviesse da fonte de que emana, mas como um mero sinal do apreço que faço das luzes de V. S., e do seu incansável zelo em prol da instrução (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).

O Exmo. Sr. Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, Presidente da Província do Ceará, registra no mesmo parecer que, em seu relatório de abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa da mesma província, no ano passado, referiu-se à necessidade de tratar da agricultura e comércio na instrução pública, momento em que mandou:

[...] submeter ao parecer do diretor da instrução pública o Catechismo de Agricultura organizado ultimamente pelo ilustrado Dr. Antonio de Castro Lopes para uso das escolas primarias do Brasil, e tenho de resolver sobre a conveniência de ser adotado o referido catechismo nas escolas primarias da província. Não é duvidosa a vantagem de se distribuírem pela população, como se pratica nos Estados Unidos e em outros países, livros de instrução elementar de agricultura, com que se consegue derramar pelo povo o ensino técnico de diferentes espécies de lavoura, e os conhecimentos dos processos e máquinas empregados nestes serviços (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).

O campo pedagógico oitocentista brasileiro estava permeado de lutas de representação das mentalidades em um contexto nacional e global marcado por conflitos, tensões, acordos e discriminações. Esse *locus* de impressão, divulgação e adoção de livros de leitura elementar concentrou representações conflitantes acerca das concepções sociais, metodológicas, perpassando inclusive por querelas entre métodos pedagógicos a serem adotados (ALBUQUERQUE; BOTO, 2017).

Nas fontes localizadas no Arquivo Público de Goiás, encontraram-se presentes até o momento desta escrita, somente elogios e enaltecimentos ao impresso do Professor Antonio de Castro Lopes, sendo considerada louvável a iniciativa de derramar pelo povo brasileiro a civilização pela via



do ensino técnico os diferentes conhecimentos dos processos e máquinas empregados no serviço da agricultura.

As representações lançadas por diferentes sujeitos, como Conselheiros e Diretores da Instrução Pública, Ministro Interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras ao autor, destacam sua sensibilidade em trazer à tona no cenário da instrução primária, os rudimentos do ensino técnico da agricultura, a partir de um livro que fixa a atenção e desafia a curiosidade da criança, sem provocar tédio e cansaço. A representação do Exmo. Sr. Conselheiro de Estudo Candido Baptista de Oliveira acerca do livro de leitura é valorada com louvor pelo seu método dialógico que resulta em sua opinião em um fácil alcance ao pensamento infantil:

Li com prazer o Catechismo de Agricultura por V. S. composto, e, apesar do rápido exame que dele fiz, pareceu-me que teve V. S. uma feliz ideia o método dialógico, a concisão sem prejuízo da clareza, um estilo ameno e corrente, e finalmente uma linguagem ao alcance da compreensão infantil dão incontestável mérito ao seu livro, que, sem dúvida recebido, será mais uma prova de que V. S. é um cidadão laborioso e devotado à causa da instrução do país (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).

Ainda do Exmo. Sr. Conselheiro, Ministro Interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Joaquim José Ignácio:

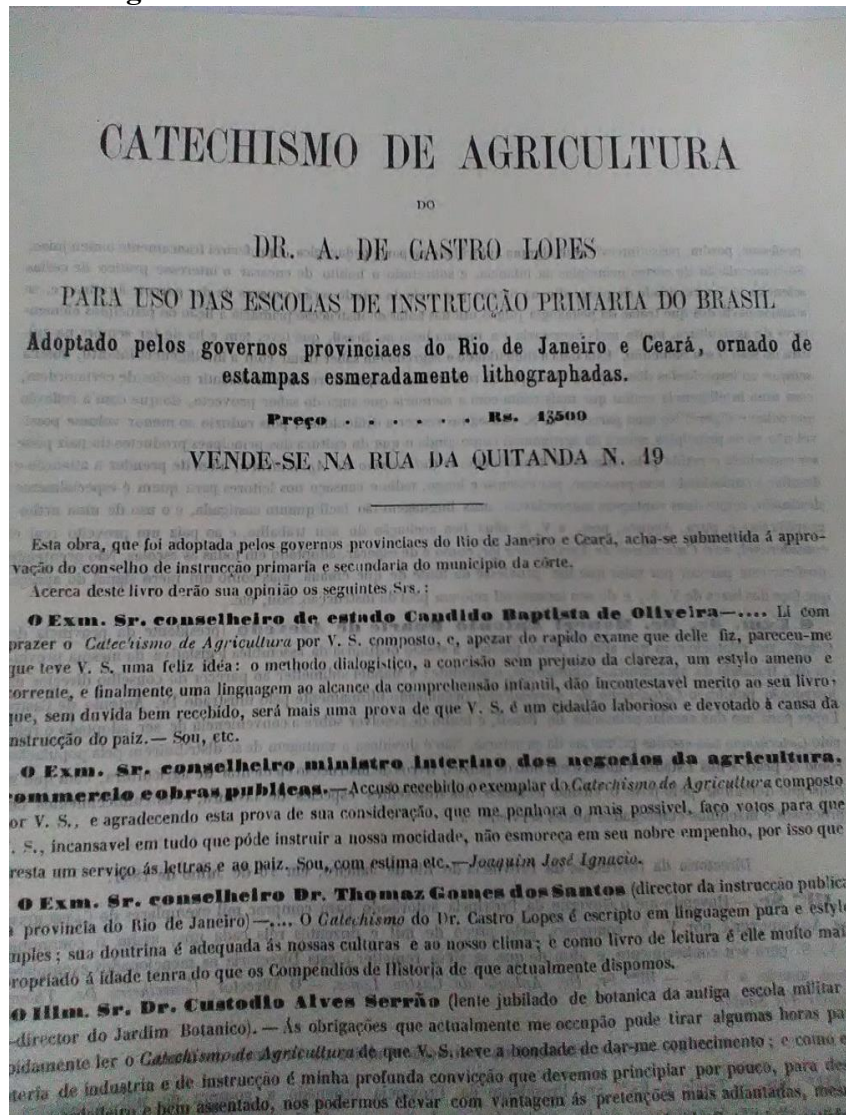
Acuso recebido exemplar do Catechismo pela Agricultura composto por V. S., e agradecendo esta prova de sua consideração, que me penhora o mais possível, faço votos para que V. S. incansável em tudo que pode instruir a nossa mocidade, não esmoreça em seu nobre empenho, por isso que presta serviço as letras e ao país (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).

Há também um relato do Sr. Conselheiro Dr. Thomaz Gomes dos Santos, Diretor da Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro, dizendo que “o Cathechismo do Dr. Castro Lopes é escripto em linguagem pura e estylo simples; sua doutrina é adequada às nossas culturas e ao nosso clima; e como livro de leitura é ele muito mais apropriado à idade tenra do que os compêndios de História de que atualmente dispomos” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS).

Dessa forma, as representações lançadas ao autor Antonio de Castro Lopes e ao seu livro de leitura Catechismo de Agricultura (1869) apontam para um enaltecimento do “cabedal de conhecimentos variados, já porque em um país agrícola como é o Brasil, desde a escola nos deve a agricultura merecer toda a atenção” (LOPES, 1869).



Figura 2 – Pareceres Referentes ao Livro de Leitura



Fonte: Arquivo Público do Estado de Goiás

A Organização das Seções do Livro Catechismo de Agricultura

A utilização de um livro de leitura elementar destinado às crianças no período imperial brasileiro como fonte de pesquisa da História da Educação possibilita o acesso a mais informações e fatos desse período, cabendo “ao pesquisador a criatividade e a ousadia de localizá-las – considerando que qualquer vestígio de uma época pode ser utilizado como fonte – e de refabricá-las, considerando as perguntas centrais de sua pesquisa e as condições (institucionais, sobretudo) de que dispõe para realizá-la” (BATISTA; GALVÃO, 2009, p. 35-36).



Ao tratar do Catechismo de Agricultura como fonte histórica, parte-se de uma definição etimológica do termo grego *katecheo* com o significado de “falar em voz alta” ou “ressoar”, podendo ser compreendido sob a ótica do ensinamento religioso. Dessa forma, na Historiografia da Educação Brasileira referente aos oitocentos, os catecismos são apontados segundo pesquisas ligadas ao ensino da leitura nas escolas elementares públicas na condição de manuais utilizados para o aprendizado da religião e da moral.

O mesmo procedimento fora adotado pelas escolas protestantes, segundo declaração de Nascimento (2005) em sua tese de doutorado. Contudo, os catecismos não serviram apenas de suporte para a leitura e a escolarização, foram também veículos que colocavam em circulação determinadas representações sociais sobre um tipo de educação de matriz religiosa a ser dada pelos pais aos filhos (CHARTIER, 2002). Tal educação, entendida como um conjunto de atitudes, hábitos, comportamentos e condutas a serem aprendidos desde a infância, deveria conduzir à assimilação e naturalização de um modelo de relações cotidianas a ser estabelecido entre os membros da família e com a sociedade em que estavam inseridos.

O Catechismo de Antonio de Castro Lopes é organizado em forma de perguntas e breves respostas, possibilitando ressoar ou falar em voz alta as respostas ao mestre. O livro de leitura elementar Catechismo de Agricultura, traz incentivos de maneira simples e estimulantes para as crianças terem gosto e apreço pela agricultura e pelo trabalho com a terra, designada pelo próprio autor como uma riqueza para o país. Nesse sentido, Antonio de Castro Lopes lança sobre esse público lições específicas para aguçar sua curiosidade sobre a agricultura, a partir de noções rápidas e de grande relevância ao seu estudo.

Tal livro foi indicado para uso das Escolas de Instrução Primária do Brasil por possuir uma linguagem clara e objetiva, que facilitava a compreensão do público para o qual foi destinado. O opúsculo é estruturado em forma de perguntas e respostas curtas, organizado em dezenove capítulos. Já na introdução, destinada aos meninos brasileiros, o autor expõe uma valorização da atividade agrícola e do ofício do agricultor:

A agricultura é a primeira das riquezas; a terra cultivada pelas mãos do homem compensa e paga generosamente os esforços do homem. O trabalho do agricultor é abençoado: sua vida corre serena longe do bulício das cidades: a peste, e a doença não entram em casa do lavrador a crença de um Deus bom, providente, e sábio confirma-se cada vez mais no coração do habitante dos campos; depois da afeição da família, ele só conhece a afeição pelas suas plantas: as flores, que nas horas de descanso, cultiva em seu jardim, retribuem-lhe com sua beleza e perfume os seus cuidados; as árvores dão-lhe mimosos frutos, e todas as plantas o



sustento para si, e para os animais, que o ajudam em seu serviço; finalmente o comercio paga lhe a peso de ouro os produtos de sua colheita (LOPES, 1869, s/p).

Dessa forma, o autor atribui aos esforços braçais do homem na prática da agricultura, uma recompensa que a própria plantação lhe proporcionará com sua colheita. Para Lopes (1968), o ofício da agricultura foi e será sempre em todas as nações, o mais nobre e o mais útil. Portanto, desde os tempos remotos aos dias atuais a arte de cultivar a terra se traduz em uma riqueza para a economia do país.

No primeiro capítulo, com o título “Da Agricultura e seus Fins”, o autor aborda o sentido da agricultura como um ofício de cultivar a terra, versa sobre os trabalhos que a envolve como “roteação, saneamento, preparação, estudo da terra, como também a cultivação e venda dos produtos” (LOPES, 1869, p. 1). Destaca a importância do plantio de produtos úteis ao homem e aos animais e da aplicação do capital para garantir melhores meios de produção e, também, o trabalho na busca da execução das atividades peculiares à agricultura.

Ainda nesse capítulo, o autor ressalta a importância da ciência e da prática sendo atividades complementares. A ciência consiste em preparar, conhecer e estudar os assuntos relativos à terra, aos animais, bem como à terra e ao ar. Já a prática é a execução de atividades desenvolvidas pelos lavradores. De acordo com o autor, a prática e a ciência se complementam nos trabalhos da agricultura, caminhando lado a lado, pois “o deixar de estudar a ciência da agricultura faz que os lavradores sigam só a rotina” (LOPES, 1869, p. 2). Nesse sentido, o agricultor não estuda para garantir melhores condições da terra e, conseqüentemente, bom aproveitamento da colheita. Já a prática é um conhecimento empírico que o lavrador possui devido a sua ação.

No segundo capítulo são tratados assuntos como o ar e os principais elementos da sua composição, suas qualidades e a importância para as plantas, os seres humanos e o solo, enquanto que no terceiro capítulo, o tema tratado é o clima. Lopes (1869) explica que cada país possui suas próprias produções, apontando, porém, a possibilidade de aclimação, ou seja, habituar uma espécie de planta e/ou animal em país estrangeiro.

Os capítulos seguintes relacionam a água em sua composição, surgimento e sua relação indispensável à agricultura para a existência e nutrição das plantas. O conceito de plantas e toda sua estrutura orgânica, apresentando todos os órgãos da planta (raiz, caule, folhas, flor) e suas funções, além de trabalhar o solo, a terra e o subsolo. O autor ainda, aborda as preparações da terra, meios de melhoramentos e tipos de estrumes importantes para a fertilização dos solos. Os últimos capítulos do



livro de Lopes são dedicados ao trabalho humano no processo de sementeação e colheita da agricultura. Os temas abordados trazem a especificação da manutenção que se deve fazer na terra cultivada de vegetais e dos trabalhos da colheita, tratando do descanso da terra, da cultura contínua e das queimadas.

Ainda relatando sobre o trabalho humano, o autor menciona a conservação dos produtos em lugares próprios, como granjas, armazéns e celeiros para sua melhor conservação. Na garantia de preservar com qualidade os produtos colhidos, esses locais precisam estar em condições adequadas, devendo os celeiros ser bem ventilados, sem infiltração da água da chuva nas paredes e construídos em alvenaria e cimentados com a construção de estrebarias distantes dele.

Outra precaução a ser tomada é o cuidado com os animais nocivos aos produtos, sendo citado que os ratos, a umidade e o gorgulho são os maiores inimigos dos cereais. Assim indica que esses cereais devem ser armazenados em paióis ou em grandes caixas, para manter os produtos bem acondicionados e livres da infestação desses insetos. O autor cita ainda as moléstias e outros inimigos causadores das doenças das plantas e de alguns cereais.

Livros de Leitura Elementar: Projeto de Instrução da Infância Aliada ao Ofício da Agricultura

Nos séculos XVII e XVIII surgiram movimentos moralistas difusores de uma nova proposta de educação da infância, anunciando o interesse de preservar a moralidade da criança e defender novos padrões de conduta, como saúde, educação e formação moral. Essa nova proposta objetivava desenvolver um ambiente especificamente infantil, diversificado do mundo adulto, firmando “a subjetividade moderna com relação à infância” (BOTO, 2011, p.12).

Esse movimento cultural decorrente do Renascimento foi “acompanhado por práticas de controles minuciosos e ordenados sobre o corpo”, sendo que “adequar-se aos padrões de urbanidade prescritos significava, para os homens da modernidade emergente, adequar-se a um modelo de distinção” (BOTO, 2011, p. 22). O contexto imperial brasileiro remonta às transformações decorrentes dessa atmosfera mental do século XVIII, momento em que se vislumbrava um “Estado-nação a ser esculpido: o sentimento de pátria e a unificação linguística eram dispositivos imprescindíveis para tal empreendimento” (BOTO, 1996, p. 16).

Nesse contexto, objetivava-se edificar a normalização de comportamentos exigidos em uma sociedade moderna e civilizada, momento em que o processo de escolarização engendrou-se a um ideal de progresso material e mental, assumindo a máxima de que a riqueza da criança pobre se



encontrava na escola, local de assepsia e libertação da ignorância. A instrução pública, nesse momento, assumiu uma finalidade de expandir modelos de comportamento que visavam ampliar o conceito de civilidade “em seu uso no século XIX, que o processo de civilização – ou, em termos mais rigorosos, uma fase desse processo – fora completado e esquecido” (ELIAS, 1993, p. 113).

Segundo Viana (2016), a noção de civilização cristalizada fez com que as nações europeias passassem a se designar civilizadas e seus políticos, intelectuais e educadores se ocupariam de transmitir às classes mais pobres e às outras nações seus modelos de comportamento e conduta. Nesse sentido, observa-se que a legislação, os livros didáticos, as instituições de ensino, impressos pedagógicos de alunos e professores angariavam essa missão civilizatória de ordenar saberes, unificá-los e divulgá-los nas escolas de primeiras letras.

Dessa forma, a análise de um livro de leitura elementar, que ressoou em várias províncias brasileiras, parte de uma concepção que vai além do conceito de manuais como “produto cultural elaborado, fabricado, comercializado, consumido em um contexto dado” (CHOPPIN, 2002, p.17), visto ser permeada de uma missão, práticas e ritos na instrução primária oitocentista. Na análise desse livro de leitura elementar, observa-se uma proposta de instrução vinculada ao ensino do ofício técnico da agricultura, já que o “pragmatismo tecnicista e o desenvolvimento científico decorrentes da expansão comercial vivida naquele período da Europa Ocidental geraram condições para a formulação de um pensamento pedagógico para a era moderna” (OLIVEIRA, 2005, p. 62). Desse modo, tais transformações adentraram ao pensamento pedagógico brasileiro oitocentista.

Em 1879, foi instituído pelo Ministro do Império, Leôncio de Carvalho, seguindo as exigências da reforma educacional imposta pela Corte, o ensino de “noções de agricultura e horticultura”, além de atividades industriais na programação curricular das escolas primárias do Império do Brasil. A relevância de instigar noções agrícolas nas crianças partia do pressuposto de que o país possuía sua riqueza alicerçada na agricultura. Porém, Antonio de Castro Lopes já tinha publicado e se preocupado há quase duas décadas com o decreto, com o engendramento da instrução pública ao projeto civilizador e preparatório para um ofício. A arte de lavrar a terra encontrava-se associada à arte de ler, escrever e contar.

Observa-se, assim, uma busca pelo ideal de modernidade engendrada à civilização e à noção de progresso. Dessa forma, a instrução pública “cumpriria ou deveria cumprir um papel fundamental, que permitia – ou deveria permitir – que o Império se colocasse ao lado das ‘nações civilizadas’”



(MATTOS, 1987, p. 259). Os governantes, políticos e intelectuais retratavam a escola como um lugar que deveria cessar com as trevas do Período Colonial, moldando “todas as classes” e propagando as Luzes através da instrução pública. Nesse sentido, procedendo ao raciocínio desse ideário, Viana (2016) afirma que:

[...] priorizava-se a razão, vislumbrando a superação da “barbárie” e da “desordem” social. A ausência de civilização era representada pela ignorância e brutalidade da população. Contrapondo-se a essa realidade, havia a figura do professor, personagem responsável pela tarefa de propiciar uma inclusão civilizatória dos educandos na sociedade, por meio da formação disciplinada de futuros homens e cidadãos (VIANA, 2016, p. 344-345).

A ação de educar estava posta como a atitude na qual os alunos obteriam os princípios éticos e morais essenciais ao convívio harmônico na sociedade, ou seja, tinha como intuito a imposição de valores morais e éticos para a preservação da ordem social. Em síntese, instruir assegurava que cada indivíduo com o mínimo de conhecimento sistematizado, cumprisse com seus deveres de homem e de cidadão.

A idealização moderna da concepção de infância coincide com um rompimento entre o mundo dos adultos e a institucionalização das crianças, que se fortaleceu em torno de processos de disciplinarização e modelos de civilidade. Interessava, sobretudo, propor condições necessárias para que a criança deixasse de ter atitudes indesejáveis, que estivessem interligadas por impulsos emocionais e fantasias afetivas.

Nesse contexto, ganham força os discursos como o de Lopes, responsabilizando a infância a olhar com atenção para o bem mais precioso dessa vastidão territorial brasileira: a agricultura. Como afirma Viana (2016), as crianças precisariam assumir uma nova condição civilizatória em seus meios de origem, pela influência da escola. Dessa forma, com os conhecimentos básicos adquiridos de leitura, escrita, aritmética e catecismo, engendrados na delegação de valores morais, considerados essenciais para assegurar a moralização e a instrução das crianças e, posteriormente, de suas famílias.

O catecismo sobre a agricultura destinou-se a esse grupo, que seria de crianças inseridas em um projeto instrucional que vislumbrava transformar o indivíduo livre e pobre em um trabalhador domesticado e educado, em outras palavras, civilizado. Para a constituição desse trabalhador de forma integral, além dos rudimentos da leitura e da escrita, a arte de lavrar a terra tornava-se um ofício projetado de forma teórico-prática em forma de catecismo.



Considerações Finais

Ao debruçar sobre o Catechismo de Agricultura, que defende a agricultura brasileira como a primeira das riquezas desta terra, observa-se uma cientificidade proposta pela escola moderna que adota uma preocupação com o tempo, o espaço e os fazeres pedagógicos. Antonio de Castro Lopes, inicia sua obra discorrendo sobre a agricultura e fatores relacionados com o ar, o clima, a água e versa sobre diferentes tipos de animais, como o gado, as abelhas, entre outros, e, apresenta ainda, um calendário agrícola presente no livro como novo manual prático da agricultura intertropical do autor Vigenron Jousselandière.

Objetivou-se compreender a obra de leitura elementar escrita e publicada no Império brasileiro, a partir de um olhar sobre as representações dos Conselheiros e Diretores da Instrução Pública de diferentes Províncias brasileiras e pelo Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, lançadas tanto sobre o autor quanto sobre seu livro de leitura elementar. As fontes localizadas até o momento desse escrito denotavam somente representações de enaltecimento da temática e do livro de Lopes, sendo apresentado com júbilo seu método de dialogicidade e, ainda, sua escrita de fácil apropriação por parte dos pequenos leitores.

Para o desenvolvimento deste escrito, partiu-se do pressuposto de que o livro de leitura Catechismo de Agricultura (1869) do autor Antonio de Castro Lopes, que circulava em diferentes províncias brasileiras, atendia a interesses de determinados segmentos sociais em meio a infindáveis embates. A agricultura apresentou-se, nesse catecismo analisado, sob um prisma de valorização, cuja preocupação se estendia para além do plantio e cultivo da terra. Desse modo, foi introduzida como disciplina no programa das escolas primárias com o objetivo de ampliar os conhecimentos técnicos acerca dessa atividade, considerada pelo autor da obra como a principal fonte de riqueza do país.

Para trabalhar a concepção de agricultura, o autor utilizou 19 capítulos em forma de catecismo, elaborados em uma linguagem simples e objetiva, seguindo o método de perguntas e respostas específicas sobre agricultura, envolvendo temas como solo (melhoramento e preparo), clima, ar, tempo de plantio e cultivo das sementes, colheita, preservação dos frutos, danos causados por pragas, e também informações sobre plantações, como arroz, mandioca, fumo, milho, feijão, além de um capítulo sobre gado. Porém, o conteúdo dessa obra foi organizado nesta pesquisa em forma temática.



Ao final da obra, foi apresentado um calendário agrícola divulgado pelo francês S. V. Jousselandière, que, durante um período de 37 anos trabalhou como lavrador no Brasil. Nesse sentido, compreende-se que a instrução nas escolas de primeiras letras nas diferentes Províncias do Brasil, ao longo do século XIX, em alguma medida tinha seus afazeres do cotidiano influenciados por materiais e métodos de ensino baseados na circulação de saberes internacionalmente postos no território das ideias pedagógicas da Modernidade.

Dessa forma, como as crianças precisariam assumir uma nova condição civilizatória em seus meios de origem para se assegurar a moralização e instrução da infância pelo rito escolar, ampliou-se a produção de materiais didáticos com a finalidade de ensinar os rudimentos da leitura, escrita, aritmética e catecismo e o ofício da agricultura. A discussão apresentada neste trabalho tem ressoado em nossos dias. Isso porque o ensino técnico profissionalizante tem sido problematizado em sua concepção histórica e filosófica de assistência e ofício à determinada classe trabalhadora, sob a égide de um ensino preparatório para os rudimentos e técnicas desassociadas de uma formação omnilateral do sujeito.

Referências

- ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de; BOTO, Carlota. Entre idas e vindas: vicissitudes do método Castilho no Brasil do século XIX. **História da Educação (Online)**, Porto Alegre, v. 22, n. 56, p. 16-37, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v22n56/2236-3459-heduc-22-56-00016.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2018.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. **Documentos Avulsos**. Caixa 144. Goiânia/GO.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil**: elementos para uma história. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009.
- BORTOLANZA, João. O poeta novilatino carioca Antonio de Castro Lopes (1827-1901). **Humanitas**, Coimbra, v. 51, n. 1, p. 301-316, 1999. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas51/12_Bortolanza.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- BOTO, Carlota. **A escola do homem novo**: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1996.
- BOTO, Carlota. **A escola primária como rito de passagem**: Ler, escrever, contar e se comportar. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador**: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em:



<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/.../publico/teseBotoCarlotaLD.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o século das luzes. In: FREITAS, Marcos Cesar de; KUHLMANN JR, Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

CHARTIER, Anne-Marie. 2002. Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 3, p. 9-26, jan./jun. 2002. n. 3. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38731/20260>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação (On Line)**. Porto Alegre, n. 11, v. 6, p. 5-24, jan./jun. 2002. Disponível em: <>. Acesso em:

ELIAS, N. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LOPES, Antonio de Castro. **Catechismo de aAgricultura**. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1869.

MATTOS, Luiz Alves. **Primórdios da educação no Brasil: O período heroico (1549 a 1570)**. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

VIANA, Fabiana da Silva. A escola, a infância e o processo civilizador no Brasil do século XIX. **Percursos Acadêmicos**, Belo Horizonte, v. 6, n.12, jun./dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/P.2236-0603.2016v6n12p337/11260>>. Acesso em: 17 jun. 2018.